

SEÇÃO III**PODER LEGISLATIVO****CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS
DEPUTADOS DISTRITAIS E SERVIDORES DA
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Processo: 001.000.276/2008. Segundo Termo Aditivo ao Termo de Credenciamento nº 09/2008, firmado entre o FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS DEPUTADOS DISTRITAIS E SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – FASCAL e o SOS – SERVIÇOS MÉDICOS CARDIOLÓGICOS S/C LTDA. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 09/2008 estabelecido entre o FASCAL e a CREDENCIADA. Vigência: de 04 de março de 2010 a 03 de março de 2011. Data da assinatura: 24 de fevereiro de 2010. Legislação: artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993, com redação introduzida pela Lei nº 9.648/1998. Partes: pelo FASCAL: José Benício Medeiros de Souza e pela Credenciada: Wagner Nogueira de Amorim.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**COORDENADORIA DAS CIDADES
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2010, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 09/2002.**

Processo: 132.000.107/2010. Partes: DF/RA-III e AMPLA CONTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA. Objeto: O presente contrato tem por objeto a obra de urbanização com construção de pista de skate na QNL 23, Avenida Hélio Prates, Taguatinga-DF. Data da assinatura: 01/03/2010. Vigência do Contrato: O contrato terá vigência de 120 dias a partir da data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF a expensas da Administração. Valor: R\$148.786,02 (Cento, quarenta e oito mil, setecentos, oitenta e seis reais e dois centavos), recursos esses procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 4.461, de 30 de dezembro de 2009 publicada no DODF em 31/12/2009. Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 15.451.0084.1110.8969; Fonte de Recursos 100; Código U.O 11105; Natureza da Despesa 449051; Evento 400091; NE nº 069/2010, emitida em 11/02/2010; Modalidade Global; Signatários pelo Distrito Federal Gilvando Galdino Fernandes, na qualidade de Administrador Regional. Pela Contratada Filipe Bueno Lopes, na qualidade de representante legal.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I**EXTRATO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 17/2009,
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 10/2002.**

Processo: 148.000.479/2009; Partes: DF/RA XVII x VALE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA; Fundamento legal: Dispensa de Licitação baseada no inciso I, do artigo 24 e com as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Objeto: Execução da Obra de Reforma da Quadra Poliesportiva coberta do Riacho Fundo, consoante especifica a proposta e a justificativa de Dispensa de Licitação que passam a integrar o presente Termo; Valor: O Valor total do Contrato é de R\$ 14.109,84 (quatorze mil, cento e nove reais e oitenta e quatro centavos); Dotação orçamentária: U.O: 11.119; Programa de Trabalho: 27.812.4000.3440-6744; Natureza da Despesa: 44.90.51; Fonte de Recurso: 100; Empenho: 2009NE00374; Vigência: O contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da ordem de serviço; Data de assinatura: 14 de dezembro de 2009; Signatários: Pelo Distrito Federal, José Lopes Lima, e pela Contratada, José Carlos dos Santos.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2010.
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 56 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Governo do Distrito Federal, por meio da Administração Regional do Lago Sul – RA XVI, CONVOCA os moradores desta Região Administrativa para audiência pública que se realizará no dia 29 de março de 2010, às 17:30 horas, no auditório da sede da RA XVI, para tratar da alteração de uso do Lote I da QI 4 (atual QI 13), que passa a destinar-se ao uso coletivo com atividade de administração pública, defesa e seguridade social.

PAULO AFONSO COSTA ZUBA

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E MEIO AMBIENTE****INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL****AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL, convida a todos os interessados para a Audiência Pública de apresentação e discussão de proposta para criação de Monumento Natural na Área de Proteção Ambiental de Cafuringa, objeto dos autos 391.001.427/2009. DATA DA REALIZAÇÃO: 26/março/2010. HORÁRIO: 14h30. LOCAL: Escola Classe Ribeirão de Sobradinho, na Estrada Vicinal VC 201, área rural de Sobradinho/DF. Informa, ainda, que a documentação referida está à disposição do público para consulta, até a véspera da realização da Audiência Pública, na sede do Ibram – SBS, Quadra 2, Bloco 2, Edifício Maria Ramos Parente, Brasília/DF, no horário de 8h30 às 12h30 e de 14 às 18horas.

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2010.

GUSTAVO SOUTO MAIOR

RETIFICAÇÃO

No Extrato do Termo Aditivo nº 01/2009, publicado no DODF nº 39, de 26 de fevereiro de 2010, página 34, processo 190.000.198/2006, ONDE SE LÊ: "... EXTRATO DO TERMO ADITIVO...", LEIA-SE: "... EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2009...".

**AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E
SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL****SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS
EXTRATO DE OUTORGA DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS**

Processo: 197.001.059/2009. Outorgado: MANOEL FEITOZA DA SILVA, CPF: 116.642.581-91. Objeto: direito de uso de água subterrânea por meio de 01 (um) poço tubular, com vazão máxima diária de 2.259 l/h (dois mil duzentos e cinquenta e nove litros por hora) durante o período máximo de 01 h/dia (uma hora por dia), que totaliza 2.259 l/dia (dois mil duzentos e cinquenta e nove litros por dia), com a finalidade de abastecimento humano, criação de animais e irrigação. Localização: 15 MA Chácara 21, Núcleo Rural Casa Grande, Gama - DF. Prazo: 05 (cinco) anos. Ato de outorga: Despacho/SRH nº 65 de 09 de Fevereiro de 2010, assinado pelo Superintendente de Outorga da ADASA, Diógenes Mortari.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DIRETORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE CONVÊNIOS****NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E ACESSORAMENTO
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONVÊNIOS****EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 05/2010.**

Processo: 080.000071/2010. Partes: SEDF x CENTRO COMUNITÁRIO SÃO LUCAS – CECOSAL. Assinatura: 23/02/2010. Vigência: até 31/12/2010, a contar da data de sua assinatura. Valor: R\$ 993.853,00 (novecentos e noventa e três mil, oitocentos e cinquenta e três reais) pela CONCEDENTE, e R\$ 99.385,30 (noventa e nove mil, trezentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos), pela CONVENIENTE, à título de Contrapartida. – Objeto: Implemento de ação conjunta entre o Distrito Federal, por meio da SEDF e o Centro Comunitário São Lucas – CECOSAL, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível de Educação Básica – à criação de 2 (dois) a 5 (cinco) anos de idade em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho apresentado pela Conveniente. – Unidade Orçamentária: 18101. - Programa de Trabalho: 12.365.0142.2388.0001. – Elemento de Despesa: 3.3.50.39. - Fonte de Recurso: 100. – Emissão de Nota de Empenho Parcial nº 00271/2010, em 23/02/2010, sob o evento nº 400091, na modalidade Ordinário, no valor de R\$ 214.060,00 (duzentos e quatorze mil e sessenta reais). Assinantes: p/ SEDF: Eunice de Oliveira Ferreira Santos. – p/CECOSAL: Fábio Teixeira Alves.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 01/2010.

Processo: 080.000068/2010. Partes: SEDF x FENAÇÕES INTEGRAÇÃO SOCIAL, mantenedora da, CRECHE RECANTO FELIZ. Assinatura: 23/02/2010. - Vigência: até 31/12/2010, a contar da data de sua assinatura. Valor: R\$ 851.874,00 (oitocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e setenta e quatro reais) pela CONCEDENTE, e R\$ 85.187,40 (oitenta e cinco mil, cento e oitenta e sete reais e quarenta centavos), pela CONVENIENTE, à título de Contrapartida. Objeto: Implemento de ação conjunta entre o Distrito Federal, por meio da SEDF e as Fenações Integração Social, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – à criação de 1 (um) a 5 (cinco) anos de idade em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho apresentado pela Conveniente. Unidade Orçamentária: 18101. - Programa de Trabalho: 12.365.0142.2388.0001. Elemento de Despesa: 3.3.50.39. Fonte de Recurso: 100. – Emissão de Nota de Empenho Parcial nº 00282/2010, em 23/02/2010, sob o evento nº 400091, na modalidade Ordinário, no valor de R\$ 183.480,00 (cento e oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais). Assinantes: p/ SEDF: Eunice de Oliveira Ferreira Santos. – p/Fenações: Luzia Rodrigues de Sousa.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 02/2010.

Processo: 080.000070/2010. Partes: SEDF x CONGREGAÇÃO IRMÃS OBLATAS DO MENINO JESUS - Assinatura: 23/02/2010. Vigência: até 31/12/2010, a contar da data de sua assinatura. Valor: R\$ 567.916,00 (quinhentos e sessenta e sete mil, novecentos e dezesseis reais) pela CONCEDENTE, e R\$ 56.791,60 (cinquenta e seis mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta centavos), pela CONVENIENTE, à título de Contrapartida. – Objeto: Implemento de ação conjunta entre o Distrito Federal, por meio da SEDF e a Congregação Irmãs Oblatas do Menino Jesus, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – à criação de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho apresentado pela Conveniente. – Unidade Orçamentária: 18101. - Programa de Trabalho: 12.365.0142.2388.0001. – Elemento de Despesa: 3.3.50.39. - Fonte de Recurso: 100. – Emissão de Nota de Empenho Parcial nº 00272/2010, em 23/02/2010, sob o evento nº 400091, na modalidade Ordinário, no valor de R\$ 122.320,00 (cento e vinte e dois mil, trezentos e vinte reais). Assinantes: p/ SEDF: Eunice de Oliveira Ferreira Santos. – p/Oblatas: Ir. Sueli de Fátima Tavares.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 03/2010.

Processo: 080.000640/2010. Partes: SEDF x CRECHE PIONEIRA DA VILA PLANALTO - Assinatura: 23/02/2010. Vigência: até 31/12/2010, a contar da data de sua assinatura. Valor: R\$ 312.353,80 (trezentos e doze mil, trezentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos) pela CONCEDENTE, e R\$ 31.235,38 (trinta e um mil, duzentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos), pela CONVENIENTE, à título de Contrapartida. Objeto: Implemento de ação conjunta entre o Distrito Federal, por meio da SEDF e a Creche Pioneira da Vila Planalto, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – à criação de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho apresentado pela Conveniente. – Unidade Orçamentária: 18101. - Programa de Trabalho: 12.365.0142.2388.0001. – Elemento de Despesa: 3.3.50.39. - Fonte de Recurso: 100. – Emissão de Nota de Empenho Parcial nº 00274/2010, em 23/02/2010, sob o evento nº 400091, na modalidade Ordinária, no valor de R\$ 67.276,00 (Sessenta e sete mil, duzentos e setenta e seis reais). Assinantes: p/ SEDF: Eunice de Oliveira Ferreira Santos – p/ Vila Planalto: Wanda Clementina Dias Corso.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 06/2010.

Processo: 080.000235/2010. Partes: SEDF x INSTITUTO NAIR VALADARES - INAV Assinatura: 23/02/2010. Vigência: até 31/12/2010, a contar da data de sua assinatura. Valor: R\$ 1.039.286,28 (um milhão e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e oito centavos) pela CONCEDENTE, e R\$ 103.928,62 (cento e três mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta e dois centavos), pela CONVENIENTE, à título de

Contrapartida. – Objeto: Implemento de ação conjunta entre o Distrito Federal, por meio da SEDF e o Instituto Nair Valadares - INAV, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – à criança de 2 (dois) a 5 (cinco) anos de idade em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho apresentado pela Convenente. – Unidade Orçamentária: 18101. Programa de Trabalho: 12.365.0142.2388.0001. – Elemento de Despesa: 3.3.50.39. – Fonte de Recurso: 100. – Emissão de Nota de Empenho Parcial nº 00273/2010, em 23/02/2010, sob o evento nº 400091, na modalidade Ordinário, no valor de R\$ 223.856,00 (duzentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais). Assinantes: p/ SEDF: Eunice de Oliveira Ferreira Santos – p/INAV: Sebastião Valadares de Castro.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 04/2010.

Processo: 080.000066/2010. Partes: SEDF x ASSOCIAÇÃO MARIA DE NAZARÉ - Assinatura: 23/02/2010. Vigência: até 31/12/2010, a contar da data de sua assinatura. Valor: R\$ 227.166,40 (duzentos e vinte e sete mil, cento e sessenta e seis reais e quarenta centavos) pela CONCEDENTE, e R\$ 22.716,64 (vinte e dois mil, setecentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos), pela CONVENENTE, a título de Contrapartida. – Objeto: Implemento de ação conjunta entre o Distrito Federal, por meio da SEDF e o Lar Assistencial Maria de Nazaré – Creche Lar de Maria, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível de Educação Básica – à criança de 18 (dezoito) meses a 5 (cinco) anos de idade em seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais, conforme estabelecido no Plano de Trabalho apresentado pela Convenente. – Unidade Orçamentária: 18101. - Programa de Trabalho: 12.365.0142.2388.0001. – Elemento de Despesa: 3.3.50.39. - Fonte de Recurso: 100. – Emissão de Nota de Empenho Parcial nº 00269/2010, em 23/02/2010, sob o evento nº 400091, na modalidade Ordinário, no valor de R\$ 48.928,00 (quarenta e oito mil, novecentos e vinte e oito reais). - Assinantes: p/ SEDF: Eunice de Oliveira Ferreira Santos. p/Associação: Antonia Pereira dos Santos.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2010.

Processo: 040.004.572/2009. Partes: DF/SEF x HBL – CARIMBOS E PLACAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME. Objeto: O Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para confecção de carimbos para esta Secretaria. O valor total do Contrato é de R\$ 96.750,00 (noventa e seis mil, setecentos e cinquenta reais), recursos esses procedentes do Orçamento do Distrito Federal, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. O empenho inicial é de R\$ 8.062,50 (oito mil, e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme Nota de Empenho nº 59/2010, emitida em 22/01/2010, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativo. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 19101; Programa de Trabalho: 04122010085170051; Natureza de Despesa: 33.90.39; Fonte de Recursos: 100. Vigência: O contrato terá vigência a partir de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2010, permitida a prorrogação na forma da lei vigente, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. Data da Assinatura: 27/01/2010. Fundamento Legal: Edital de Pregão Eletrônico nº 1023/2009-CECOM/SUPRI/SEPLAG e seus anexos. Signatários: Pelo Distrito Federal: Analice Maria Marçal de Lima, na qualidade de Chefe da Unidade de Administração Geral; Pela Contratada: Jose Vieira da Silva, na qualidade de Proprietário.

SUBSECRETARIA DA RECEITA DIRETORIA DE ARRECAÇÃO

EDITAL Nº 01, DE 1º DE MARÇO DE 2010.

Aviso geral de lançamento do IPVA/2010.

O DIRETOR DE ARRECAÇÃO, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do inciso XIV, artigo 86 da Portaria nº 563, de 5 de setembro de 2002, do artigo 11 do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, e considerando as Leis Complementares nº 435, de 27 de dezembro de 2001, e nº 4, de 30 de dezembro de 1994, a Lei Ordinária Federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, Lei nº 4.459, de 28 de dezembro de 2009, torna público o seguinte AVISO GERAL DE LANÇAMENTO DO Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, relativo ao exercício de 2010.

1 – Ficam os proprietários, os titulares do domínio útil e os possuidores de veículo automotor, registrado no Distrito Federal, NOTIFICADOS do lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, relativo ao exercício de 2010.

2 – A base de cálculo para o lançamento do IPVA é o valor venal do veículo constante na Pauta de Valores Venais - Anexo Único da Lei nº 4.459, de 28 de dezembro de 2009.

3 – As alíquotas do IPVA para os veículos de fabricação nacional ou importado são:

3.1 – 1% (um por cento) para veículos de carga com lotação acima de 2.000 kg, caminhões tratores, microônibus, ônibus e tratores de esteira, de rodas ou mistos;

3.2 – 2% (dois por cento), para ciclomotores, motocicletas, motonetas, quadriciclos e triciclos;

3.3 – 3% (três por cento), para automóveis, caminhonetes, caminhonetes, utilitários e demais veículos não discriminados nos incisos anteriores.

4 - As datas de vencimento do IPVA são as constantes do anexo I deste Edital, conforme estabelecido pela Portaria SEF nº 472, de 30 de dezembro de 2009.

4.1 – O imposto com vencimento em feriado ou final de semana poderá ser pago no primeiro dia útil subsequente à data de vencimento.

5 – Na hipótese em que o valor do IPVA for igual ou superior a R\$ 60,00 (sessenta reais), o pagamento poderá ser parcelado em até três cotas.

5.1 – As cotas serão iguais e sucessivas, não podendo cada uma ser inferior a R\$ 20,00 (vinte reais), sendo incorporado à última o valor residual, se for o caso, conforme previsto na Portaria SEF nº 472, de 30 de dezembro de 2009.

6 – De acordo com a Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001, o IPVA não pago, até a data de vencimento, sofrerá atualização calculada pela variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Sobre o valor atualizado incidirá:

6.1 – Multa de 10% (dez por cento), reduzida para 5% (cinco por cento), quando o débito for pago em até 30 (trinta) dias corridos após a data do respectivo vencimento. Neste caso, se o prazo de 30 (trinta) dias finalizar em dia não útil, a multa de 5% (cinco por cento) será aplicada até o primeiro dia útil subsequente.

6.2 – Juros de mora equivalentes a 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, aplicados por capitalização simples, a partir do mês subsequente ao do vencimento.

7 – O IPVA deverá ser recolhido por meio de Documento de Arrecadação - DAR emitido pela Secretaria de Fazenda na rede bancária autorizada.

7.1 – Caso o contribuinte não receba em seu domicílio fiscal o documento de arrecadação emitido pela Secretaria de Fazenda, até 19 de março de 2010, deverá, para o pagamento do imposto, retirar a segunda via do documento de arrecadação, preferencialmente, no endereço eletrônico www.fazenda.df.gov.br, ou nos Postos do Na Hora ou nas Agências de Atendimento da Receita da Secretaria de Fazenda relacionadas no Anexo II.

7.2 – A falta do recebimento do documento de arrecadação não desobriga o contribuinte do pagamento do IPVA no seu respectivo vencimento.

8 - O contribuinte que não concordar com o valor do IPVA lançado para o exercício de 2010 poderá apresentar recurso fundamentado, por escrito, nos termos do art. 40, §§ 1º, 2º e 3º, do Dec. 16.106/94, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação deste Edital no Diário Oficial do Distrito Federal, em uma das Agências de Atendimento da Receita da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda relacionadas no Anexo II, sendo dispensada a análise de recursos, eventualmente apresentados, desprovidos de:

I - cópia de documento, com divulgação pública, contendo o valor venal de veículo similar, em se tratando de reclamação contra a base de cálculo. Não serão considerados:

a - anúncios individuais de venda do próprio veículo, ou de similar, ainda que publicados em jornal;

b - avaliações individuais do próprio veículo, mesmo que realizadas por concessionária autorizada ou revendedor de veículos usados.

9 – Fica concedido desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor do IPVA, para o exercício de 2010, aos contribuintes que efetuarem o pagamento do imposto no valor integral até a data de vencimento da cota única. O presente desconto fica condicionado à inexistência de débito vencido do imposto, relativo ao veículo beneficiado, até 31 de dezembro de 2009, conforme art.4º da Lei nº 4.459, de 28 de dezembro de 2009.

JOSE LUIS MAGALDI DE OLIVEIRA

ANEXO I CALENDÁRIO DE VENCIMENTOS DO IPVA-2010

Final da placa	Parcela Única ou Primeira Parcela	Segunda Parcela	Terceira Parcela
0	01/04/2010	03/05/2010	01/06/2010
1	05/04/2010	05/05/2010	04/06/2010
2	06/04/2010	06/05/2010	07/06/2010
3	08/04/2010	07/05/2010	08/06/2010
4	09/04/2010	10/05/2010	09/06/2010
5	12/04/2010	12/05/2010	11/06/2010
6	13/04/2010	13/05/2010	14/06/2010
7	15/04/2010	14/05/2010	15/06/2010
8	16/04/2010	17/05/2010	16/06/2010
9	19/04/2010	19/05/2010	18/06/2010

ANEXO II AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA

AGÊNCIAS E POSTOS DE ATENDIMENTO DA RECEITA	ENDEREÇO
AGÊNCIA EMPRESARIAL	SBN QD 02 BLOCO A ED. VALE DO RIO DOCE TÉRREO
AGÊNCIA BRASÍLIA	SEPN 513 BLOCO D LOJA 38
AGÊNCIA BRAZLÂNDIA	AE 04 LOTE 03 – SETOR TRADICIONAL
AGÊNCIA CEILÂNDIA	QNN 02 CONJUNTO H LOTE 13
AGÊNCIA GAMA	AREA ESPECIAL 01 – LOTE ÚNICO – SETOR CENTRAL (PROXIMO A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL)
AGÊNCIA NÚCLEO BANDEIRANTE	2ª AVENIDA LOTE 451-A
AGÊNCIA PLANALTINA	SHD BLOCO C (PROXIMA AO CORREIO)
AGÊNCIA S.I.A.	SETOR DE ÁREAS ESPECIAIS – SIA TRECHO 01 LOTE H (EM FRENTE A CAESB)
POSTO DE SANTA MARIA	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
AGÊNCIA SOBRADINHO	QD 08 CL 13 LOJA 08
AGÊNCIA TAGUATINGA	CNA 03 AE S/Nº PRAÇA SANTOS DUMONT (ANTIGA PRAÇA DO DI) – TAGUATINGA NORTE
POSTO DE ATENDIMENTO DO “NA HORA-CIDADÃO”	ENDEREÇO
PLANO PILOTO	SUBSOLO DA ESTAÇÃO RODOVIARIA DE BRASÍLIA, PLATAFORMA D
TAGUATINGA	CNB 12 – LOJAS 11/12 – SHOPPING TOP MALL – 3º ANDAR
CEILÂNDIA	CEILANDIA CENTRO – QNM 12, VIA MN12A, LOTE 18/20 . (EM FRENTE A PRAÇA DO CIDADÃO)
SOBRADINHO	QUADRA CENTAL – BLOCO 11 – LOTE 07 LOJA 22 – SUBSOLO – EDIFÍCIO SERRA SHOPPING
AGÊNCIA DE ATENDIMENTO REMOTO	ENDEREÇO ELETRÔNICO: agrem@fazenda.df.gov.br

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: Formaset Industrial Ltda. Objeto: Fornecimento parcelado de envelopes de auto-atendimento para o BRB durante o ano de 2010. Contrato DIRAD/DESEG-2010/033. Assinatura: 01/03/2010. Valor: R\$144.200,00. Licitação: Pregão Eletrônico nº 010/2010. Signatários pelo BRB: Sérgio Augusto Corrêa de Faria. Pela Contratada: Luiz Carlos Bertollo. Executor: Francisco de Assis Gomes. Processo: 003/2010.

EXTRATOS DE TERMO ADITIVO

Contratada: AGÊNCIA Estado Ltda. Contratante: BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.. Objeto do Contrato/Aditivo: Prestação de serviços do sistema BROADCAST de informação para mercado financeiro/Prorrogação de vigência por 12 meses a partir de 03/02/2010. Contrato DIRAD/DESEG-2008/283 I Termo Aditivo. Assinatura: 02/02/2010. Valor: R\$17.795,64. Licitação: Inexigível com base no caput do artigo 25 da Lei 8666/93. Signatários pelo BRB-CFI: Laécio Barros Júnior. Pela Contratada: Teofilo Mendes Batista e Gilson Guilhermino Júnior. Processo: 795/2008.

Contratada: NCT Infomática Ltda. Objeto do Contrato/Aditivo: Prestação de serviços de atualização competitiva da solução antivírus do BRB/Prorrogação contratual por 12 meses a partir de 04/03/2010. Contrato DIRAD/DESEG-2008/036 - III Termo Aditivo. Assinatura: 01/03/2010. Valor: R\$291.893,47. Licitação: Pregão Eletrônico nº 032/2007. Signatários pelo BRB: Sérgio Augusto Corrêa de Faria. Pela Contratada: Antônio Carlos Guimarães Pimenta Filho. Processo: 589/2007.

ERIEL STRIEDER
Gerente de Processos

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
JULGAMENTO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. TORNA PÚBLICO o julgamento das propostas comerciais da Tomada de Preços DIRAD/CPLIC nº 001/2010. Empresa vencedora: ENGEMAXI ENGENHARIA LTDA. Os autos do processo encontram-se com vista franqueada no horário de 10 às 16 horas, no SBS, Bloco E, Edifício Brasília, 16º andar, Brasília/DF. Processo: 808/2010.
ERIEL STRIEDER
Presidente

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO • EXERCÍCIO DE 2009

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais em vigor (Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e do Estatuto Social do BRB), submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Conglomerado BRB, relativas ao ano de 2009.

CENÁRIO ECONÔMICO

O Brasil reagiu positivamente aos impactos causados pela crise econômica que perdurou durante o ano de 2009, conforme constata-se mediante indicadores macroeconômicos positivos e mercado interno em franco desenvolvimento, traduzidos em otimismo dos investidores internacionais com o País. O PIB no 3º trimestre subiu 1,3%, a inflação se mantém abaixo da meta e a taxa de desemprego permanece abaixo de 8%, com a massa salarial crescente. Esses indicadores são traduzidos em otimismo pelos investidores internacionais com o País.

Nesse contexto, o Distrito Federal, que possui a maior renda per capita do País, segue mostrando aumento no nível de ocupação, ao exibir crescimento de 0,2% em dezembro em relação a novembro. No ano o nível de ocupação no DF subiu 3,2% com destaque para o setor da construção civil, que teve expansão de 7,5% seguido pelos setores de comércio e serviços, que avançaram 4,5% e 3,2%, respectivamente.

Cabe ressaltar que a melhora da economia brasileira foi justificada pelo bom desempenho de praticamente todos os setores, com destaque para a ampliação da rede bancária, o surgimento de novas empresas e principalmente o elevado consumo das famílias, reflexo do aumento da massa salarial, alta das operações de crédito e redução da taxa de juros, que fechou o ano em 8,75%.

Salientamos que a elevada renda e melhora do emprego no DF aliadas a inflação local e nacional comportada, que encerrou 2009 em 4,92% e 4,31%, respectivamente, estimularam o consumo das famílias. Assim como a queda de juros que combinada com as medidas de estímulos fiscais, como redução de IPI para automóveis e linha branca, facilitaram a aquisição de bens duráveis. Ademais, a estabilidade da renda média do setor público confere um crescimento econômico contínuo à região.

PERSPECTIVAS PARA 2010

Diante do desafio de manter o Conglomerado BRB atuante no Distrito Federal e Centro-Oeste, o BRB estipulou as seguintes estratégias e metas para 2010:

- Aumentar sua rentabilidade a partir da expansão do crédito;
- Atuar no aperfeiçoamento contínuo dos riscos e controles internos;
- Buscar maior eficiência financeira com a oferta de produtos e serviços;
- Consolidar sua presença no Distrito Federal e expandir a participação no Centro-Oeste;
- Promover o desenvolvimento educacional e cultural de seus colaboradores;
- Fortalecer a política de Responsabilidade Social, contribuindo para o crescimento sustentável das regiões de atuação do Banco.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

O BRB apresentou lucro líquido de R\$ 190,5 milhões no ano de 2009, resultado 72,6% superior ao lucro registrado no ano de 2008. Com esses números o BRB obteve rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 32,8%.

O patrimônio líquido ao final do ano é de R\$ 581,4 milhões, apresentando crescimento de 37% em relação ao mesmo período do exercício de 2008.

RESULTADOS OPERACIONAIS

- a. O ativo total cresceu 17,6%, passando de R\$ 5,620 bilhões, em dezembro de 2008, para os atuais R\$ 6,612 bilhões. Destaca-se o aumento na carteira de operações de crédito. Essa variação positiva resulta da preocupação do BRB em apoiar e promover a qualidade de vida dos servidores públicos locais além de incentivar o segmento produtivo do DF, colaborando e participando do desenvolvimento sustentável da região e suas áreas de influência.
- b. O volume das operações com característica de concessão de crédito ao final do ano de 2009, totalizou R\$ 3,246 bilhões, contra R\$ 2,705 bilhões registrados no mesmo período de 2008, representando aumento de 20,0%.
Com relação às operações de crédito, o BRB procurou manter as políticas de seletividade, pulverização e reforço de garantias reais, como forma de viabilizar a preservação de seus ativos.
- c. As receitas de intermediação financeira totalizaram R\$ 1,173 bilhões, apresentando crescimento de 24,2% em relação aos R\$ 944,8 milhões apresentados ao final de 2008. Com destaque para o aumento das operações destinadas a pessoas físicas e jurídicas de pequeno e médio porte, cujas diretrizes de concessão de crédito foram alinhadas à política de crédito associadas ao conceito de liquidez, rentabilidade e segurança.
- d. O volume de depósitos totais registrou R\$ 4,928 bilhões contra R\$ 4,013 bilhões verificados em dezembro de 2008, correspondendo a um aumento da ordem de 22,8%. Destaca-se o crescimento dos depósitos a prazo, que de R\$ 2,266 bilhões no ano de 2008 passou para R\$ 2,999 bilhões no mesmo período de 2009, correspondendo a 32,3% de crescimento.
- e. As despesas de intermediação financeira foram de R\$ 461,0 milhões, contra R\$ 383,7 milhões apresentados no mesmo período do exercício anterior, com uma variação de 20,1% que está diretamente relacionada à captação de recursos de terceiros, o que demonstra uma melhora significativa na eficiência da gestão financeira do Conglomerado que durante o ano de 2009 buscou otimizar

os ganhos na remuneração desses capitais, identificando segmentos com melhor performance e menores custos.

Destques:

Resultado	2008	2009	Δ2008 (%)
Lucro Líquido	R\$ 110,3 milhões	R\$ 190,5 milhões	72,6%
Receitas de Intermediação Financeira	R\$ 944,8 milhões	R\$ 1,173 bilhões	24,2%
Despesas de Intermediação Financeira	R\$ 383,7 milhões	R\$ 461,0 milhões	20,1%
Balanço Patrimonial	2008	2009	Δ2008 (%)
Ativos	R\$ 5,620 bilhões	R\$ 6,612 bilhões	17,6%
Operações de Crédito	R\$ 2,705 bilhões	R\$ 3,246 bilhões	20,0%
Depósitos Totais	R\$ 4,013 bilhões	R\$ 4,928 bilhões	22,8%
Patrimônio Líquido	R\$ 424,3 milhões	R\$ 581,4 milhões	37,0%

RESULTADO DE PARTES RELACIONADAS (PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS)

No segundo semestre de 2009, o BRB contou com R\$ 29,8 milhões que sensibilizaram positivamente o Lucro Líquido, oriundos da composição da participação do Banco na Cartão BRB S.A., pelo lançamento de ações da Visanet, que permitiu a venda das participações que se traduziu em R\$ 23,6 milhões relativos ao Resultado de Equivalência Patrimonial; R\$ 2,6 milhões referentes a Juros sobre Capital Próprio e R\$ 3,6 milhões pelo uso da marca BRB.

ÍNDICE DE BASILÉIA

De acordo com o Novo Acordo de Capitais - Basileia II, o Índice de Solvabilidade do Conglomerado Financeiro BRB, o qual mede a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), é de 15,85%.

	2008	2009	(%) Acima
Índice de Basileia	13,82%	15,85%	2,03%
Limite de Imobilização	16,73%	22,13%	5,40%

REDE DE ATENDIMENTO

O BRB dispõe de 99 Pontos de Atendimento, assim divididos:

- 59 Agências, sendo 52 no Distrito Federal, 3 localizadas em outras capitais (São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia) e 4 no interior do Estado de Goiás.
- 40 Postos de Atendimento Bancário, de Arrecadação e Pagamentos.

Conta também com:

- 669 terminais de autoatendimento.

Foi aprovada, para o ano de 2010, a abertura de três novas Agências: Campo Grande, Cuiabá e ADE Águas Claras. A expectativa em termos financeiros acerca do volume a ser negociado pelas novas agências é de aproximadamente R\$ 12 milhões entre captações e aplicações diversas.

Além disso, a estrutura do Banco de Brasília S.A., visando a prestação de diversos serviços bancários à comunidade, conta com o apoio de 94 Correspondentes não Bancários, com ênfase no recebimento de contas de Concessionárias Públicas, tributos e tarifas, e 4 Correspondentes de Crédito Consignado para oferta de Crédito Consignado a servidores do GDF. No ano de 2009 essa modalidade concretizou junto a esse público mais de R\$ 50 milhões em crédito.

Com essa ampla rede de acesso, o BRB está presente em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal e regiões de influência.

BRB EM GRANDES NÚMEROS

Base Total de Clientes: 461.005 clientes

Pagamento de servidores do GDF: 177.999 servidores

Montante de pagamento de benefícios sociais: R\$ 140.318.957,12

Concessão de Crédito em 2009: R\$ 4,059 bilhões

Captação: R\$ 4,928 bilhões

Internet Bank: 199.422 clientes

Pagamento a Aposentados e Pensionistas (INSS): 538.379

Rede de Terminais de autoatendimento: 669

Rede de Agências: 99 distribuídas em todas as Regiões Administrativas do DF e em outros estados do Brasil (Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro).

BASE DE CLIENTES

O BRB atende a 461 mil clientes, mantendo sob sua administração 544,5 mil contas (399,25 mil contas correntes de Pessoa Física e 26,47 mil de pessoa jurídica, 68,78 mil contas salário e 50 mil contas especiais). Dos clientes não-correntistas, 153,24 mil são poupadores e 44,87 mil beneficiários do INSS.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

A base de contas correntes do BRB, de pessoa física, cresceu 8,0% em 2009.

Relativamente à base de contas correntes de pessoa jurídica, a expansão nos últimos 12 meses foi de 11,54%.

CAPTAÇÃO

Captação (R\$ milhões)	2008	2009	Δ2008
Depósitos à Vista	678,0	832,7	22,8%
Depósitos de Poupança	953,8	989,8	3,8%
Depósitos a Prazo	2.266,9	2.999,0	32,3%
Outros	114,5	106,5	-6,9%
Total Captado	4.013	4.928	22,8%

CRÉDITO

a. Comercial:

O BRB apresentou um aumento significativo nos empréstimos voltados à pessoa física, com crescimento em relação ao ano de 2008 de 173,7%, alcançando a cifra de R\$ 2,215 bilhões emprestados, sendo que desse total, 59,6%, isto é, R\$ 1,321 bilhões referem-se a créditos consignados.

Carteira de Crédito (R\$ milhões)	2008	2009	Δ2008 (%)
Pessoa Física	809,3	2.215,4	173,7%
• Crédito Consignado	-	1.321,6	-
Pessoa Jurídica	1.071,8	1.536,7	43,4%
Outros*	198,1	307,7	55,3%
Total	2.079,2	4.059,8	95,3%

*Refere-se ao somatório das Carteiras de Crédito Industrial, Imobiliário e Rural.

O crescimento expressivo das operações de crédito de pessoa física no ano de 2009, ocorreu devido a criação de novos produtos, campanhas junto à clientela (linhas de crédito para aquisição de Notebooks e Antecipação de Imposto de Renda), bem como a incorporação das operações da BRB-Crédito, Financiamento e Investimento, resultado da cisão entre o BRB – Banco de Brasília S.A. e aquela CFI, ocorrida em 30/01/2009.

O aumento das operações de Crédito de pessoa jurídica teve como destaque a ampliação da atuação dos produtos Antecipação de Recebíveis, Antecipação de Cobrança (produto novo), Microfinanças para PJ e o produto Cred Reforma PJ.

b. Rural:

Os financiamentos no âmbito do Crédito Rural apresentaram durante o ano de 2009 um crescimento em torno de 50% em relação ao ano de 2008. O total dos financiamentos que superou R\$ 80 milhões beneficiou, principalmente, pequenos e médios produtores do DF e Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno - RIDE. O Banco investiu em treinamento e aumento de 3(três) para 10(dez) os pontos de atendimento que operacionalizam o crédito rural, oferecendo maior agilidade no acolhimento das propostas e liberação dos recursos aos produtores rurais, fato esse que convergiu para a ampliação dos empregos e renda no campo.

A participação ativa do BRB no setor de agronegócios contou com a colaboração do BNDES/PSI, programa do BNDES voltado para sustentação do investimento, o qual contribuiu para o aumento do volume de negócios no Banco, pois com a adesão do Crédito Rural no BRB, o cliente pode agregar outros produtos da carteira comercial.

c. Industrial:

O ano de 2009 foi significativo para o Crédito Industrial do BRB: retomada das operações de financiamento com recursos do Sistema BNDES, incremento da contratação de financiamentos com recursos do FCO Empresarial e implementação dos novos produtos BNDES/PSI e BNDES/PEC. Foram realizados diversos treinamentos com vistas à capacitação das agências do Banco na operacionalização dos produtos da Carteira. Além disso, iniciou-se a contratação de operações garantidas pelo Famp - Fundo de Aval a Micro e Pequena Empresas do Sebrae - Nacional.

À Carteira de Crédito Industrial foram implementados os produtos FCO Empresarial, BNDES/Automático e Finame (Agência Especial de Financiamento Industrial) voltados ao financiamento de investimentos de longo prazo das empresas do setor produtivo do DF e Entorno. As linhas BNDES/PSI e FCO Empresarial mantêm taxas de juros atrativas, com juros fixos a partir de 4,5% a.a. e prazos para pagamento superiores a 60 meses.

Em 2009, foram contratadas cerca de R\$ 38,16 milhões em operações de Crédito Industrial e o volume da carteira alcançou, neste período, crescimento superior à 150%, se comparado ao ano de 2008.

d. Imobiliário:

A carteira de crédito imobiliário foi impulsionada pela atualização e implementação dos produtos de financiamento, voltados para a aquisição de imóveis residenciais e comerciais, proporcionando facilidades à sociedade brasileira.

Em 2009, foram contratadas cerca de R\$ 28,46 milhões em operações de financiamento imobiliários residenciais e comerciais; contratação de aproximadamente R\$ 158,81 milhões em operações de financiamento da construção de imóveis residenciais e comerciais, totalizando R\$ 187,27 milhões entre aquisição e construção.

O incremento no valor de operações contratadas foi da ordem de 34,62%, comparado ao ano de 2008.

TECNOLOGIA BANCÁRIA

Em fevereiro/2009, o Banco de Brasília S.A. e o Banco do Brasil S.A. passaram a compartilhar suas redes de autoatendimento. Essa ação colocou à disposição de nossos clientes 4.963 pontos de serviço em outras localidades, que não estavam sendo atendidas pelo BRB.

Além disso, em 2009, o Banco de Brasília substituiu suas máquinas de autoatendimento por novas máquinas mais modernas e funcionais, possibilitando maior segurança para os correntistas. Ademais, proporcionarão uma significativa diminuição nos custos operacionais de transação, gerando ao BRB economia anual em torno de R\$ 11 milhões. A conclusão desta etapa ocorreu no dia 14/12/2009.

SEGURANÇA EMPRESARIAL

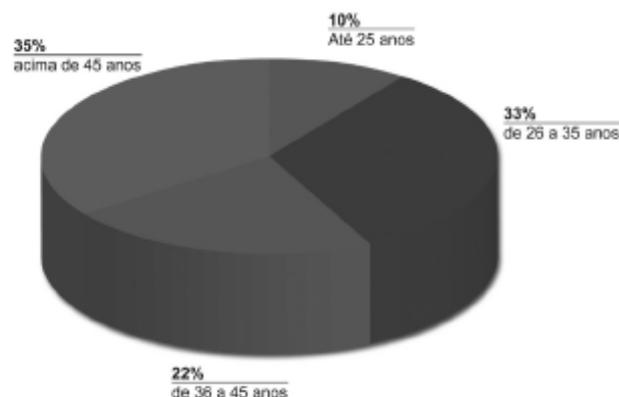
A gestão do Sistema de Segurança da Informação é um constante desafio para uma organização. O BRB, primando por excelência e comprometimento junto à base de clientes, dedica-se ao aprimoramento contínuo do Sistema de Segurança da Informação. Neste intuito, foram promovidas palestras e treinamentos para os novos escriturários, caixas, gerentes de negócios e para os Correspondentes não Bancários com o objetivo de conscientizar e treinar os usuários sobre as melhores práticas em Segurança da Informação. Além disso, e sempre com referência em normas e padrões de nível nacional, no que se refere a Segurança da Informação, como a NBR 27001 e 27002, concluiu-se a atualização da Política de Segurança da Informação do Banco, que será publicada no início do segundo semestre de 2010, para melhor subsidiar os usuários quanto as melhores práticas de conduta e Governança Corporativa.

Neste contexto normativo, foi publicado o Manual de Classificação da Informação, revisado o Manual do Correio Eletrônico e o Manual de Segurança Empresarial, além do acompanhamento dos principais projetos da área de TI. Vislumbram-se para o primeiro semestre de 2010 o início das atividades de desenvolvimento do Plano de Continuidade dos Negócios, projeto básico elaborado no final do ano de 2009, e a implantação do sistema de gerenciamento eletrônico de documentos, cujo planejamento foi discutido no final de 2009.

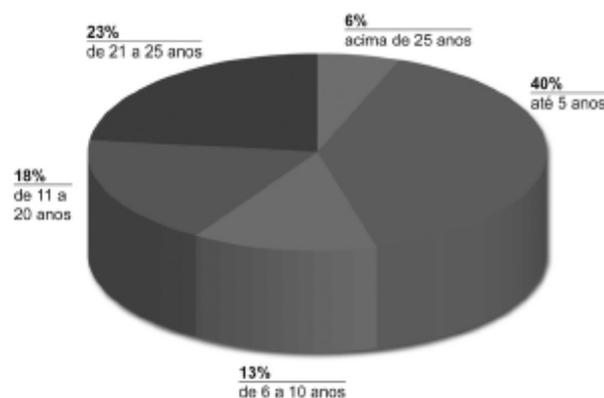
GESTÃO DE PESSOAS

O BRB encerrou o ano de 2009 com 2.379 empregados, 633 terceirizados, 385 estagiários e 102 menores aprendizes.

Faixa etária - Idade dos empregados



Tempo de Banco



O Banco direcionou seus processos internos e desenvolveu seus empregados para uma atuação voltada à estratégia. Diversas atividades foram desempenhadas em 2009, das quais destacamos:

a. Encarreamento:

a.1. Implantação da nova Estrutura Organizacional - Esta implantação objetivou adequar o BRB internamente ao que é praticado nas instituições financeiras de ponta, com a necessária competitividade e

continua...

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

modernidade, bem como adequando o Banco às exigências de mercado, tendo como metas o aperfeiçoamento da Governança Corporativa e a melhoria na execução das rotinas;

a.2. Aprovação e Implantação de novo Plano de Cargos e Salários / PCS 2009 - *Elaborado de forma a atender ao antigo anseio de todos os empregados, nivelou os salários pagos pelo Banco às remunerações do mercado diminuindo distorções históricas, acentuadas e prejudiciais ao corpo funcional do BRB;*

b. Qualidade de Vida e Bem Estar:

b.1. Criação do Programa de Qualidade de Vida do BRB - Vida Ativa. O Programa Vida Ativa extrapola as ações internas, a exemplo da caminhada BRB e o grupo de corredores de rua do BRB;

b.2. Promoção da VI e VII Caminhada do BRB, que é uma atividade aberta aos empregados e familiares, com a participação de 500 pessoas;

c. Ampliação do quadro de pessoal:

c.1. Realização de Concurso Público para as carreiras de Escriturário e Advogado;

d. Benefícios:

d.1. Ampliação da Licença-maternidade de 120 dias para 180 dias;

d.2. Criação do Auxílio-Idioma;

d.3. Crédito Instrução;

d.4. Crédito Educação;

e. Capacitação:

e.1. Oferecimento de 140 treinamentos internos e 161 treinamentos externos, onde foram formados 152 Gerentes;

e.2. Certificação de Agentes de Investimento (básica e qualificada) para 262 empregados.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

a. Gestão de Risco

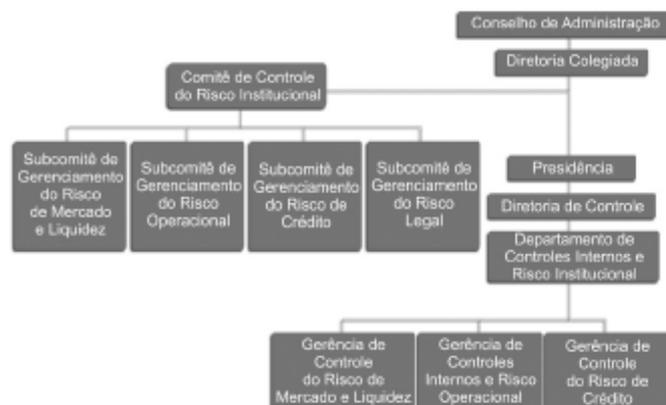
A Diretoria de Controle do Banco de Brasília atua de forma independente no gerenciamento dos riscos e tem o objetivo de adotar as melhores práticas de mercado, mantendo uma atuação focada e direta, contribuindo dessa forma para otimizar a relação risco/retorno dos Riscos de Mercado, de Crédito, Operacional e Legal.

Em complemento à estrutura de Governança Corporativa, bem como as disposições legais, o BRB ampliou a atuação do Comitê de Controle do Risco Institucional, o qual está sob coordenação do Diretor de Controle. Para um melhor apoio às decisões deste Comitê, foram implementados os seguintes Subcomitês:

1. Subcomitê de Gerenciamento do Risco de Mercado e Liquidez;
2. Subcomitê de Gerenciamento do Risco Operacional;
3. Subcomitê de Gerenciamento do Risco de Crédito;
4. Subcomitê de Gerenciamento do Risco Legal.

A estrutura organizacional do gerenciamento do risco do Conglomerado BRB é compatível com a exposição a risco das suas operações, e com o detalhamento da gestão de cada risco.

Estrutura organizacional para o gerenciamento dos riscos do Conglomerado BRB



a.1. Risco de Crédito

Em 2009, objetivando aprofundar-se na gestão do risco de crédito, em conformidade com os normativos legais, o BRB criou uma área específica para gerenciar esse risco, utilizando um sistema para fazer o

gerenciamento e o cálculo da alocação de capital. A partir de então, todas as decisões e estratégias relativas a esse risco são discutidas mensalmente no Subcomitê de Gerenciamento do Risco de Crédito, e as deliberações submetidas ao Comitê de Controle do Risco Institucional.

a.2. Risco de Mercado e Liquidez

O BRB realiza a apuração, monitoramento, controle e reporte do risco de mercado e Gestão de ALM do Conglomerado, utilizando o sistema de gerenciamento de risco para o cálculo, testes de estresse, análise de dados e cenários, com a consequente elaboração de relatórios, em conformidade com Basileia II. O Subcomitê de Risco de Mercado e Liquidez, ao definir estratégias para o gerenciamento de risco, baseado nos limites globais de exposição, estabeleceu limites operacionais de V@R por fator de risco e consolidado. Todas as deliberações do Subcomitê são encaminhadas ao Comitê de Controle do Risco Institucional, resultando numa integração de diversas áreas independentes e especializadas. Essa sinergia de processos e especialização, contribuiu para uma melhor alocação de capital, aderente ao Novo Acordo de Basileia.

a.3. Risco Operacional e Controles Internos

A gestão do Risco Operacional e Controles Internos no BRB está pautada em ações e informações qualitativas e preventivas, resultantes do mapeamento de risco realizado nas dependências do Banco, e as detectivas quantitativas, com base histórica de perdas operacionais que ocorrem em toda a Instituição.

As diretrizes e modelos adotados na gestão de risco operacional e controles internos na Instituição estão normatizadas e amplamente divulgadas por todo o BRB em documentos específicos.

Por meio da metodologia de auto-avaliação dos controles, aliada ao gerenciamento de riscos operacionais, é possível manter os riscos já identificados em níveis aceitáveis, ou seja, sem comprometerem o atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição.

A sistemática de controles internos adotada pelo Banco, sustentada por estratégias de gerenciamento dos riscos, controles e ações de conformidade, constitui importante instrumento para a efetividade da Governança Corporativa.

Instrumento que prova a sua eficácia à medida em que fornece informações completas, precisas e tempestivas, propiciando aos Administradores subsídios para identificar, avaliar, administrar e controlar os riscos inerentes ao seu negócio, e, assegurar uma condução negocial aderente à legislação externa e às políticas e diretrizes definidas para o Banco.

Com esse foco, o BRB realiza atividades voltadas à sedimentação dessa cultura de gestão de risco operacional, controles internos e conformidade junto aos seus empregados, objetivando facilitar a absorção dos conceitos de melhoria contínua para os processos operacionais e sistemas.

a.4. Risco Legal

Em 2009, objetivando mitigar o risco legal da empresa e em conformidade com os normativos legais, o BRB alterou a macroestrutura de gerenciamento dos riscos institucionais, criando um Subcomitê específico para analisar e propor ações estratégicas relativas a esse risco. A partir de então, todas as decisões e estratégias relativas a esse risco são discutidas mensalmente no Subcomitê de Gerenciamento do Risco Legal, e as deliberações submetidas ao Comitê de Controle do Risco Institucional.

b. Prevenção e Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro

A área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), por meio de ações efetivas de seu corpo funcional, atuou voltada para a melhoria da qualidade das análises das movimentações atípicas e monitoramento das transações em espécie. A equipe passou por um processo de reciclagem, em virtude das constantes alterações de procedimentos e aprimoramento de novas práticas de prevenção, o que vem contribuindo sobremaneira na eficácia da área.

Outrossim, foi reformulado o envio de informações obrigatórias às entidades solicitantes a fim de adequar o BRB aos novos procedimentos exigidos pelos órgãos reguladores. Soma-se a isso, como parte de um processo contínuo, a revisão periódica dos Manuais e Políticas sob responsabilidade da área, rotina que vai ao encontro do conteúdo da Circular n.º 3.461 do BACEN.

c. Informações Legais

Conforme disposto no Artigo 8º da Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001, o BRB declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

Atendendo à Instrução n.º 381, da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco adota a política de que os auditores não devam auditar o próprio trabalho, bem como o fato de que a auditoria externa não deva exercer funções gerenciais e tampouco promover os interesses de seu cliente. As empresas do Conglomerado BRB, para as quais a PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes realizou serviços de auditoria externa, são: BRB - Banco de Brasília S.A., BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e a Cartão BRB S.A.

SUSTENTABILIDADE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E PATROCÍNIOS

O Banco de Brasília busca realçar sua imagem institucional e social por meio do apoio a projetos nas áreas de artes e cultura, causas sociais, comunidade, entretenimento, esporte e negócio onde poderá associar a sua marca aos resultados alcançados por estes projetos junto à comunidade de Brasília.

Os patrocínios apoiados pelo BRB visam aprimorar o seu relacionamento com a sociedade com o objetivo de gerar novos negócios e consolidar a imagem do Banco vinculada ao cumprimento de sua missão, visão e valores.

Nesse sentido, foram promovidas ao longo do ano, campanhas e ações para atendimento de instituições

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

carentes, tais como: (i) entrega de material escolar e ovos de Páscoa; (ii) Campanhas de Voluntariado do Agasalho; (iii) do Leite com Biscoito (Dia das Crianças); (iv) Natal Solidário; (v) Cinema Solidário. O BRB também teve destaque nas contribuições para a campanha Brasília Solidária - SOS Santa Catarina, com grande arrecadação de doações.

No mês de outubro de 2009 foi concluída a campanha Leite com Biscoito, na qual foram arrecadados e distribuídos milhares de pacotes de biscoito e litros de leite entre as entidades auxiliadas pelo BRB.

Em novembro foi iniciada a Campanha de Natal de 2009, cuja conclusão deu-se em dezembro de 2009, com pleno sucesso. O total de 302 pessoas entre adultos e crianças, assistidos pelas instituições Casa de Moisés, Lar Sagrada Face de Jesus Cristo e Escola Maria Teixeira, foram adotados por funcionários e terceirizados do BRB, sendo agraciados com roupas, calçados, brinquedos, entre outros.

Destacamos, também, a pactuação de convênio do BRB com a AABR (Associação Atlética do Banco de Brasília) para promoção de ações de Responsabilidade Social, cidadania, educação e inclusão social de crianças carentes, alunas das escolas públicas do Distrito Federal, a partir da utilização das instalações da AABR. O público alvo do projeto do BRB são crianças com idade entre 05 e 12 anos e que estejam devidamente matriculadas em escolas públicas no Distrito Federal.

AÇÕES SOCIAIS

O BRB contribui para o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal com sensibilidade social e transparência, exercendo importante papel não só na melhoria da renda e da qualidade de vida da população carente, mas também na inserção tecnológica e na bancarização.

a. Programas Sociais do GDF

O Banco, como Agente Financeiro do GDF, promoveu o pagamento mensal dos programas sociais: Auxílio Enfermagem, Bolsa Atleta, Bolsa Escola, Bolsa Social, LCD - Lares de Cuidados Diurnos, FUNAP - Fundação de Amparo ao Preso Trabalhador, Mestre do Saber e Renda Universidade, totalizando 1.027.243 benefícios repassados, no valor total de R\$ 99.837.271,12. Além desses, o Banco de Brasília, integrado com o Governo Federal, realizou o pagamento mensal do programa federal Bolsa Família registrando um total de 545.953 benefícios pagos, no montante de R\$ 40.481.686,00.

Programa	QTD	Total	VALOR
AUXÍLIO ENFERMAGEM	1.325		R\$ 138.190,00
BOLSA ATLETA	1.402		R\$ 735.954,98
BOLSA ESCOLA	633.360		R\$ 61.334.922,00
BOLSA FAMÍLIA	545.953		R\$ 40.481.686,00
BOLSA SOCIAL	369.137		R\$ 30.324.472,00
LCD	2.682		R\$ 662.495,00
FUNAP	17.048		R\$ 5.542.122,09
MESTRE DO SABER	1.163		R\$ 572.065,00
RENDA UNIVERSIDADE	1.126		R\$ 527.050,05
TOTAL	1.573.196		R\$ 140.318.957,12

Benefícios:

Montante dos benefícios repassados: R\$ 140.318.957,12

b. Fundos Distritais de Desenvolvimento

As parcerias com as Secretarias de Estado do Distrito Federal, Setrab e Seapa, respectivamente gestoras do Fundo de Geração de Emprego e Renda - Funger/DF e do Fundo de Desenvolvimento Rural - FDR/DF, cujo gerenciamento dos recursos financeiros é realizado pelo Banco, beneficiam produtores rurais, trabalhadores autônomos, pequenos e microempresários do Distrito Federal. Em 31/12/2009, a carteira ativa do empréstimos concedidos pelo Funger era de aproximadamente R\$ 54,5 milhões e a do FDR totalizava aproximadamente R\$ 3 milhões.

c. Microcrédito

Linha de Crédito destinada à população de baixa renda. Em 2009, o BRB negociou R\$ 3,4 milhões nesta modalidade.

d. Outras linhas de crédito

O BRB criou linha de crédito destinada à aquisição de notebooks aos Professores e Auxiliares de Educação da Secretaria de Educação - SEE e aos preceptores da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS (implementado em 26/03/2009). Foram realizadas 31.372 operações que totalizaram aproximadamente R\$ 47 milhões.

Em continuidade com a política de criação de linhas de crédito para benefício dos servidores do GDF, o Banco criou, também, linha de crédito destinada à aquisição de computadores e periféricos aos servidores da Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e da Corregedoria Geral e outros órgãos a ela vinculados.

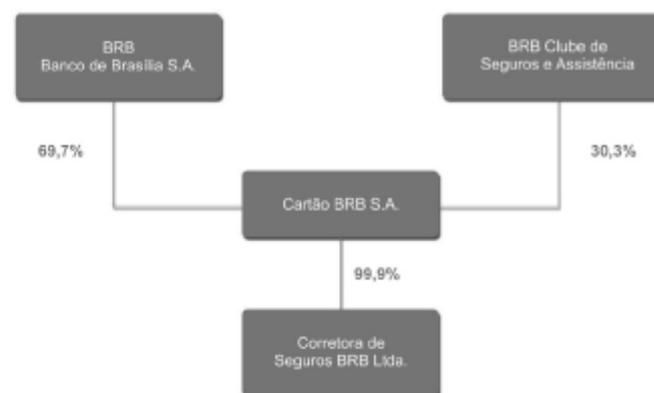
Em conjunto com o GDF, o Banco criou linha de crédito específica, destinada aos feirantes contemplados com boxes no Shopping Popular de Brasília. Foram realizadas 485 operações, que totalizaram aproximadamente R\$ 2,3 milhões.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

a. Em 2009 o Banco de Brasília S.A. incorporou as operações da BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., o que representou aumento expressivo das Operações de Crédito de Pessoa Física no ano

de 2009. A BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. direcionou seu foco de atuação para os segmentos ainda não contemplados pelo BRB.

- b. Ao final do 1º semestre de 2009, no dia 22/06/2009, o BRB - Banco de Brasília S.A. promoveu reorganização societária nas empresas em que mantinha participações: Cartão BRB e Corretora Seguros BRB. Com a reorganização societária o BRB redefiniu sua participação acionária do Banco junto a Cartão BRB (direta) e na Corretora Seguros BRB (indireta), passando a ser detentor de 69,7% das ações ordinárias das referidas empresas, além de redefinir os custos de uso do balcão por aquelas instituições controladas.



A partir da reorganização foram firmados contratos de exclusividade para uso do Balcão do Banco pelas empresas, em valores de mercado e com duração de 10 anos, proporcionando, assim, reflexos diretos na rentabilidade do Banco.

- c. Com o propósito de intensificar a sinergia entre as áreas e propiciar a alocação dos recursos humanos e materiais do Conglomerado BRB com maior eficiência, a Diretoria do Banco aprovou:
- A criação de um Comitê Permanente de Análise e Cenário, de caráter consultivo, que realiza a análise econômico-financeira das empresas na colocação de Títulos e Valores Mobiliários, além de fornecer cenários de curto e longo prazos;
 - A centralização das operações das mesas no Banco na compra e venda de ativos, preservando a identidade dos gestores e restringindo interferências na execução das operações comandadas;
 - A unificação dos serviços de Liquidação, Custódia e Controladoria na BRB-DTVM, entidade credenciada junto à CVM para a prestação desta natureza.

A mudança foi implementada com total observância aos normativos vigentes, especialmente quanto à segregação entre a administração das carteiras e as demais atividades exercidas.

- d. Foi criado Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar e propor a contínua redução de despesas administrativas no âmbito do BRB. Neste trimestre foi possível obter uma redução de despesas na ordem de R\$ 7.820.842,17 (sete milhões oitocentos e vinte mil oitocentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos).
- e. O Banco atuou efetivamente na implantação da nova estrutura organizacional, que buscou alinhar o Banco internamente ao que é praticado nas instituições financeiras de ponta, com a necessária competitividade e modernidade, adequada às exigências de mercado, tendo como metas o aperfeiçoamento da Governança Corporativa e a melhoria na execução das rotinas.
- f. Em 1º de setembro de 2009, data de seu aniversário de 43 anos, o BRB promoveu mudança da sua Marca. Essa alteração levou em consideração a necessidade de padronizar a utilização da marca, a fim de estabelecer, de fato, a identidade visual do BRB, perante à clientela e às comunidades nas quais estão instaladas as suas Unidades.
- g. A Cartão BRB promoveu alteração da identidade visual de seus cartões de crédito. A expectativa foi fortalecer a imagem dos cartões BRB, priorizando a identificação com a cidade de Brasília, divulgar os benefícios dos serviços oferecidos e alavancar o uso dos Cartões BRB.
- h. Implantação da liberação de Operações de Crédito diretamente no Autoatendimento (Crédito Pré-Aprovado). Esta nova modalidade de concessão de crédito tem a finalidade de atender o cliente com maior agilidade e comodidade, permitindo que ele realize a contratação de crédito nos canais alternativos, como o Autoatendimento e o BRB-Banknet.
- i. Em atendimento à Resolução nº 3.271/09 do Banco Central do Brasil e com a finalidade de permitir maior controle dos riscos institucionais, o BRB ampliou no ano de 2009 a atuação do Comitê do Controle do Risco Institucional, permitindo uma visão consolidada do gerenciamento de risco da instituição, fortalecendo, desta forma, a Governança Corporativa do BRB.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

- j. Com o objetivo de adequar o Conglomerado BRB internamente ao que é praticado nas instituições financeiras de ponta, com a necessária competitividade e modernidade, foi criado, a partir do segundo semestre, o Departamento de Gestão Empresarial que é responsável pelo aperfeiçoamento da Governança Corporativa no âmbito da organização, bem como junto aos seus parceiros.
- k. O BRB, com a finalidade de estabelecer uma ação estratégica que assegurasse a conquista dos objetivos do Banco, promoveu a contratação de Consultoria da Fundação Getúlio Vargas em Novembro/2009 para realização de:
- k.1. **Mapeamento de Processos** - Desenvolvimento de um mapeamento de todos os processos finalísticos e de apoio do Banco, com o diagnóstico de correções e melhorias.
- k.2. **Planejamento de Marketing** - Desenvolvimento de um Planejamento de Marketing que garanta ao BRB um reposicionamento seguro perante o mercado, possibilitando abrir espaços de consumo para seus produtos e melhoria de sua imagem institucional e mercadológica.
- k.3. **Plano Diretor de Informática** - Diagnóstico geral da infra-estrutura de informática atual e desenvolvimento de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, com proposta objetiva para atualização dos sistemas e funcionalidades do segmento no BRB.

CONTABILIDADE INTERNACIONAL

Com a entrada em vigor da Lei 11.638/2007, tomou-se necessário promover a convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais, que se coadunam com a transparência exigida pelo mercado atual, na figura de investidores, acionistas e usuários das instituições.

Com o propósito de promover tais adaptações e mudanças, o Banco de Brasília S.A. firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes, cujo objeto é a prestação de serviços especializados de consultoria para fornecer subsídios técnicos a fim de que o BRB adote as normas internacionais de contabilidade editadas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas para o Conglomerado.

Dessa forma, está prevista, para o ano de 2010, a existência paralela da contabilidade nos moldes atuais e nos padrões contábeis internacionais. Ao longo do ano de 2010, ocorrerá a implantação dos sistemas e procedimentos de acordos com as novas normas, para que todas as alterações, adequações e adaptações sejam efetuadas visando a publicação de todos os relatórios exigidos para o final do exercício de 2010, já no formato determinado pelo *International Financial Reporting Standards - IFRS*.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2009.

RICARDO DE BARROS VIEIRA
Diretor-Presidente

DARIO OSWALDO GARCIA JUNIOR
Diretor de Relacionamento e Negócios

ELOIR COGLIATTI
Diretor Financeiro

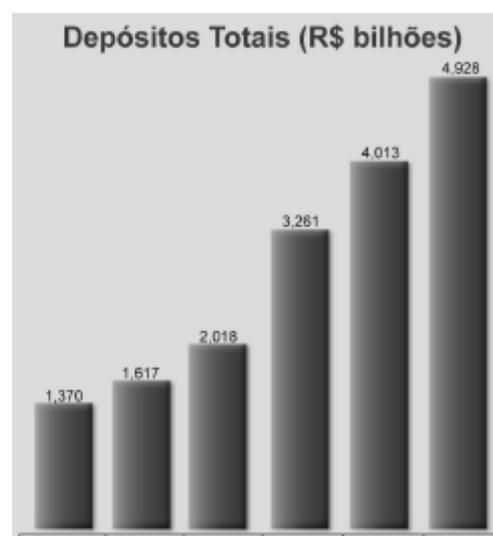
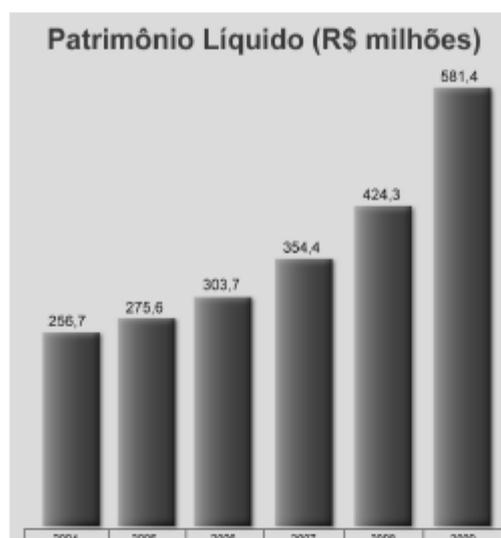
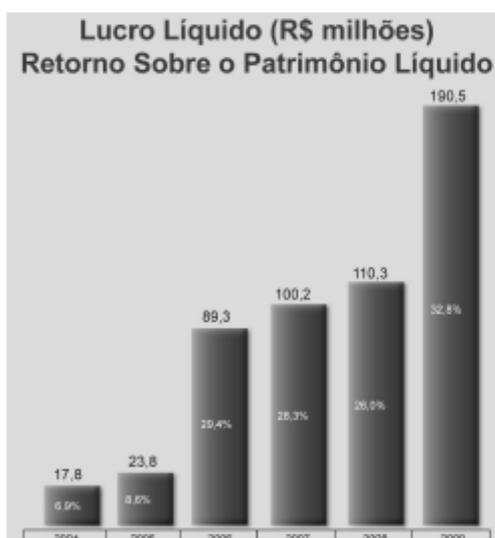
FLÁVIO JOSÉ COURI
Diretor de Desenvolvimento

FRANCISCO SOARES PEREIRA
Diretor de Crédito e Governo

KELSON CÔRTE
Diretor de Tecnologia

PAULO ROBERTO DIAS LOPES
Diretor de Controle

SÉRGIO AUGUSTO CORREA DE FARIA
Diretor de Administração



BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	BRB MÚLTIPLO		BRB CONSOLIDADO		PASSIVO	BRB MÚLTIPLO		BRB CONSOLIDADO	
	2009	2008	2009	2008		2009	2008	2009	2008
CIRCULANTE	3.551.493	2.617.805	3.728.872	2.991.149	CIRCULANTE	4.663.277	3.935.602	4.834.539	4.036.655
DISPONIBILIDADES	96.556	62.773	96.984	62.962	DEPÓSITOS	4.126.821	3.224.558	4.063.748	3.143.983
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (nota 5)	1.055.190	699.786	903.486	547.253	Depósitos à Vista	833.188	685.438	832.731	678.016
Aplicações no Mercado Aberto	786.384	418.943	786.384	418.943	Depósitos de Poupança	989.793	953.780	989.793	953.780
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	268.806	280.843	117.102	128.310	Depósitos Interfinanceiros	105.879	141.667	96.834	99.595
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS					Depósitos a Prazo	2.188.248	1.428.783	2.134.677	1.397.702
FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 6)	296.038	203.274	313.819	221.707	Outros Depósitos	9.713	14.890	9.713	14.890
Carteira Própria	162.318	102.570	180.099	121.003	CAPTações NO MERCADO ABERTO	295.883	550.747	295.883	550.747
Vinculados a Compromissos de Recompra	-	100.704	-	100.704	Carteira Própria	-	550.747	-	550.747
Vinculados ao Banco Central	120.095	-	120.095	-	Carteira de Terceiros	295.883	-	295.883	-
Vinculados a Prestação de Garantias	13.625	-	13.625	-	RECURSOS LETRAS HIPOTECARIAS IMOBILIÁRIAS				
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	481.860	592.074	481.860	592.074	CREDITOS E SIMILARES (nota 13)	3.340	5.255	3.340	5.255
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	6.884	6.230	6.884	6.230	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (nota 14)	34	-	34	-
Créditos Vinculados:					Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	34	-	34	-
Depósitos no Banco Central (nota 7a)	474.969	585.766	474.969	585.766	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	208	257	208	257
SFH - Sistema Financeiro da Habitação (nota 7b)	7	78	7	78	Recursos em Trânsito de Terceiros	173	152	173	152
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	16.634	16.960	16.634	16.960	Transferências Internas de Recursos	35	105	35	105
Transferências Internas de Recursos	16.634	16.960	16.634	16.960	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	-	3.435	-	3.435
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 8)	1.520.012	933.631	1.751.056	1.450.577	Empréstimos no Exterior	-	3.435	-	3.435
Operações de Crédito:					OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS				
Sector Público	2.403	2.123	2.403	2.123	INSTITUIÇÕES OFICIAIS (nota 15)	2.807	2.325	2.807	2.325
Sector Privado	1.569.289	974.361	1.801.938	1.498.136	Tesouro Nacional	22	19	22	19
(Provisões para Operações de Créditos) (nota 8d)	(51.680)	(42.853)	(53.305)	(49.682)	Banco do Brasil	293	38	293	38
OUTROS CRÉDITOS	83.099	108.809	162.723	99.088	BNDES	1.077	987	1.077	987
Carteira de Câmbio	6.266	-	6.266	-	CEF	643	565	643	565
Rendas a Receber (nota 9a)	7.359	18.473	7.443	8.852	FINAME	772	716	772	716
Negociação e Intermediação de Valores Devedores	21	-	21	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	234.184	149.025	468.519	330.653
Créditos Específicos (nota 9b)	68	116	68	116	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Arrecados	4.307	7.147	4.338	7.160
Diversos (nota 9c)	69.385	90.220	148.925	90.120	Carteira de Câmbio	6.275	23	6.275	23
OUTROS VALORES E BENS (nota 11)	2.104	498	2.310	528	Sociais e Estatutárias (nota 17a)	27.678	9.547	27.909	12.180
Outros Valores e Bens	276	311	276	311	Fiscais e Previdenciárias (nota 16a)	53.210	14.342	132.735	42.714
Despesas Antecipadas	1.828	187	2.034	217	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	42	314	42	314
NÃO CIRCULANTE	2.787.831	2.791.974	2.883.261	2.629.397	Negociação e Intermediação de Valores	-	1.948	-	1.948
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (nota 5)	-	439.597	-	926	Diversas (nota 16b)	142.672	115.704	297.220	266.314
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	439.597	-	926	NÃO CIRCULANTE	1.094.348	1.049.659	1.111.447	1.129.642
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS					DEPÓSITOS	864.279	869.208	864.279	869.208
FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 6)	882.196	981.899	896.061	1.007.581	Depósitos a Prazo	864.279	869.208	864.279	869.208
Carteira Própria	783.484	315.621	796.736	340.768	RECURSOS LETRAS HIPOTECARIAS IMOBILIÁRIAS				
Vinculados a Compromissos de Recompra	-	451.838	-	451.838	CREDITOS E SIMILARES (nota 13)	9.591	11.920	9.591	11.920
Vinculados ao Banco Central	-	97.137	-	97.137	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS				
Vinculados a Prestação de Garantias	98.712	117.303	99.325	117.838	INSTITUIÇÕES OFICIAIS (nota 15)	16.758	6.190	16.758	6.190
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	153.578	52.506	153.578	52.506	Tesouro Nacional	248	243	248	243
Créditos Vinculados:					Banco do Brasil	927	285	927	285
SFH - Sistema Financeiro da Habitação (nota 7b)	153.578	52.506	153.578	52.506	BNDES	7.902	821	7.902	821
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (nota 8)	1.351.206	694.949	1.495.170	1.254.623	CEF	2.321	2.920	2.321	2.920
Operações de Crédito:					FINAME	5.360	1.921	5.360	1.921
Sector Público	3.281	5.469	3.281	5.469	OUTRAS OBRIGAÇÕES	203.720	162.341	220.819	242.324
Sector Privado	1.393.829	701.530	1.542.295	1.265.693	Fiscais e Previdenciárias (nota 16a)	148.992	119.114	166.045	199.062
(Provisões para Operações de Créditos) (nota 8d)	(45.904)	(12.050)	(50.406)	(16.539)	Diversas (nota 16b)	54.728	43.227	54.774	43.262
OUTROS CRÉDITOS	195.334	179.663	214.696	252.325	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	314	190	314	190
Rendas a Receber (nota 9a)	4.714	1	4.714	1	Resultados de Exercícios Futuros	314	190	314	190
Créditos Específicos (nota 9b)	3.384	3.120	3.384	3.120	PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	84.448	29.731
Diversos (nota 9c)	187.236	176.542	206.598	249.204	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	581.385	424.328	581.385	424.328
OUTROS VALORES E BENS (nota 11)	5.154	2.613	5.154	2.613	De Domiciliados no País	300.000	300.000	300.000	300.000
Outros Valores e Bens	5.842	3.505	5.842	3.505	Reservas de Capital	12.404	12.366	12.404	12.366
(Provisões para Desvalorizações)	(688)	(892)	(688)	(892)	Reservas de Lucros	269.107	123.072	269.107	123.072
INVESTIMENTOS	132.023	393.793	47.792	8.978	Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	(126)	(11.110)	(126)	(11.110)
Participações em Coligadas e Controladas no País (nota 12)	129.454	390.844	832	-	IMOBILIZADO DE USO				
Outros Investimentos	2.908	3.288	47.299	9.317	Imóveis de Uso	55.021	55.021	55.021	55.122
(Provisões para Perdas)	(339)	(339)	(339)	(339)	Outras Imobilizações de Uso	45.637	60.464	53.546	66.791
IMOBILIZADO DE USO	39.055	35.758	41.096	38.648	(Depreciações Acumuladas)	(61.603)	(79.727)	(67.471)	(83.265)
Imóveis de Uso	55.021	55.021	55.021	55.122	DIFERIDO	6.669	11.196	6.669	11.197
Outras Imobilizações de Uso	45.637	60.464	53.546	66.791	Gastos de Organização e Expansão	19.140	26.003	19.140	26.004
(Depreciações Acumuladas)	(61.603)	(79.727)	(67.471)	(83.265)	(Amortizações Acumuladas)	(12.471)	(14.807)	(12.471)	(14.807)
DIFERIDO	6.669	11.196	6.669	11.197	INTANGÍVEL	22.616	-	23.045	-
Gastos de Organização e Expansão	19.140	26.003	19.140	26.004	Ativos Intangíveis	28.430	-	37.787	-
(Amortizações Acumuladas)	(12.471)	(14.807)	(12.471)	(14.807)	(Amortizações Acumuladas)	(5.814)	-	(14.742)	-
INTANGÍVEL	22.616	-	23.045	-	TOTAL	6.339.324	5.409.779	6.612.133	5.620.546
Ativos Intangíveis	28.430	-	37.787	-					
(Amortizações Acumuladas)	(5.814)	-	(14.742)	-					
TOTAL	6.339.324	5.409.779	6.612.133	5.620.546	TOTAL	6.339.324	5.409.779	6.612.133	5.620.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (Em milhares de reais)

	2º SEMESTRE		BRB MÚLTIPLO EXERCÍCIO		BRB CONSOLIDADO EXERCÍCIO	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	601.389	730.365	1.140.023	730.365	1.173.154	944.761
Operações de Crédito	482.190	413.474	909.322	413.474	960.036	732.579
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários	106.091	283.209	214.662	283.209	197.195	178.664
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	2.846	(8.786)	(4.220)	(8.786)	(4.336)	(8.950)
Resultado de Operações de Câmbio	575	3.644	1.308	3.644	1.308	3.644
Resultado de Aplicações Compulsórias	9.687	38.824	18.951	38.824	18.951	38.824
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(203.943)	(380.101)	(457.391)	(380.101)	(460.884)	(383.662)
Operações de Captações no Mercado	(181.401)	(359.673)	(381.337)	(359.673)	(381.607)	(355.701)
Operações de Empréstimos, Cessão e Repasses	(427)	(745)	(706)	(745)	9.682	(745)
Provisões para Operações de Crédito (notas 3f e 8e)	(22.115)	(19.683)	(75.348)	(19.683)	(88.959)	(27.216)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	397.446	350.264	682.632	350.264	712.270	561.099
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(198.947)	(217.800)	(377.058)	(217.800)	(341.936)	(372.489)
Receitas de Prestação de Serviços (nota 16c)	9.498	457	13.558	457	146.455	100.012
Renditas de Tarifas Bancárias (nota 16d)	49.980	123.823	104.188	123.823	104.202	123.823
Despesas de Pessoal (nota 16e)	(152.334)	(252.212)	(288.723)	(252.212)	(302.701)	(264.544)
Outras Despesas Administrativas (nota 16f)	(117.814)	(229.316)	(227.470)	(229.316)	(301.991)	(270.881)
Despesas Tributárias	(25.999)	(54.250)	(48.499)	(54.250)	(54.250)	(48.787)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (nota 12)	26.987	6.364	49.434	6.364	79.505	7.773
Outras Receitas Operacionais (nota 16g)	31.761	143.128	61.846	143.128	182.927	68.068
Outras Despesas Operacionais (nota 16h)	(21.026)	(47.501)	(41.392)	(47.501)	(122.942)	(87.953)
RESULTADO OPERACIONAL	198.499	132.464	305.574	132.464	370.334	188.610
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (nota 16i)	(1.186)	(28)	(51)	(28)	322	340
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO E PARTICIPAÇÕES	197.313	132.436	305.523	132.436	370.656	188.950
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(63.709)	(3.589)	(87.021)	(3.589)	(136.970)	(63.911)
Imposto de Renda (nota 10d)	(20.157)	(1.365)	(38.435)	(1.365)	(68.919)	(34.359)
Contribuição Social	(16.402)	(618)	(24.717)	(618)	(42.914)	(17.548)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(27.150)	(1.606)	(23.869)	(1.606)	(25.137)	(2.004)
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO (nota 23c)	(14.992)	(18.530)	(28.047)	(18.530)	(28.759)	(18.530)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	-	-	(14.472)	(6.192)
LUCRO LÍQUIDO	118.612	110.317	190.455	110.317	190.455	110.317
Nº DE AÇÕES	36.304.650	36.304.650	36.304.650	36.304.650	36.304.650	36.304.650
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES	3.267	3.039	5.246	3.039	5.246	3.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL		RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		LUCROS ACUMULADOS	TOTAIS
	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL		LEGAL	ESTATUTÁRIAS	PRÓPRIOS	CONTROLADAS		
Saldo em 30/06/2009	184.225	115.775	12.413	41.283	136.860	(4.371)	(95)	-	486.090
Aumento de Capital (nota 17a)	115.775	(115.775)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	2.550	1.790	-	4.340
Realização de Reservas	-	-	(9)	-	-	-	-	9	-
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	-	118.612	118.612
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	5.931	85.033	-	-	(90.964)	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (nota 17e)	-	-	-	-	-	-	-	(27.657)	(27.657)
Saldos em 31/12/2009	300.000	-	12.404	47.214	221.893	(1.821)	1.695	-	581.385
MUTAÇÕES NO PERÍODO	115.775	(115.775)	(9)	5.931	85.033	2.550	1.790	-	95.295
Saldos em 31/12/2007	184.225	-	37.332	32.175	108.012	(7.346)	4	-	354.402
Aumento de Capital (nota 17a)	-	115.775	(25.121)	-	(90.654)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(3.791)	23	-	(3.768)
Realização de Reservas	-	-	(22)	-	-	-	-	22	-
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	-	177	-	-	-	-	-	177
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	110.317	110.317
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	5.516	68.023	-	-	(73.539)	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (Nota 17e)	-	-	-	-	-	-	-	(36.800)	(36.800)
Saldos em 31/12/2008	184.225	115.775	12.366	37.691	85.381	(11.137)	27	-	424.328
MUTAÇÕES NO PERÍODO	-	115.775	(24.966)	5.516	(22.631)	(3.791)	23	-	69.926
Saldos em 31/12/2008	184.225	115.775	12.366	37.691	85.381	(11.137)	27	-	424.328
Aumento de Capital (nota 17a)	115.775	(115.775)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	9.316	1.668	-	10.984
Realização de Reservas	-	-	(17)	-	-	-	-	17	-
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	-	55	-	-	-	-	-	55
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	190.455	190.455
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	9.523	136.512	-	-	(146.035)	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (Nota 17e)	-	-	-	-	-	-	-	(44.437)	(44.437)
Saldos em 31/12/2009	300.000	-	12.404	47.214	221.893	(1.821)	1.695	-	581.385
MUTAÇÕES NO PERÍODO	115.775	(115.775)	38	9.523	136.512	9.316	1.668	-	157.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	2º SEMESTRE		BRB MÚLTIPLO		BRB CONSOLIDADO	
	2009	EXERCÍCIO	2009	EXERCÍCIO	2009	2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO	118.612	190.455	110.317	190.455	110.317	
Depreciações e Amortizações	8.588	15.170	10.287	23.526	11.130	
Provisão para Perdas/Desvalorizações	2	2	86	2	86	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(26.987)	(49.434)	(79.505)	-	-	
Participação Minoritária	-	-	-	16.507	5.439	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	164.380	(62.094)	73.080	11.963	(83.265)	
Títulos e Valores Mobiliários	101.767	6.939	(69.999)	19.408	(85.882)	
Relações Interfinanceiras e Interdependências	81.439	9.452	22.965	9.452	22.964	
Operações de Crédito	(153.673)	(413.444)	(857.517)	(541.026)	(759.216)	
Outros Créditos	7.785	10.040	(25.187)	(20.097)	(42.815)	
Outros Valores e Bens	(1.627)	(1.606)	511	(1.782)	485	
Outras Obrigações	34.880	126.538	(19.720)	107.916	69.861	
Resultados de Exercícios Futuros	(507)	124	(75)	124	(1.443)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.340	10.984	(3.765)	10.984	(3.767)	
Constituição de Reservas de Títulos Patrimoniais	-	55	88	28	-	
Incorporação de Operação de Crédito Controlada	-	(829.193)	-	-	-	
Incorporação de Depósitos Interfinanceiros da Controlada	-	513.729	-	-	-	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	338.999	(472.283)	(838.434)	(172.540)	(756.106)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Alienação de Investimento	406	406	66	3.856	980	
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	825	1.033	9.514	1.033	9.554	
Alienação de Imobilizado de Uso	12	845	8	2.690	81	
Inversão de Bens Não de Uso Próprio	(1.194)	(3.577)	(942)	(3.577)	(942)	
Aplicação no Diferido	-	-	(893)	-	(1.042)	
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Recebidos	3.457	5.055	22.683	-	-	
Inversões em Imobilizado de Uso	(1.535)	(8.969)	(1.192)	(10.731)	(2.174)	
Inversões em Investimentos	(7.132)	(8.028)	(179)	(45.908)	-	
Inversões de Intangível	(5.109)	(28.431)	-	(172.946)	-	
Ajuste de TVM de Controladas	(1.790)	(1.695)	-	-	-	
Alienação de Investimento Custo	-	315.465	-	-	-	
Das acionistas	-	-	-	182.535	-	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) EM INVESTIMENTOS	(12.060)	272.104	29.105	(43.048)	6.457	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
Depósitos	3.029	897.334	807.526	915.328	752.029	
Operações Compromissadas	(35.080)	(254.865)	376.973	(254.865)	376.973	
Recursos de Aceites Cambiais e Emissão de Títulos	(1.630)	(4.244)	(32.053)	(4.244)	(32.053)	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.575	7.615	(80)	7.615	(80)	
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	(1.389)	-	(1.389)	
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	(27.657)	(44.437)	(36.800)	(46.782)	(40.967)	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) EM FINANCIAMENTOS	(53.763)	601.403	1.114.177	617.052	1.054.513	
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (nota 4)	273.176	401.224	304.848	401.464	304.864	
MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA						
Início do Período	609.764	481.716	176.868	481.904	177.040	
Fim do Período	882.940	882.940	481.716	883.368	481.904	
Varição Líquida do Caixa e Equivalente de Caixa	273.176	401.224	304.848	401.464	304.864	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

	2º SEMESTRE		BRB MÚLTIPLO		BRB CONSOLIDADO	
	2009	%	2009	%	2008	%
Apuração do Valor Adicionado:						
Receitas da Intermediação Financeira	601.467		1.140.101		730.365	
Receitas de Prestação de Serviços	59.479		117.746		124.280	
Provisão/Reversão Créditos	-		-		-	
Liquidação Duvidosa	(22.115)		(75.348)		(19.683)	
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(44.276)		(91.849)		(24.919)	
Resultado não Operacional	(1.186)		(51)		(28)	
Despesas da Intermediação Financeira	(181.906)		(382.121)		(360.418)	
Materialis, Energia e Outros	(8.302)		(16.439)		(17.044)	
Serviços de Terceiros	(45.914)		(83.559)		(81.439)	
Valor Adicionado	357.247		608.480		351.114	
Resultado de Participações em Coligadas/Controladas						
Coligadas/Controladas	26.987		49.434		79.505	
Valor Adicionado Bruto	384.234		657.914		430.619	
Despesas de Amortização/Depreciação	(8.588)		(15.169)		(10.287)	
Participação Minoritária	-		-		-	
Valor Adicionado a Distribuir	375.646	100	642.745	100	420.332	100
Distribuição do Valor Adicionado:						
Remuneração do Trabalho (Pessoal)	141.709	38	270.831	42	232.224	55
Salários e Honorários	92.511		181.150		162.926	
Benefícios, Encargos Sociais e	-		-		-	
Treinamento	34.206		61.634		50.768	
Participações no Lucro	14.992		28.047		18.530	
Remuneração do Governo	115.325	31	181.459	28	77.791	19
INSS sobre Salários	25.617		45.939		38.518	
Despesas Tributárias (exceto IR e CS)	25.999		48.499		35.684	
Imposto de Renda/Contribuição Social	63.709		87.021		3.589	
Remuneração dos Acionistas	118.612	31	190.455	30	110.317	26
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos	27.657		44.437		36.800	
Lucro Retido	90.955		146.018		73.517	
Valor Distribuído	375.646	100	642.745	100	420.332	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (em milhares de reais)

Nota 1. Contexto operacional

O BRB – Banco de Brasília S.A. é uma instituição financeira de economia mista, controlada pelo Governo do Distrito Federal, organizada sob a forma de banco múltiplo e autorizada a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de desenvolvimento, de *leasing* e de crédito imobiliário. Por meio de suas controladas, atua nos segmentos financeiros, com atividades nas áreas de Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Fundos, Crédito Direto ao Consumidor e Administração de Cartão de Crédito e Serviços.

O Banco incorporou, em janeiro de 2009, parcela de operações de sua controlada BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., conforme mencionado na nota 24.

Nota 2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e às Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor de mercado dos

títulos e valores mobiliários e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O BRB revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

c) As demonstrações financeiras consolidadas (BRB – Consolidado) abrangem as empresas controladas: BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Cartão BRB S.A., e foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e Instrução CVM n.º 247/1996, que requer a eliminação dos saldos de quaisquer contas ativas e passivas, decorrentes de transações entre as sociedades incluídas na consolidação. Assim, nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de cada uma das controladas do BRB – Banco de Brasília S.A., bem como os saldos de contas patrimoniais, receitas e despesas.

d) As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2010.

Nota 3. Principais práticas contábeis

a) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação em circulante e não circulante obedece à Lei n.º 6.404/1976, com as alterações determinadas pela Lei n.º 11.638/2007 e Medida Provisória n.º 449/2008.

continua...

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de liquidez cujo prazo de resgate é inferior a 90 dias, com risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculados "pro rata dia" com base na variação da taxa de juros pactuada. As receitas destas operações estão classificadas na demonstração de resultado como "resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários".

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva, e apresentados no Balanço Patrimonial conforme critérios de avaliação e contabilização estabelecidos pela Circular 3.068/2001 do BACEN. Podem ser classificados da seguinte forma:

- Títulos para Negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados à valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não podem ser classificados como Títulos para Negociação nem como Mantidos até o Vencimento. Esses títulos são ajustados à valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais a Administração demonstra a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. Os papéis mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período, não sendo ajustados pelo valor de mercado. Os rendimentos dos títulos, independente da categoria em que são classificados, são registrados em conta de resultado.

No caso dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda e dos Mantidos até o Vencimento, as oscilações no valor de mercado para patamares abaixo do custo atualizado, devido a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

e) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) são classificados de acordo com a intenção da Administração na data do início da operação, podendo ser utilizados para proteção contra riscos *hedge* ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (a) altamente correlacionados no que se refere ao valor de mercado do derivativo e do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (b) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado – os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e
- *Hedge* de fluxo de caixa – os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com valorizações ou desvalorizações reconhecidas em conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos os efeitos tributários.

Os instrumentos derivativos efetuados por meio de operações de *swap*, associados às operações de captação de recursos, não são avaliados à valor de mercado, conforme estabelecido na Circular BACEN n.º 3.150/2002. Esses derivativos levam em consideração as seguintes regras:

- não é permitida a negociação ou a liquidação apartada da operação a ele associado;
- nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, esta ocorrerá pelo valor contratado;
- a contratação é feita pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

f) Operações de crédito

As "Operações de crédito" são demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos da fluência dos prazos contratuais, e classificadas de acordo com parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

A atualização das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar.

As operações de créditos classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias são reconhecidas somente após o efetivo recebimento.

A "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" é constituída em montante julgado suficiente à cobertura dos riscos de créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo BACEN. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais com relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Adicionalmente também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução n.º 2.682/1999, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente	Percentual
- de 0 a 14 dias	A	0,5%
- de 15 a 30 dias	B	1,0%
- de 31 a 60 dias	C	3,0%
- de 61 a 90 dias	D	10,0%
- de 91 a 120 dias	E	30,0%
- de 121 a 150 dias	F	50,0%
- de 151 a 180 dias	G	70,0%
- superior a 180 dias	H	100,0%

g) Investimentos

Os investimentos relevantes em sociedades controladas foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme art. 248 da Lei n.º 6.404/1976, Instrução n.º 247/1996 da CVM, e normas do BACEN, apurados em balanços levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas permanentes.

h) Imobilizado de uso

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

- Imóveis de Uso – Edificações	4%
- Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
- Demais itens	10%

O saldo residual, custo corrigido deduzido da depreciação acumulada, é comparado ao valor recuperável do ativo, no mínimo anualmente, ou quando há indicação de perda de valor.

i) Diferido

O diferido é constituído por gastos de instalações em imóveis de terceiros, instalação, adaptação de dependências e logísticas, sendo o saldo mantido até a efetiva baixa por obsolescência e pela amortização calculada pelo método linear, à taxa anual fixa de 20%.

j) Intangível

O ativo Intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Nesta categoria, foram considerados os *softwares*, amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. O ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível, de acordo com a Deliberação CVM n.º 553/2008, quando for: separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido; transferido ou licenciado; alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade, ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. Os ativos intangíveis têm seus valores recuperáveis testados, no mínimo anualmente, ou quando há indicação de perda de valor.

k) Os demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelo valor líquido de realização. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidas as correspondentes despesas, quando aplicável.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro-rata* dia.

m) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

n) As férias vencidas e proporcionais e os abonos e folgas estão integralmente provisionados por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

o) A rubrica "Outros Valores e Bens" é composta basicamente por "Bens Não Destinados a Uso", e compreende imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados à valor de mercado, por meio da constituição de provisão.

p) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM 489/2005, Pronunciamento NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRAICON) e Resolução n.º 3.535, de 31.01.2008, do CMN e consideram premissas definidas pela administração e seus assessores legais:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes: Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis de natureza fiscal, previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia a correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

q) Tributos – Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

<u>Tributo:</u>	<u>Alíquota</u>
Imposto de Renda (IR) (*)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR)	10,00%
Contribuição Social (CSLL) (**)	15,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	5,00%

(*) Os impostos ativos diferidos foram constituídos às mesmas alíquotas mencionadas, aplicadas sobre as diferenças temporárias entre o lucro real e o contábil, e estão em conformidade com o que preceitua a Circular BACEN 3.059/2002 e 3.355/2006. O Banco não constituiu créditos tributários sobre bases negativas de contribuição social em decorrência de discussão judicial sobre esse tema (nota 20c).

(**) A partir de 01.05.2008, a alíquota foi alterada de 9% para 15% conforme artigos 17 e 41 da Lei n.º 11.727/2008.

r) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado sob o regime contábil de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro-rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras foram atualizadas até a data do balanço.

s) Benefícios a empregados

Os custos decorrentes de benefícios a empregados e as respectivas divulgações seguem as regras estabelecidas na Deliberação CVM 371/2001 e NPC 26 do IBRACON.

t) Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeira e operacional podem ser influenciadas pelo Banco, e nas quais há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potencial direito a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração para avaliar se o Banco controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banco e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações intercompanhia, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Banco.

Nota 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>BRB-Múltiplo</u>		<u>BRB-Consolidado</u>	
	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Caixa	96.556	62.773	96.984	62.962
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	786.384	418.943	786.384	418.942
Total	882.940	481.716	883.368	481.904

(*) Referem-se a operações cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias.

Nota 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

<u>BRB-Múltiplo</u>	Até	De 31 a	De 181 a	Acima de	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
	<u>30 dias</u>	<u>180 dias</u>	<u>365 dias</u>	<u>365 dias</u>		
Aplicações do Mercado Aberto	786.384	–	–	–	786.384	418.942
Posição Bancada:	495.451	–	–	–	495.451	418.942
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	–	–	7.497
Notas do Tesouro Nacional	461.451	–	–	–	461.451	–
Letras do Tesouro Nacional	34.000	–	–	–	34.000	286.703
Letras Hipotecárias	–	–	–	–	–	124.742
Posição Financiada:	290.933	–	–	–	290.933	–
Notas do Tesouro Nacional	290.933	–	–	–	290.933	–
Aplicações em Dep. Interfinanceiros	171.144	43.263	53.302	–	367.709	716.066
Aplicações em Moedas Estrangeiras	157	940	–	–	1.097	4.374
Total em 31/12/2009	957.685	44.203	53.302	–	1.055.190	–
Total em 31/12/2008	588.166	48.311	63.308	439.597	–	1.139.382

<u>BRB-Consolidado</u>	Até	De 31 a	De 181 a	Acima de	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
	<u>30 dias</u>	<u>180 dias</u>	<u>365 dias</u>	<u>365 dias</u>		
Aplicações no Mercado Aberto	786.384	–	–	–	786.384	418.942
Posição Bancada:	495.451	–	–	–	495.451	418.942
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	–	–	–	7.497
Notas do Tesouro Nacional	461.451	–	–	–	461.451	–
Letras do Tesouro Nacional	34.000	–	–	–	34.000	286.703
Letras Hipotecárias	–	–	–	–	–	124.742
Posição Financiada:	290.933	–	–	–	290.933	–
Notas do Tesouro Nacional	290.933	–	–	–	290.933	–
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	19.440	43.263	53.302	–	116.005	124.862
Aplicações em Moedas Estrangeiras	157	940	–	–	1.097	4.374
Total em 31/12/2009	805.981	44.203	53.302	–	903.486	–
Total em 31/12/2008	435.633	48.311	63.308	926	–	548.178

Nota 6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos para negociação

<u>Títulos</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ações de Companhias Abertas	3.254	–
Letras Financeiras do Tesouro	–	4.616
Total	3.254	4.616

Em 31/12/2009, de acordo com a Circular 3.068/2001, foi analisada a classificação da carteira de ações, e reclassificadas de 228.327 ações de emissão da CETIP S.A da categoria “disponível para venda” para “negociação”, com os seguintes efeitos:

	<u>Valor Contábil</u>	<u>Ajuste ao Valor de Mercado</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado</u>
Ações CETIP	3.254	3.025	(3.025)	3.025

b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários

<u>Títulos para Negociação</u>	<u>BRB-Múltiplo</u>				<u>BRB-Consolidado</u>			
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Custo Corrigido</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Ajuste ao valor de Mercado</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Custo Corrigido</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Ajuste ao valor de Mercado</u>
Ações em Companhias Abertas	3.254	228	3.254	3.025	3.254	228	3.254	3.025
Total em 31/12/2009	3.254	228	3.254	3.025	3.254	228	3.254	3.025

<u>Títulos Disponíveis para Venda</u>	<u>BRB-Múltiplo</u>				<u>BRB-Consolidado</u>			
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Custo Corrigido</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Ajuste ao valor de Mercado</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Custo Corrigido</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Ajuste ao valor de Mercado</u>
Letras Financeiras do Tesouro	678.008	678.064	678.008	(56)	682.660	682.749	682.660	(89)
Letras do Tesouro Nacional	17.021	17.060	17.021	(39)	23.319	23.359	23.319	(40)
Notas do Tesouro Nacional (*)	52.221	50.705	52.221	1.516	52.221	50.705	52.221	1.516
Ações de Companhias Abertas	12.752	16.218	12.752	(3.466)	16.136	16.488	16.136	(352)
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC	–	–	–	–	1.856	1.856	1.856	–
Cotas de Fundos de Investimento – FIC	443	443	443	–	443	443	443	–
Cotas de Fundos de Investimentos – FIA	–	–	–	–	1.273	1.273	1.273	–
Cotas de Fundos de Investimentos em Ações – FIC	–	–	–	–	1.276	1.276	1.276	–
Certificado de Câmbio de Crédito Bancário – CCB	–	–	–	–	7.224	7.333	7.224	(109)
Total em 31/12/2009	760.445	762.490	760.445	(2.045)	786.408	785.482	786.408	926
Total em 31/12/2008	1.130.789	1.149.351	1.130.789	(18.562)	1.169.735	1.188.252	1.169.735	(18.517)

(*) 28.500 NTN's estão caucionadas no processo 2005.34.00.000370-0, Ação Cautelar – BRB x União Federal – CSLL (nota 20c).

<u>Títulos Mantidos até o Vencimento</u>	<u>BRB-Múltiplo</u>				<u>BRB-Consolidado</u>			
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Custo Corrigido</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Ganhos/Perdas não Realizadas</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Custo Corrigido</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Ganhos/Perdas não Realizadas</u>
Letras Financeiras do Tesouro	199.106	199.106	199.108	2	199.106	199.106	199.108	2
Notas do Tesouro Nacional	114.257	114.257	113.510	(747)	114.257	114.257	113.510	(747)
Títulos Públicos Federais – CVS (*)	34.678	34.678	26.119	(8.559)	34.678	34.678	26.119	(8.559)
Títulos da Dívida Agrária	230	230	173	(57)	230	230	173	(57)
Debêntures	6.025	6.025	6.025	–	6.025	6.025	6.025	–
Certificado Recebíveis Imobiliários	6.257	6.257	6.257	–	6.257	6.257	6.257	–
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC	11.930	11.930	11.930	–	11.930	11.930	11.930	–
Fundos de Investimentos em Participações – FIP	42.052	42.052	42.052	–	42.052	42.052	42.052	–
CDB-Pré fixado	–	–	–	–	5.684	5.684	5.684	–
Total em 31/12/2009	414.535	414.535	405.174	(9.361)	420.219	420.219	410.858	(9.361)
Total em 31/12/2008	54.384	54.384	43.782	(10.602)	59.553	59.553	48.951	(10.602)
Total Geral em 31/12/2009	1.178.234	1.177.253	1.168.873	(8.380)	1.209.880	1.205.928	1.206.519	(5.409)

(*) 11.958 CVS's estão caucionadas no processo 2005.34.00.000370-0, Ação Cautelar – BRB x União Federal – CSLL (nota 20c).

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

c) Composição dos títulos "Para Negociação" por prazo de vencimento e tipo de papel

	Sem		De 31 a	De 181 a	Acima de	31/12/2009	31/12/2008
	Vencimento	Até 30 dias					
BRB-Múltiplo							
Ações de Companhias Abertas.....	3.254	-	-	-	-	3.254	-
Total em 31/12/2009	<u>3.254</u>	-	-	-	-	<u>3.254</u>	-
BRB-Consolidado							
Ações de Companhias Abertas.....	3.254	-	-	-	-	3.254	-
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	-	-	-	-	4.616
Total em 31/12/2009	<u>3.254</u>	-	-	-	-	<u>3.254</u>	<u>4.616</u>

d) Composição dos títulos "Disponíveis para Venda" por prazo de vencimento e tipo de papel

	Sem		De 31 a	De 181 a	Acima de	31/12/2009	31/12/2008
	Vencimento	Até 30 dias					
BRB-Múltiplo							
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	135.257	126.478	416.273	678.008	753.556
Letras do Tesouro Nacional.....	-	-	-	-	17.021	17.021	154.094
Ações de Companhias Abertas.....	12.752	-	-	-	-	12.752	11.658
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	-	-	52.221	52.221	155.980
Cotas de Fundos de Investimento - FAC.....	-	-	-	-	443	443	-
Fundos de Investim. em Participações - FIP.....	-	-	-	-	-	-	40.872
Fundos de Investimento em Quotas FAQ.....	-	-	-	-	-	-	228
Total em 31/12/2009	<u>12.752</u>	-	<u>135.257</u>	<u>126.478</u>	<u>485.958</u>	<u>760.445</u>	
Total em 31/12/2008	<u>11.886</u>	-	-	<u>191.362</u>	<u>927.541</u>		<u>1.130.789</u>
BRB-Consolidado							
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	72	135.617	126.911	420.060	682.660	758.686
Letras do Tesouro Nacional.....	-	-	6.298	-	17.021	23.319	159.711
Ações de Companhias Abertas.....	16.136	-	-	-	-	16.136	11.658
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	-	-	52.221	52.221	155.980
Fundos de Investimentos - FIDC.....	-	109	745	601	401	1.856	17.253
Cotas de Fundos de Investimentos - FIA.....	-	1.273	-	-	-	1.273	677
Fundos de Investimentos em Quotas - FAQ.....	-	-	-	-	-	-	228
Fundos de Investimentos Participações FIP.....	-	-	-	-	-	-	40.872
Cotas de Fundos de Investimento - FAC.....	-	-	-	-	443	443	-
Cotas de Fundos de Investimentos - FIC.....	-	1.276	-	-	-	1.276	1.592
Certificado de Cédulas de Crédito Bancário - CCB(*).....	-	245	1.357	1.628	3.994	7.224	8.078
Cotas de Fundos de Invest. Fundo FI BRB referenciado.....	-	-	-	-	-	-	10.000
Cotas de Fundos de Invest. Fundo FI BRB Multimercado.....	-	-	-	-	-	-	5.000
Total em 31/12/2009	<u>16.136</u>	<u>2.975</u>	<u>144.017</u>	<u>129.140</u>	<u>494.140</u>	<u>786.408</u>	
Total em 31/12/2008	<u>11.886</u>	<u>17.345</u>	<u>495</u>	<u>191.955</u>	<u>947.517</u>		<u>1.169.735</u>

(*) Os certificados de cédulas de crédito bancário estão classificados de acordo com seus vencimentos e com as amortizações previstas.

e) Composição dos títulos "Mantidos até o Vencimento" por prazo de vencimento e tipo de papel

BRB-Múltiplo	Até		De 181 a	Acima de	31/12/2009	31/12/2008
	30 dias	De 31 a 180 dias				
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	-	199.103	199.103	6.305
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	-	114.257	114.257	-
Títulos Públicos Federais - CVS.....	-	-	-	34.678	34.678	36.688
Títulos da Dívida Agrária.....	-	25	-	205	230	254
Debêntures.....	-	-	6.024	-	6.024	5.441
Certificado Recebíveis Imobiliários.....	-	-	315	5.942	6.257	5.696
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC.....	-	-	11.933	-	11.933	-
Fundos de Investimentos em Participações - FIP.....	-	-	-	42.053	42.053	-
Total em 31/12/2009	-	<u>25</u>	<u>18.272</u>	<u>396.238</u>	<u>414.535</u>	
Total em 31/12/2008	-	<u>25</u>	-	<u>54.359</u>		<u>54.384</u>

BRB-Consolidado	Até		De 181 a	Acima de	31/12/2009	31/12/2008
	30 dias	De 31 a 180 dias				
Certificado de Recebíveis Imobiliários.....	-	-	315	5.942	6.257	5.696
Títulos Públicos Federais - CVS.....	-	-	-	34.678	34.678	36.688
CDB Pré-fixado.....	-	-	-	5.684	5.684	5.169
Títulos da Dívida Agrária.....	-	25	-	205	230	254
Debêntures.....	-	-	6.024	-	6.024	5.441
Fundos de Investimentos em Participações - FIP.....	-	-	-	42.053	42.053	-
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	-	114.257	114.257	-
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC.....	-	-	11.933	-	11.933	-
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	-	199.103	199.103	6.305
Total em 31/12/2009	-	<u>25</u>	<u>18.272</u>	<u>401.922</u>	<u>420.219</u>	
Total em 31/12/2008	-	<u>25</u>	-	<u>59.528</u>		<u>59.553</u>

f) Composição dos títulos "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento", vinculados à prestação de garantias, por vencimento e tipo de papel.

BRB-Múltiplo	Sem		De 31 a	De 181 a	Acima de	31/12/2009	31/12/2008
	Vencimento	Até 30 dias					
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	2.832	10.793	19.660	33.285	-
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	-	-	52.221	52.221	-
Títulos Públicos Federais - CVS.....	-	-	-	-	26.831	26.831	-
Total.....	-	-	<u>2.832</u>	<u>10.793</u>	<u>98.712</u>	<u>112.337</u>	
BRB-Consolidado							
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	2.832	10.793	20.273	33.898	-
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	-	-	52.220	52.220	-
Títulos Públicos Federais - CVS.....	-	-	-	-	26.831	26.831	-
Letras do Tesouro Nacional.....	-	-	-	-	-	-	535
Total 31/12/2009.....	-	-	<u>2.832</u>	<u>10.793</u>	<u>99.325</u>	<u>112.950</u>	
Total 31/12/2008.....	-	-	-	-	<u>535</u>		<u>535</u>

O valor de mercado para a carteira de títulos e valores mobiliários é apurado da seguinte forma:

- Todos os produtos avaliados pelo valor de mercado que não possuem cotação em mercado ativo, utilizam o método de fluxo de caixa descontado a valor presente;
- Para os títulos públicos federais que possuem negociação ativa no mercado (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada na AMBINA. Para os demais, usa-se a DI de um dia, disponível na BM&F;
- Na falta da taxa devida para o vencimento, procura-se a de um ativo semelhante em prazo e remuneração;
- Esgotando-se as possibilidades, é realizada pesquisa junto às corretoras atuantes no mercado.

g) Efeitos do ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no exercício:

Títulos disponíveis para Venda Próprios	Saldo em	Ajuste	Ajuste	Ajuste	Saldo em
	31/12/2008	positivo	negativo	liquido no patrimônio	31/12/2009
Letras Financeiras do Tesouro.....	(382)	326	-	326	(56)
Letras do Tesouro Nacional.....	(1.478)	1.439	-	1.439	(39)
Notas do Tesouro Nacional.....	(6.115)	7.631	-	7.631	1.516
Ações.....	(9.906)	6.440	-	6.440	(3.466)
Letras Financeiras do Tesouro (Reavaliadas, conf. Circ. 3.068/2001 art. 5º, §1º, II, b).....	-	-	206	(206)	(206)
Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conf. Circ. 3.068/2001 art. 5º, §1º, II, b).....	-	385	-	385	385
Notas do Tesouro Nacional (Reavaliadas, conf. Circ. 3.068/2001 art. 5º, §1º, III, b).....	(680)	-	-	-	(680)
Efeito tributário sobre ajuste de marcação a mercado de TVM.....	7.425	-	6.700	(6.700)	725
Total.....	<u>(11.137)</u>	<u>16.221</u>	<u>6.905</u>	<u>9.316</u>	<u>(1.821)</u>

h) Demonstração de ajuste ao valor de mercado por tipo de papel:

Títulos para Negociação	Custo		Valor		Efeitos	
	Corrigido	Mercado	Bruto	Tributários	Valor líquido	
Ações (Reavaliadas, conf. Circ. 3.068/2001 art. 5º, §1º, II, a).....	228	3.254	3.026	(756)	2.269	
Total.....	<u>228</u>	<u>3.254</u>	<u>3.026</u>	<u>(756)</u>	<u>2.269</u>	
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro.....	678.064	678.008	(56)	16	(40)	
Letras do Tesouro Nacional.....	17.060	17.021	(39)	11	(28)	
Notas do Tesouro Nacional.....	50.705	52.221	1.516	(289)	1.227	
Ações de Companhias Abertas.....	16.218	12.752	(3.466)	987	(2.479)	
Letras Financeiras do Tesouro Reavaliadas.....	-	-	(206)	-	(206)	
Notas do Tesouro Nacional Reavaliadas.....	-	-	385	-	385	
Notas do Tesouro Nacional Reavaliadas.....	-	-	(680)	-	(680)	
Santos Virtual - FAC.....	443	443	-	-	-	
Efeito tributário sobre ajuste de marcação a mercado de TVM.....	762.490	760.445	(2.546)	725	(1.821)	

continua...

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

i) Efeito do ajuste ao valor de mercado da DTVM:

Títulos disponíveis para venda	Custo Corrigido	Valor Mercado	2009		Valor Líquido
			Efeitos Bruto	Efeitos Tributários	
Letras Financeiras do Tesouro	4.685	4.652	(33)	13	(20)
Letras do Tesouro Nacional	6.298	6.298	-	-	-
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC	1.856	1.856	-	-	-
Cotas de Fundos de Invest. - FIA	1.273	1.273	-	-	-
Cotas de Fundos de Invest. - FIC	1.276	1.276	-	-	-
Certificado de Céd. Créd. Bancário - CCCB	7.333	7.224	(109)	42	(67)
Ações de Companhias Abertas	270	3.384	3.114	(1.332)	1.782
Total	22.991	25.963	2.972	(1.377)	1.695

O efeito sobre o ajuste ao valor de mercado é de 44,65% sobre os ajustes negativos, referente a IR (25%), CSLL (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%); e 40% sobre os ajustes positivos, referente a IR (25%) e CSLL (15%).

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido não foi considerada, pois o Banco discute judicialmente o recolhimento do imposto.

j) Instrumentos Financeiros e Derivativos

- Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475, de 17 de dezembro de 2008)

O gerenciamento dos riscos do Conglomerado BRB é realizado por unidade independente das áreas de negócios e de auditoria, com total comprometimento do Comitê de Risco e da Alta Administração da Instituição.

Para a análise de sensibilidade, as operações são segregadas em duas carteiras: Negociação e Não-Negociação (de acordo com a Resolução CMN 3.464/2007 e Circular 3.354/2007):

1. A Carteira de Negociação (*Trading Book*) é composta pelas operações de posições próprias para as quais há intenção de negociação, ou que sejam destinadas a *hedje* da carteira de negociação, claramente documentado.

2. A Carteira de Não-Negociação (*Banking Book*) é formada por operações classificadas na carteira como não negociáveis, ou seja, há o intuito de mantê-las até o vencimento, sem intenção de negociação.

Sob essas condições e com o objetivo de atender a Instrução CVM n.º 475, de 17 de dezembro de 2008, a análise de sensibilidade foi aplicada apenas às operações da Carteira de Negociação, pois para operações na Carteira de Não Negociação, a alteração de valor devido às oscilações na taxa de juros não representa impacto financeiro significativo para a Instituição.

Para essa análise foram considerados os seguintes cenários:

Cenário 1: Relativo ao cenário provável considerado pelo banco.

Cenário 2: Foi aplicado um choque paralelo de 25% nas variáveis de mercado as quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

Cenário 3: Foi aplicado um choque paralelo de 50% nas variáveis de mercado as quais a Instituição está exposta, considerando as piores perdas resultantes por fator de risco.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação:

Exposição Financeira

Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Prefixados	(863)	(1.497)	(2.938)
Índices de preços	(1.188)	(4.752)	(8.864)
Renda variável	(1.731)	(3.457)	(6.915)
Câmbio	26	(1.601)	(3.202)
Total	(3.756)	(11.307)	(21.918)

A Carteira de Negociação é composta por títulos e valores mobiliários, depósitos interfinanceiros, instrumentos financeiros derivativos (futuros), ações e operações compromissadas.

As operações de crédito, os depósitos a prazo, a poupança e as letras hipotecárias compõem a carteira de não-negociação.

- Derivativos

As operações realizadas pelo Banco de Brasília S.A. envolvendo derivativos, em 2009, visavam atender à necessidades próprias, reduzindo os riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. Na Política de Gerenciamento de Risco de Mercado do Banco há um capítulo específico para a gestão de Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD, os quais podem ser utilizados com a finalidade de mitigar descasamentos estruturais do balanço ou para enquadrar os limites de VaR do BRB, de acordo com os trâmites formais necessários à cada situação.

O modelo adotado pelo BRB para o gerenciamento dos riscos com derivativos faz revisões periódicas e estima possíveis perdas, com base na análise de cenários macroeconômicos. Esses dados apontam a melhor relação de risco/retorno, e subsidiam o processo de tomada de decisões da alta administração.

Quanto ao gerenciamento dos IFD, o sistema do BRB está habilitado para fazer a gestão de forma consolidada ou individual.

As estratégias de *hedje* para mitigação dos descasamentos estruturais são propostas pela Diretoria de Controle e aprovadas pelo Comitê de Controle do Risco Institucional, que é composto por toda a Diretoria Colegiada.

Em 30/09/2009 a carteira de instrumentos financeiros derivativos do Banco Múltiplo foi liquidada, com efeito negativo no resultado de R\$ 7.168, contrapondo-se à valorização da carteira objeto, no valor de R\$ 4.592.

A Circular 3.082/2002 do BACEN estabelece ainda, em seu artigo 5º, inciso II, que a variação no valor de mercado do derivativo deve compensar a variação no valor de mercado do ativo objeto, em um intervalo entre 80% a 125% para ser classificada como operação de *hedje*. Os contratos de DI Futuro, quando da sua liquidação, apresentavam grau de efetividade de 111%. Atualmente o BRB Múltiplo não possui derivativos.

As informações detalhadas sobre as operações estão no quadro abaixo:

Descrição	Valor de Referência (Nacional)		Valor Justo		Valores a Pagar ou a Receber no Período(*)	
	Período atual	Período anterior	Período atual	Período anterior	Valor a receber/	Valor a pagar/
Compromissos de venda	-	363.265	-	377.139	7.226	14.394
Índices (DI) (***)	-	363.265	-	377.139	7.226	14.394
Contratos de swaps - Posição ativa (**)	-	120.000	-	150.199	-	-
Índices (DI)	-	120.000	-	150.199	-	-
Posição passiva	-	120.000	-	151.626	-	-
Taxas (Pré)	-	120.000	-	151.626	-	-

(*) Essas colunas representam os valores a receber ou recebidos e os pagos ou a pagar reconhecidos por competência no período de referência.

(**) Contrato de Swap vencido em 02/01/2009, sob o valor nominal de R\$ 120.000.

(***) Contrato de DI com vencimento em 02/01/2010.

(****) Garantias depositadas na BM&F Bovespa:

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor alocado	Valor utilizado
LFT-210100	07/03/2012	3.573	14.340	-

Nota 7. Créditos vinculados

a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios, que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui, preponderantemente, os valores residuais de contratos encerrados que serão ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), com montante de R\$ 207.221 (R\$ 92.069 em 31/12/2008). Esses processos estão em fase de habilitação com aquele Fundo para recebimento de créditos CVS. Esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A realização destes créditos está condicionada à aderência a um conjunto de normas e procedimentos normatizados pelo FCVS. Os créditos da carteira não possuem coobrigação.

A provisão para perdas no montante de R\$ 35.726 (R\$ 39.563 em 31/12/2008) está constituída com base em estudo histórico, que estabelece critérios para estimar o montante de provisão para prováveis perdas decorrentes de contratos que eventualmente não atendam às normas e aos procedimentos estabelecidos pelo FCVS. A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

Em novembro de 2009 o BRB adquiriu créditos imobiliários com lastro em saldos residuais de responsabilidade do FCVS, classificados na categoria TR2 RCV, com o propósito de liberar recursos depositados junto ao BACEN à título de deficiência da exigibilidade do crédito imobiliário.

Carteira de Terceiros - FCVS	31/12/2009		31/12/2008	
	Saldo	Rendas a Apropriar	Saldo	Rendas a Apropriar
Créditos Adquiridos (habilitados e homologados)....	116.672	(17.917)	-	-
Total	116.672	(17.917)	-	-

Carteira Própria	31/12/2009		31/12/2008	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Não habilitados (*)	12.538	(9.705)	21.238	(14.652)
Habilitados e não homologados (**)	6.030	(2.452)	47.463	(23.883)
Habilitados, homologados e em discussão com a CEF (***)	39.277	(23.199)	23.368	-
Habilitados e homologados (****)	28.037	-	-	(1.028)
Outros	4.667	(370)	-	-
Total	90.549	(35.726)	92.069	(39.563)

(*) Representa os contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação no BRB.

(**) Representa os contratos já habilitados pelo BRB, estando em fase de análise por parte da Caixa Econômica Federal, para homologação final do FCVS.

(***) Representa os contratos já habilitados pelo BRB e analisados pelo Fundo, cuja cobertura foi negada, cabendo ainda recursos por parte do Banco, ou cujos valores para homologação estão em discussão entre BRB e Caixa.

(****) Representam os contratos já avaliados pelo Fundo e aceitos pelo BRB e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei n.º 10.150/2000, para a sua realização.

continua...

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

Nota 8. Carteira de crédito

a) Composição da carteira por tipo de devedor

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado		BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	(%)	31/12/2008	(%)	31/12/2009	(%)	31/12/2008	(%)
Pessoa Física.....	2.322.011	78	1.154.761	69	2.374.373	71	2.056.387	74
Pessoa Jurídica - Comércio.....	131.981	4	125.712	8	131.981	4	125.712	6
Pessoa Jurídica - Indústria.....	44.952	2	33.503	2	44.952	1	33.503	--
Pessoa Jurídica - Outros.....	186.469	6	150.942	9	321.177	10	177.774	7
Crédito Rural.....	90.222	3	68.670	4	90.222	3	68.670	2
Crédito Habitacional.....	187.362	7	142.148	8	187.362	6	142.148	5
Sector Público Estadual - Indústria.....	2.967	--	3.489	--	2.967	--	3.489	--
Sector Público Estadual - Outros Serviços.....	2.718	--	4.103	--	2.718	--	4.103	--
Interfinanceiros.....	120	--	155	--	120	--	155	--
Cartão BRB.....	--	--	--	--	194.065	5	159.480	6
Total.....	2.968.802	100	1.683.483	100	3.349.937	100	2.771.421	100

b) Concentração das operações de crédito

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado		BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	%	31/12/2008	%	31/12/2009	%	31/12/2008	%
10 Maiores Devedores.....	138.302	5	117.792	7	273.816	8	145.667	7
50 Maiores Devedores.....	194.362	7	153.722	9	207.741	6	158.764	8
100 Maiores Devedores.....	78.032	2	80.626	5	93.946	3	88.990	4
Demais Devedores.....	2.558.106	86	1.331.343	79	2.580.369	77	2.218.520	72
Cartão BRB.....	--	--	--	--	194.065	6	159.480	9
Total.....	2.968.802	100	1.683.483	100	3.349.937	100	2.771.421	100

c) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

Operações Vincendas - BRB-Múltiplo

NÍVEL	0-14	15-30	31-60	61-90	91-120	121-150	151-180	181-360	Mais 360	31/12/2009	31/12/2008
AA.....	41.337	105.011	65.612	56.851	11.478	8.872	146.231	304.300	971.541	1.711.233	911.459
A.....	24.263	60.384	26.527	21.803	6.735	9.384	75.994	126.213	195.926	547.229	303.359
B.....	20.168	24.489	18.449	9.622	3.675	2.876	27.361	43.392	78.195	228.227	231.771
C.....	17.130	25.423	17.996	13.177	8.701	5.640	39.342	68.121	113.999	309.529	120.862
D.....	3.008	5.655	3.827	5.652	936	788	5.449	9.603	9.643	44.561	44.143
E.....	286	1.090	746	606	105	120	1.455	2.628	4.805	11.841	7.190
F.....	67	473	414	350	17	31	970	1.454	3.230	7.006	4.070
G.....	63	368	309	286	33	35	777	1.347	2.917	6.135	2.775
H.....	151	2.341	2.116	1.631	146	109	4.641	8.874	16.856	36.865	18.117
TOTAL.....	106.473	225.234	135.996	109.978	31.826	27.855	302.220	565.932	1.397.112	2.902.626	
31/12/2008.....	79.568	96.721	74.537	79.625	26.690	18.111	191.942	369.553	706.999		1.603.746

Operações Vincendas - BRB-Múltiplo

NÍVEL	0-14	15-30	31-60	61-90	91-120	121-150	151-180	181-360	Mais 360	31/12/2009	31/12/2008
AA.....	4.252	10	--	--	--	--	--	--	--	4.262	1.119
A.....	1.168	19	--	--	--	43	--	--	--	1.230	70
B.....	614	13.037	22	--	--	--	--	--	--	13.673	4.904
C.....	1.392	7.149	915	51	4	--	--	--	--	9.511	3.007
D.....	499	1.010	1.145	967	12	13	3	--	--	3.649	7.554
E.....	207	526	470	601	664	16	13	17	--	2.514	4.400
F.....	91	406	305	505	602	1.227	9	29	--	3.174	2.071
G.....	108	270	193	215	322	654	518	18	--	2.298	1.526
H.....	325	1.418	1.391	948	995	1.414	2.224	17.150	--	25.865	14.453
TOTAL.....	8.656	23.845	4.441	3.287	2.599	3.367	2.767	17.214	--	66.176	
31/12/2008.....	5.311	8.283	4.462	4.454	4.338	2.585	1.828	8.906	--		39.737

Operações Vincendas - BRB-Consolidado

NÍVEL	0-14	15-30	31-60	61-90	91-120	121-150	151-180	181-360	Mais 360	31/12/2009	31/12/2008
AA.....	41.338	105.489	66.056	57.279	11.479	8.882	147.539	306.880	979.390	1.724.332	1.487.354
A.....	24.263	33.956	27.209	22.486	6.736	9.719	77.609	129.652	232.054	563.684	444.981
B.....	20.168	25.744	19.305	10.488	3.675	2.879	30.019	48.976	122.221	283.475	422.254
C.....	17.130	26.252	18.419	13.217	8.701	5.640	40.398	70.340	178.547	378.644	126.778
D.....	3.008	6.185	4.359	6.199	936	788	7.188	13.569	28.628	70.860	46.154
E.....	286	1.092	749	609	105	120	1.464	2.647	4.865	11.937	8.794
F.....	67	474	415	351	17	31	973	1.460	3.246	7.034	5.248
G.....	63	369	310	287	33	35	779	1.352	2.934	6.162	3.732
H.....	151	2.348	2.123	1.638	146	109	4.664	8.922	16.994	37.095	21.716
Cartão BRB.....	--	--	--	--	--	--	--	--	--	173.862	146.530
TOTAL.....	106.474	241.909	138.945	112.554	31.828	28.203	310.633	583.798	1.568.879	3.257.085	
31/12/2008.....	80.263	140.000	105.368	109.458	27.577	20.285	276.394	536.704	1.271.162		2.713.641

Operações Vencidas - BRB-Consolidado

NÍVEL	0-14	15-30	31-60	61-90	91-120	121-150	151-180	181-360	Mais 360	31/12/2009	31/12/2008
AA.....	4.272	10	--	--	--	--	--	--	--	4.283	1.299
A.....	1.191	24	--	--	--	43	--	--	--	1.258	841
B.....	617	13.072	23	--	--	--	--	--	--	13.712	5.592
C.....	2.129	7.843	1.893	633	5	--	--	--	--	12.503	3.327
D.....	1.021	1.325	2.306	2.289	13	14	4	--	--	6.953	7.873
E.....	209	527	474	605	688	16	13	17	--	2.529	4.787
F.....	92	406	306	506	603	1.228	9	29	--	3.179	2.424
G.....	108	271	194	215	323	655	520	18	--	2.305	1.898
H.....	328	1.420	1.396	953	1.001	1.420	2.232	17.179	--	25.929	16.789
Cartão BRB.....	--	--	--	--	--	--	--	--	--	20.204	12.950
TOTAL.....	9.967	24.898	6.591	5.181	2.613	3.376	2.278	17.241	--	92.852	
31/12/2008.....	6.168	9.079	4.698	4.998	4.803	2.943	2.156	9.985	--		57.780

d) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de Risco	Valor do Crédito				% das Provisões	Valor das Provisões			
	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado			BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008		31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
AA.....	1.715.495	912.578	1.728.614	1.488.653	0%	--	--	--	--
A.....	548.459	304.062	564.943	445.822	0,5%	2.743	1.521	2.826	2.230
B.....	241.900	236.675	297.186	427.846	1%	2.419	2.367	2.972	4.279
C.....	319.040	123.869	391.148	130.105	3%	9.572	3.716	11.735	3.903
D.....	48.210	51.697	77.811	54.027	10%	4.821	5.170	7.781	5.403
E.....	14.355	11.590	14.467	13.581	30%	4.306	3.477	4.340	4.074
F.....	10.180	6.141	10.212	7.772	50%	5.090	3.070	5.106	3.886
G.....	8.433	4.301	8.466	5.630	70%	5.905	3.011	5.926	3.941
H.....	62.730	32.570	63.025	38.505	100%	62.730	32.571	63.025	38.505
Cartão BRB.....	--	--	194.065	159.480	--	--	--	--	--
Total.....	2.968.802	1.683.483	3.349.937	2.771.421		97.584	54.980	103.711	66.222

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos recuperados

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Saldo Inicial.....	54.903	81.990	66.222	99.482
Provisões Constituídas/Revertidas.....	75.348	19.683	88.959	27.216
(Baixa para prejuízo).....	(32.667)	(46.770)	(51.470)	(60.476)
Saldo Final.....	97.584	54.903	103.711	66.222
Créditos Recuperados.....	27.935	25.796	27.935	30.537

f) Renegociações

As operações de créditos renegociadas no exercício de 2009 totalizaram R\$ 517.311 (R\$ 386.653 em 31/12/2008). Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo e foram registradas mantendo-se a mesma classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Somente haverá mudança na classificação após o pagamento de parte relevante da dívida renegociada.

Nota 9. Outros créditos

a) Rendas a receber

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio.....	1.336	10.649	506	394
Serviços de arrecadação (INSS				

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

c) Diversos

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Adiantamentos e antecipações salariais.....	2.357	5.619	2.442	5.698
Adiantamentos para pagamento nossa conta.....	17	-	452	-
Créditos Tributários – Imposto de Renda (nota 10).....	55.608	85.672	58.537	89.869
Devedores por depósitos em garantias:				
Trabalhista.....	15.588	12.662	15.700	12.750
Fiscais.....	100.333	79.497	190.964	151.560
Outros.....	5.451	2.529	5.471	2.779
Impostos e contribuições a compensar/recuperar.....	35.820	5.508	41.536	16.970
PIS Repique – crédito tributário (***).....	8.856	8.612	8.856	8.612
Pagamentos a ressarcir.....	12.914	23.059	13.131	23.116
Titulos e créditos a receber (**)......	5.580	11.139	5.580	11.139
Valores a receber – sociedades ligadas.....	3.249	16.136	-	-
Devedores diversos – País (*).....	10.848	16.329	12.854	16.831
Total.....	256.621	266.762	355.523	339.324
(*) Devedores diversos – País				
Diferença de compensação.....	-	32	-	32
Precatórios IOF.....	-	1.509	-	1.509
Precatórios DER/SP.....	4.249	-	4.249	-
Devedores por compra de bens não de uso				
– venda.....	361	8.997	361	8.997
Pendências de depósitos.....	2.066	2.072	2.066	2.072
Pendências a regularizar.....	4.010	3.689	6.015	4.191
Diversos.....	162	30	163	30
Total.....	10.848	16.329	12.854	16.831

(**) Referem-se a precatórios do Departamento de Estradas e Rodagens de São Paulo, cedidos ao Banco em dáção de pagamento por meio de escritura pública, atualizados à taxa de 6% a.a. mais variação da UFESP (equivalente ao INPC).

Em 2006, conforme autorização do BACEN, baseada em nova avaliação de risco desse crédito, foi reduzido o percentual de provisão para perda de 30% para 10%. O DER/SP vem quitando anualmente a dívida na proporção de 1/10 do total, em atendimento à Emenda Constitucional n.º 30, de 13 de setembro de 2000, restando três parcelas.

(***) Crédito tributário ativado a compensar está caucionado no processo 2005.34.000370-0, Ação Cautelar BRB x União Federal – CSLL.

Nota 10. Créditos tributários – Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

São constituídos créditos tributários do BRB somente relativos ao Imposto de Renda (IR), com base em diferenças intertemporais à alíquota de 25%, tendo em vista que o Banco questiona judicialmente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A Financeira BRB e a BRB-DTVM passaram a constituir Crédito Tributário de 15% da CSLL, em razão da adesão ao programa de redução fiscal instituído pela Lei 11.941/2009 (nota 20c).

a) Movimentação do crédito tributário

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	Base de Cálculo	Crédito Tributário	Base de Cálculo	Crédito Tributário
Saldo em 31/12/2007.....	319.410	79.852	337.795	84.448
Constituídos.....	138.473	34.619	155.248	38.812
Realizados.....	(144.897)	(36.224)	(163.265)	(40.816)
Saldo em 31/12/2008.....	312.986	78.247	329.778	82.444
Constituição.....	338.308	84.577	347.324	86.831
Realização.....	(433.784)	(108.446)	(452.266)	(113.066)
Constituição sobre a CSLL.....	-	-	7.325	1.099
Saldo em 31/12/2009.....	217.510	54.378	232.161	57.308
Percentual em relação ao Patrimônio Líquido.....	37,41%	9,35%	45,57%	11,74%
Percentual em relação ao Ativo Total.....	3,43%	0,86%	3,62%	0,89%

b) Crédito Tributário do efeito de marcação a mercado de TVM

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	Base de Cálculo	Crédito Tributário	Base de Cálculo	Crédito Tributário
Saldo em 31/12/2008.....	18.562	7.425	18.562	7.425
Efeito positivo/negativo 2009.....	(16.016)	6.700	(16.016)	6.700
Saldo em 31/12/2009.....	2.546	725	2.546	725

c) Cálculo do crédito tributário ativado

Descrição das provisões adições temporariamente indedutíveis:	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	Base de Cálculo	IR 25%	Base de Cálculo	IR 25%
Devedores duvidosos.....	129.329	32.333	135.494	33.874
Litígios trabalhistas.....	45.907	11.477	45.950	11.487
Outros litígios.....	11.901	2.975	11.901	2.975
Provisão sobre precatório do DER.....	444	111	444	111
Perdas com FCVS.....	17.268	4.317	17.268	4.317
Provisão Despesas de Pessoal – Abono.....	1.131	283	1.131	283
Provisão para outros valores e bens.....	517	129	517	129
Provisão riscos fiscais (INSS).....	8.973	2.243	8.973	2.243
Provisão riscos fiscais (FNDE).....	1.851	463	1.851	463
Provisão riscos fiscais (PIS e COFINS).....	-	-	742	186
Provisão Despesas em Op. Mercado Futuro.....	-	-	376	94
Outras.....	189	47	189	47
Diversas (Para CSLL CFI).....	-	-	6.207	931
Diversas (Para CSLL DTVM).....	-	-	1.118	168
Total.....	217.510	54.378	232.161	57.308

d) Estimativa de realização do crédito tributário

	2010		2011		2012		2013		2014		2015 a	
	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
BRB-Múltiplo.....	5.099	15,88	4.284	13,34	3.841	11,96	3.451	10,75	3.101	9,66	12.340	38,41
BRB-Consolidado.....	5.327	15,72	4.490	13,25	4.027	11,88	3.619	10,68	3.364	9,93	13.067	38,54

O valor presente dos créditos tributários descontados à taxa média de captação é de R\$ 32.116 (R\$ 33.894 BRB-Consolidado).

A realização do crédito tributário do BRB-Múltiplo no exercício de 2009 foi de R\$ 108.446 e representou 103% em relação ao orçado. A realização do BRB-Consolidado no valor de R\$ 113.066 representou 104,75% em relação ao orçado.

e) Demonstrativo da apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Resultado antes do IR, CSLL e participação nos lucros.....	305.523	132.436	370.656	188.950
(-) Juros sobre capital próprio.....	(26.340)	(19.500)	(32.896)	(22.394)
(-) Participação nos lucros.....	(28.047)	(18.530)	(28.759)	(18.530)
(+) Adição.....	342.653	138.704	413.283	178.831
Permanente.....	14.289	3.753	27.029	7.850
Equivalência patrimonial.....	10.739	3.079	10.770	3.810
Outras adições.....	3.550	674	16.259	4.040
Não Permanente.....	328.364	134.951	386.254	170.981
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	285.257	80.522	333.614	97.292
Provisão para programa de participação em resultados.....	9.900	18.006	10.900	20.796
Outras adições.....	33.207	36.423	41.740	52.893
(-) Exclusão.....	(443.940)	(226.140)	(449.188)	(184.550)
Permanente.....	(56.505)	(81.527)	(39.868)	(9.920)
Equivalência patrimonial.....	(55.963)	(81.424)	(31.062)	(7.702)
Outras exclusões.....	(542)	(103)	(8.806)	(2.218)
Não permanente.....	(387.435)	(144.613)	(409.320)	(174.630)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(318.401)	(88.816)	(332.929)	(107.459)
Provisão para programa de participação em resultados.....	(18.900)	(20.006)	(19.260)	(25.836)
Provisão de contingências.....	(34.634)	(18.264)	(27.719)	(18.335)
Outras exclusões.....	(15.500)	(17.527)	(29.412)	(23.000)
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal.....	149.849	6.970	273.096	142.307
(-) Compensação de Lucro/Prejuízo fiscal.....	-	(1.134)	(1.086)	(1.134)
(=) Lucro/Prejuízo fiscal.....	149.849	5.836	272.010	141.173
Imposto de renda à alíquota 15%.....	22.477	875	40.801	21.176
Imposto de renda adicional 10%.....	14.961	560	27.117	14.029
(-) Incentivos fiscais.....	(597)	(70)	(606)	(846)
Ajuste de Despesas de Imposto de Renda/Exercícios Anteriores.....	838	-	851	-
Despesa com imposto de renda diferido.....	756	-	756	-
Despesa com imposto de renda à alíquota de 25%.....	38.435	1.365	68.919	34.359
Base de Cálculo antes da compensação de base negativa.....	182.607	6.703	305.006	141.919
(-) Compensação de base negativa.....	(18.156)	(2.011)	(19.242)	(2.011)
(=) Base de cálculo CSLL.....	164.451	4.692	285.764	139.908
Valor da CSLL.....	24.668	619	42.865	17.548
Ajuste de despesas de CSLL.....	49	-	49	-
Despesas c/ CSLL.....	24.717	619	42.914	17.548

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

Nota 11. Outros valores e bens

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Bens não de uso próprio.....	5.843	3.505	5.842	3.505
Material em estoque.....	276	311	276	311
Provisão para desvalorizações de outros valores e bens.....	(688)	(892)	(688)	(892)
Despesas antecipadas.....	1.827	187	2.034	217
Total.....	7.258	3.111	7.464	3.141

A provisão é constituída quando o valor de mercado é inferior ao custo, por meio de laudo de avaliação.

Nota 12. Investimentos – Participações em coligadas e controladas no País

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método da equivalência patrimonial foram contabilizados em contas de resultado, no título "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas".

Os principais dados relativos às sociedades coligadas e controladas são:

	Financeira	BRB	CARTÃO	TOTAL
	BRB	DIVM	BRB	
Capital.....	30.000	28.000	211.280	
Nº de ações do BRB-BM:				
- Ordinárias.....	50	1.000.000	2.748.756	
- Preferenciais.....	491	-	-	
Percentual de participação.....	100%	99%	69,74%	
Patrimônio líquido em 31/12/2009.....	30.915	38.624	279.075	
Lucro/Prejuízo líquido do Exercício.....	14.630	3.520	47.827	
Movimentação do Investimento nos Períodos:				
. Saldos em 31/12/2007.....	278.269	32.378	23.264	333.911
- Equivalência patrimonial.....	71.743	1.943	5.819	79.505
- Dividendos recebidos.....	(18.000)	(495)	(4.188)	(22.683)
- Ajuste ao valor de mercado TVM.....	1	110	-	(111)
. Saldos em 31/12/2008.....	332.013	33.936	24.895	390.844
- Equivalência patrimonial.....	14.630	3.485	32.992	51.107
- Dividendos/JCP recebidos.....	(280)	(861)	(4.234)	(5.375)
- Reflexo do ajuste ao valor de mercado TVM.....	17	1.678	-	1.695
- Cisão (*).....	(315.465)	-	-	(315.465)
- Investimentos(**).....	-	-	142.647	142.647
- Deságio na aquisição de investimentos(**).....	-	-	(142.647)	(142.647)
- Amortização de deságio Cartão BRB (**).....	-	-	8.321	8.321
- Reorganização Societária.....	-	-	(1.673)	(1.673)
. Saldos em 31/12/2009.....	30.915	38.238	60.301	129.454

(*) Cisão foi aprovada pelas Atas da Diretoria Colegiada do BRB – Banco de Brasília S.A. e CFI – Crédito Financiamento e Investimento em 29/12/2008 e Assembléia Geral de Acionistas de n.º 500 de 30/01/2009 (nota 24).

(**) O valor de R\$ 142.647 refere-se ao aumento do capital social da Cartão BRB, mediante a emissão de 2.298.756 novas ações ordinárias, sem valor nominal, subscritas em sua totalidade pelo BRB, por meio de contrato de compra e venda celebrado entre o BRB e a Cartão BRB do direito de exploração exclusiva, do balcão do BRB para venda de cartões de crédito, pelo prazo de 10 anos, sendo este valor apurado por laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

O referido aumento de capital foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em 26/03/2009, bem como pela Assembléia Extraordinária dos Acionistas da Cartão BRB, em 27 de maio de 2009, e proporcionou o aumento da participação do Banco na Cartão BRB para 69,74%. O aumento de participação realizado gerou o registro do mesmo valor de R\$ 142.647 em rubrica específica de "deságio na aquisição de investimento", e o BRB vem reconhecendo, mensalmente, amortização do deságio equivalente a 1/120 ao mês, pelo mesmo período contratual correspondente.

Nota 13. Recursos Letras Hipotecárias Imobiliárias, Créditos e Similares

Os recursos de aceites e títulos são representados por letras hipotecárias emitidas no País, sobre as quais incidem encargos financeiros correspondentes à taxa de referência (TR) mais juros com vencimento até 2014.

Nota 14. Relações interfinanceiras

Tratam-se de pagamentos e recebimentos a liquidar, basicamente por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, que são liquidados no mês subsequente.

Nota 15. Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Referem-se a recursos captados para empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor do principal acrescido de juros e correção monetária, de acordo com a característica de cada origem do recurso. Substancialmente, as captações estão assim demonstradas:

Origem dos Recursos	Taxas/remuneração	Finalidade/Programas	Vencimento final	31/12/2009	31/12/2008
TESOURO NACIONAL.....	3% a.a.	POLOBRASÍLIA e PROFIR/OECF	Outubro de 2025	270	262
CEF.....	5% a.a. até 6,5% a.a. + UPR	FINANSA e TREINAT	Outubro de 2018	2.964	3.485
BNDDES.....	0,9% a.a. até 4,5% a.a. + TJLP	POC/automático, POC/FINEM, comércio e serviços e rural	Outubro 2012	8.979	1.808
FINAME.....	0,9% a.a. até 4,0% a.a. + TJLP	Programas automático, especial e agrícola	Março 2015	6.132	2.637
FCO.....	3,75% a.a. até 7% a.a.	Desenv. Industrial, Desenv. Turismo Reg., Desenv. Set. Com., Serv. e Rural e Infra-estrutura Econômica	Outubro de 2014	1.220	323
Total.....				19.565	8.515

Nota 16. Outros desdobramentos de itens das demonstrações financeiras

a) Fiscais e Previdenciárias

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros.....	1.336	1.365	1.394	28.405
Impostos e contribuições sobre salários.....	9.687	1.477	9.796	1.537
Provisão para impostos e contribuições s/ lucros.....	36.841	7.990	41.273	8.313
Provisão para riscos fiscais sobre lucros (*) (nota 20a).....	136.907	108.663	226.307	188.208
Provisão para riscos fiscais sobre salários (nota 20a).....	10.824	10.452	10.824	10.452
Outros.....	6.607	3.509	9.186	4.861
Total.....	202.202	133.456	298.780	241.776

(*) Refere-se majoritariamente a ação judicial da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que está sendo discutido judicialmente e encontra-se totalmente ap provisionado (nota 20c).

b) Outras Obrigações – Diversas

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Provisão para pagamento de pessoal.....	40.363	20.972	42.188	23.726
Provisão para pagamento – despesas administrativas.....	16.705	17.583	19.004	20.432
Provisão para pagamentos a efetuar.....	7	9.122	7	9.122
Provisão para passivos contingentes (nota 20a).....	58.702	65.568	58.748	65.604
Cheques administrativos.....	4.792	4.881	4.792	4.881
Obrigações por convênios oficiais.....	7.662	4.964	7.662	4.964
Obrigações para aquisição de bens e direitos.....	19.386	523	19.386	523
Credores Diversos – País (*).....	44.857	34.254	195.281	173.261
Recursos do FGTS para amortizações.....	42	-	42	-
Obrigações por contribuição ao SFH.....	14	-	14	-
Obrigações por prestação de serviços de pagamento.....	3.292	-	3.292	-
Créditos de recursos a liberar.....	1.578	-	1.577	-
Outros.....	-	1.064	-	7.063
Total.....	197.400	158.931	351.993	309.576

(*) Credores Diversos – País

Pagamentos a processar.....	13.698	10.631	12.996	19.584
Recursos do FGTS para amortização.....	-	25	-	25
Pendências a regularizar.....	2.451	-	2.451	-
Transações Visa Electron.....	2.433	2.117	2.433	2.117
MTR – Maestro/Cirrus.....	4.755	3.698	4.755	3.698
Pendências de depósitos.....	2.216	3.183	2.216	3.183
Pendências – GEMUT.....	-	2.850	-	2.850
Fomecedores CPG.....	3.326	7.204	3.326	7.204
Clientes institucionais.....	1.144	-	1.144	-
Integração CDA x FLX.....	14.573	-	14.573	-
Provisão de seguros a ressarcir (***).....	-	-	-	6.328
Créditos em garantia (Cartão BRB).....	-	-	61.350	46.639
Provisões para ações judiciais.....	-	-	1.029	-
Programa de bonificação.....	-	-	6.863	11.002
Obrigações com bandeiras e associados do Cartão BRB(**).....	-	-	77.291	64.163
Private label.....	-	-	3.295	4.549
Outros.....	261	4.546	1.559	1.919
Total.....	44.857	34.254	195.281	173.261

(**) Refere-se a obrigações com a Visa e Mastercard.

(***) Apuração de valores relativos a seguro prestamista de operações realizadas entre julho de 2004 a outubro de 2006, objeto de registro complementar para compensação de operações liquidadas antecipadamente. Para tanto, a BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. apurou o valor, referente ao período mencionado acima, de R\$ 6.328 e efetuou a sua liquidação no primeiro semestre de 2009.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

c) Receitas de prestação de serviços

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Rendas de garantias prestadas.....	949	457	949	457
Rendas de administração de fundos.....	--	--	8.629	7.475
Rendas – amidades BRB – Cartão.....	--	--	6.537	6.751
Rendas de serviços de custódia.....	--	--	796	--
Remuneração de garantia Visa/Master – Cartão BRB(*).....	--	--	77.088	45.832
Rendas de serviços private label.....	--	--	5.690	9.783
Comissão Intercâmbio Visa/Visa M.E/Master/Master M.E./Cartão BRB.....	7.611	--	19.807	17.309
Multa Contratual.....	--	--	4.641	3.652
Encargos sobre compras parceladas.....	--	--	6.108	3.629
Encargos sobre acordos (Cartão BRB).....	--	--	4.943	--
Corretagem BRB Seguros.....	4.998	--	4.998	--
Taxa de manutenção – Visa.....	--	--	1.879	--
Outras.....	--	--	4.390	5.142
Total.....	13.588	457	146.455	100.030

(*) Trata-se de receita originária de juros de crédito rotativo das faturas de cartões de crédito.

d) Rendas de tarifas bancárias

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Rendas de cobrança.....	7.677	6.537	7.677	6.537
Arrecadação.....	10.034	10.804	10.034	10.804
Contratação/renovação aditivo operações ativas – Tarifa serviços bancários – crédito rotativo.....	1.501	15.103	1.501	15.103
– ECC.....	--	9.748	--	9.748
Tarifa serviços bancários – duplicata/nota promissória.....	--	3.572	--	3.572
Recuperação do ponto de equilíbrio.....	5	2.277	5	2.277
Outras renovações e contratações.....	70	3.498	70	3.498
Tarifas interbancárias.....	6.168	10.686	6.168	10.686
Tarifas CDA.....	9.007	8.328	9.007	8.328
Tarifas sobre acatamento de cheques sem fundos.....	917	2.954	917	2.954
Tarifas sobre devolução de cheques.....	--	2.300	--	2.300
Comissões/BRB-CAP 50% parcela resgatada.....	1.882	2.222	1.882	2.222
BRB – Capitalização.....	2.344	3.029	2.344	3.029
Fornecimento de extratos.....	2.382	1.564	2.382	1.564
KIT – serviços.....	10.419	5.724	10.419	5.724
CCF – Exclusão.....	2.840	2.542	2.840	2.542
Transferências de recursos.....	4.620	3.323	4.620	3.323
Concessão de adiantamentos a depositantes.....	21.781	15.069	21.781	15.069
Renovação de cadastro.....	3.220	1.934	3.220	1.934
Fornecimento de folhas de cheques.....	2.446	1.622	2.446	1.622
Saque conta de depósito à vista e poupança.....	6.134	1.411	6.134	1.411
Tarifa manutenção de conta – PJ.....	2.336	1.730	2.336	1.730
TAC – PJ.....	1.921	--	1.921	--
Tarifa de coleta de documentos para empréstimo.....	722	--	722	--
Outras.....	5.762	7.846	5.762	7.846
Total.....	104.188	123.823	104.202	123.823

e) Despesas de pessoal

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Despesas de pessoal – benefícios.....	30.321	24.491	31.805	26.005
Despesas de pessoal – encargos sociais.....	75.538	63.889	77.579	65.738
Despesas de pessoal – proventos.....	174.051	155.880	181.771	162.347
Despesas com remuneração de estagiários.....	4.382	4.834	4.485	5.058
Outras.....	4.431	3.118	7.061	5.396
Total.....	288.723	252.212	302.701	264.544

f) Outras despesas administrativa

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Despesas água, energia e gás.....	4.788	4.932	4.789	4.933
Despesas de alugueis.....	4.215	4.092	4.218	4.125
Despesas de comunicações.....	4.416	4.447	4.962	4.829
Despesas manutenção e conservação de bens.....	5.806	6.243	5.889	6.272
Despesas de processamento de dados.....	95.683	105.484	97.971	107.757
Despesas propaganda e publicidade.....	14.634	9.693	26.718	18.548
Despesas serviços do sistema financeiro.....	8.303	9.613	8.585	9.791
Despesas de serviços de terceiros.....	47.381	49.216	48.669	53.260
Despesas de serviços de vigilância e segurança.....	9.603	9.590	9.836	9.754
Despesas de serviços técnicos especializados.....	2.408	2.488	3.033	13.944
Despesas de transportes.....	4.974	5.296	4.979	5.348
Despesas de amortização e depreciação.....	15.170	10.286	23.526	11.150
Juros sobre financiamento títulos.....	--	--	39.178	--
Outras despesas administrativas.....	10.089	7.936	19.638	21.170
Total.....	227.470	229.316	301.991	270.881

g) Outras receitas operacionais

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Recuperação de encargos e despesas (*).....	23.357	100.845	23.699	12.410
Reversão de provisões operacionais (outras).....	13.735	10.710	31.541	11.498
Atualização de tributos.....	537	1.378	560	1.381
Reversão de provisões operacionais – FCVS.....	1.075	8.815	1.075	8.815
Atualização sobre depósito judicial.....	7.749	10.584	14.579	16.198
Varição cambial.....	--	327	--	327
Tarifa de abertura de crédito.....	--	--	--	5.760
Amortização de deságio da Cartão (***).....	8.321	--	--	--
Ganhos de capital (Cartão)(**).....	--	--	105.001	--
Outras.....	7.072	10.469	6.472	11.679
Total.....	61.846	143.128	182.927	68.068

(*) No BRB-Múltiplo, refere-se preponderantemente a recuperação de despesas administrativas das controladas, conforme convênio firmado entre as partes.

(**) Refere-se alienação do investimento – venda das ações Visanet.

(***) Vide nota 12.

h) Outras despesas operacionais

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Desconto de financiamento sem cobertura do FCVS.....	--	1.599	--	1.599
Ressarcimento de juros – operações de crédito ...	--	727	--	727
Despesas c/ descontos concedidos em renegociações.....	1.935	3.446	1.935	3.572
Varição cambial.....	--	446	2.682	446
Perdas com FCVS – diferença de taxas.....	3.986	7.130	3.986	7.130
Litígios trabalhistas.....	10.556	9.668	10.625	9.668
Outros litígios.....	3.735	5.200	3.749	5.200
Atualização monetária.....	4.249	5.211	10.477	10.490
Passivos Contingentes.....	6.584	5.958	6.593	5.968
Indenizações por danos morais.....	824	1.748	879	1.748
Despesas convênio c/ TJDF.....	3.127	937	3.127	937
Prejuízos perdas – Lei n.º 9.430 (Cartão BRB) ...	--	--	19.654	7.990
Tarifas ressarcidas.....	1.080	2.328	1.080	2.328
Taxa de serviços Mastercard (Cartão BRB).....	--	--	4.211	2.106
Bonificação paga.....	--	--	5.642	2.625
Serviços de courier (Cartão BRB).....	--	--	2.075	4.513
Despesas com cobrança (Cartão BRB).....	--	--	3.132	2.717
Despesas com cartão de débito.....	1.103	--	1.103	--
Ressarcimento custos operação de cobrança.....	1.511	--	1.511	--
Taxa de serviços Visa (Cartão BRB).....	--	--	--	2.116
Prejuízos com fraudes (Cartão BRB).....	--	--	4.659	--
Processamento de cartões (Cartão BRB).....	--	--	15.136	--
Cobrança.....	--	--	4.025	--
Provisão de seguros a ressarcir (*).....	--	--	--	6.328
Correios/faturas (cartão BRB).....	--	--	2.384	--
Central de relacionamento Private Label.....	--	--	1.721	--
Outras despesas.....	2.702	3.103	12.556	9.745
Total.....	41.392	47.501	122.942	87.953

(*) Vide comentário da nota 16b.

i) Resultado não operacional

	BRB-Múltiplo		BRB-Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Lucro na alienação de valores e bens.....	1.723	2.065	1.723	2.452
Ganhos/perdas de capital.....	(2.721)	(3.280)	(2.346)	(3.277)
Alienação de bens.....	(75)	359	(75)	359
Reversão/desvalorização de outros valores e bens.....	205	280	205	280
Multas contratuais.....	--	201	--	201
Dividendos e lucros recebidos.....	--	182	--	182
Rendas de alugueis.....	329	71	329	71
Outras.....	488	94	487	72
Total.....	(51)	(28)	323	340

Nota 17. Patrimônio líquido

a) Capital Social: O Capital Social está representado por 36.304.650 ações nominativas, sem valor nominal, distribuídas entre 28.014.650 ações ordinárias com direito a voto e 8.290.000 de ações preferenciais sem direito a voto. As ações preferenciais tem direito a 10% a mais de dividendos em relação as ações ordinárias. O Capital Social, conforme Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária de 24/04/2009, foi aumentado no valor de R\$ 115.775 proveniente de reservas, totalizando em 31/12/2009, R\$ 300.000, aprovado pelo Banco Central do Brasil, conforme o ofício Deorf/Cofii-2009/09891 de 06 de novembro de 2009.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

- b) Reserva legal: Constituída reserva legal de 5% sobre o lucro líquido.
c) Reserva Estatutária: Conforme disposto no Estatuto, foi constituída reserva para cobertura de risco em operações de câmbio de 2% sobre o lucro líquido.
d) Ajuste ao valor de mercado: Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários conforme requerido pela Circular n.º 3.068/01 do BACEN.
e) Dividendos/juros sobre capital próprio: O Estatuto Social confere o direito a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme demonstrado a seguir:

	2º Semestre	31/12/2009	31/12/2008
Lucro líquido	118.612	190.455	110.317
Reserva legal	(5.931)	(9.523)	(5.516)
Reserva de câmbio	(2.372)	(3.809)	(2.206)
Ajustes de lucros ou prejuízos acumulados	9	17	22
Base de cálculo de dividendo	110.318	177.140	102.617
Dividendo mínimo (25%)	27.579	44.285	25.654
Dividendos a distribuir	14.917	18.097	17.300
Juros sobre capital próprio apurado	12.740	26.340	19.500
Imposto de renda retido na fonte	(57)	(118)	(87)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Líquido	27.600	44.319	36.713

O valor dos dividendos/juros sobre capital próprio do exercício de 2009 corresponde a R\$ 1.316,34 por lote de mil ações ordinárias (R\$ 1.087,54 em 31/12/2008) e R\$ 1.196,68 bruto por lote de mil ações preferenciais (R\$ 988,67 em 31/12/2008).

O valor dos juros sobre o capital próprio do exercício de 2009 foi de R\$ 26.340, calculado com base na Lei n.º 9.249/95, proporcionou uma redução na despesa do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), de aproximadamente R\$ 10.536 e encontra-se registrado na rubrica "Sociais e Estatutárias".

- f) Lucros acumulados: Conforme estatuto do Banco, após as destinações para reserva legal e dividendos aos acionistas, o resultado do exercício é destinado a reservas estatutárias.
g) Acordo de Basileia/índice de imobilização

	31/12/2009	31/12/2008
Patrimônio de referência	575.878	416.679
Índice de Basileia(*)	15,85%	13,82%
Margem	161.360	14.170
Índice de imobilização	22,13	16,73%
Índice da margem de imobilização	55,74%	66,55%
Margem de imobilização	160.485	138.645

(*) O cálculo da margem considera o valor da parcela *Pbanking*, no montante de R\$ 14.827.

O Banco optou pela apuração consolidada considerando o conglomerado financeiro, sendo o Índice de Solvabilidade de Basileia apresentado superior ao mínimo de 11% exigido pela autoridade monetária.

Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

	31/12/2009	31/12/2008
Parcela de Risco de Crédito	345.647	289.003
Parcela de Risco de Mercado – Juros	8.644	31.952
Parcela de Risco de Mercado – Ações	3.425	2.009
Parcela de Risco Operacional	41.975	8.978
Total do Patrimônio de Referência Exigido – PRE	399.691	331.942

Nota 18. Informações Complementares

a) Gestão de Riscos

Com as constantes mudanças no cenário financeiro mundial – mercado globalizado, diversidade de produtos e serviços financeiros cada vez mais complexos, número crescente de transações e grandes montantes de recursos envolvidos, o aumento da sofisticação tecnológica, negócios virtuais – a tarefa de identificar, medir, controlar e administrar os riscos tornou-se fundamental para a sobrevivência das instituições financeiras. Visando o fortalecimento do sistema financeiro e a saúde financeira dos bancos, os órgãos reguladores estão implementando regulamentações, em consonância com o Novo Acordo de Capitais – Basileia II.

b) Estrutura de Gerenciamento

A estrutura organizacional para o gerenciamento do risco institucional do Conglomerado BRB é descrita abaixo:

- Conselho de Administração: Responsável pelas informações divulgadas sobre a gestão do risco institucional;
- Diretoria Colegiada – Dicol: analisa, julga e aprova os limites operacionais do Conglomerado;
- Comitê de Controle do Risco Institucional: coordenado pela Diretoria de Controle – Dicon, com a participação de toda Diretoria Colegiada, é quem acompanha o Índice de Solvabilidade do Conglomerado, propõe ações estratégicas e estabelece diretrizes para as Políticas de Gerenciamento dos Riscos do Conglomerado;
- Subcomitê de Gerenciamento do Risco de Mercado e Liquidez: são realizadas reuniões regulares coordenadas pelo Diretor Financeiro, com membros da Diretoria Financeira e Diretoria de Controle (Dicon). Propõe e acompanha os limites de VaR e a gestão de Ativos e Passivos (ALM) do Conglomerado BRB;

- Subcomitê de Gerenciamento do Risco de Crédito: são realizadas reuniões regulares coordenadas pela Área de Crédito, com a participação da Área de Riscos e tem como objetivo estabelecer e acompanhar os limites e as ações estratégicas para a gestão do risco de crédito do Conglomerado BRB;
- Subcomitê de Gerenciamento do Risco Operacional: são realizadas reuniões regulares coordenadas pela Diretoria de Administração (Dirad), com a participação da área de riscos e de tecnologia, tem por objetivo estabelecer e acompanhar os limites e as ações estratégicas para a redução e mitigação do risco operacional do Conglomerado BRB;
- Subcomitê de Gerenciamento do Risco Legal: são realizadas reuniões regulares coordenadas pela Diretoria de Controle (Dicon), com a participação da Diretoria de Administração (Dirad) e da área jurídica do BRB, tem em suas principais atividades a análise dos fatos geradores de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, análise de perdas e provisões e determinar ações estratégicas para a mitigação do risco legal do Conglomerado BRB;
- Diretoria de Controle – Dicon: responsável pelo gerenciamento do risco institucional do Conglomerado BRB, através de seu Departamento de Controles Internos e Risco Institucional – Deris;
- Gerência de Controle do Risco de Mercado e Liquidez – Gerin: responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle do risco de mercado associado à Instituição, bem como o reporte tempestivo das informações pertinentes, de acordo com as premissas definidas pelo Subcomitê e aprovadas pela Diretoria Colegiada (Dicol);
- Gerência de Risco de Crédito – Geric: responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Conglomerado BRB tanto para alocação de capital, quanto para o desenvolvimento de modelos internos para gestão desse risco e pela consolidação dos dados referentes aos limites operacionais e padrões mínimos de capital;
- Gerência de Controles Internos e Risco Operacional – Gecir: responsável pela coordenação do processo de gestão, modelagem e mensuração do risco operacional, desenvolvendo e gerindo metodologias de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional associado a produtos, serviços, processos, atividades e sistemas.

c) Risco Operacional

Definição: De acordo com a Resolução CMN n.º 3.380/2006, define-se como risco operacional a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A essa definição inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional do BRB abrange as *estratégias* e *diretrizes* aprovadas pelo Conselho de Administração, documentadas na Política de gerenciamento do risco operacional, o *modelo* de gestão, apoiado numa estrutura organizacional adequada, com papéis e responsabilidades definidos, os *conceitos* e *definições* de risco operacional, os *procedimentos* de gerenciamento, a *metodologia* de análise de dados, o *cálculo* de alocação de capital e o *processo* de divulgação e comunicação.

d) Risco de Mercado

Definição: De acordo com a Resolução CMN n.º 3.464/2007, define-se como risco de mercado “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira”. Essa definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Gerenciar o risco de mercado consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as exposições das operações sujeitas às variáveis de mercado, reportando as informações, de forma transparente, à alta administração, acionistas, clientes e ao público em geral. A estrutura de gerenciamento do risco de mercado do BRB é compatível com a exposição ao risco das suas operações, segregada das unidades de negociação e de auditoria interna.

O Conglomerado BRB, por meio de sistema informatizado, mensura, monitora e controla o seu risco de mercado, tanto para as operações incluídas na Carteira *Trading*, como na Carteira *Banking*, bem como realiza simulações de condições extremas de mercado, gerando relatórios tempestivos. Os testes de estresse são realizados periodicamente, considerando “cenários de crise” definidos por área especializada, com a finalidade de se verificar o impacto financeiro na atividade comercial do Banco e avaliar a adequação do seu capital regulamentar, face ao cálculo do Índice de Basileia.

(*) A descrição das estruturas de gerenciamento do risco de mercado e do risco operacional está evidenciada no site do BRB, www.brbr.com.br, *institucional*, *gerenciamento de risco*.

Nota 19. Transações com partes relacionadas

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas pelas taxas e pelos prazos normais de mercado, tomando como parâmetro aquelas praticadas com terceiros e estão sumariadas a seguir:

Operações com a Financeira BRB:	31/12/2009	31/12/2008
Ativo	151.704	633.405
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	151.704	628.204
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	5.201
Passivo	202	2.968
Depósitos a Vista	202	2.968
Receitas	14.918	188.120
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.926	101.305
Ressarcimento de Despesas Administrativas	2.992	86.815
Despesas	2	4.020
Despesa de Depósito Interfinanceiro	2	4.020

continua...

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

<u>Operações com a BRB – DTVM:</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Ativo	121	337
Valores a Receber	121	337
Passivo	9.215	5.207
Depósitos a Vista	170	135
Depósitos Interfinanceiros de Liquidez	9.045	5.072
Receitas	6.492	5.185
Outras Rendas Operacionais	6.492	5.185
Despesas	604	580
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	604	580

<u>Operações com Cartão – BRB:</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Ativo	3.812	10.668
Outros créditos	683	70
Outros Valores a Receber de Ligadas	3.129	10.598
Passivo	53.977	35.405
Depósitos a Vista	85	4.319
Depósitos a Prazo	53.571	31.081
Outras Obrigações	321	5
Receitas	5.023	629
Despesa Depósitos a Prazo	5.023	629

BRB-Múltiplo

<u>Natureza:</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>Reforoço</u>	<u>Utilização</u>	<u>Reversão</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2009</u>
Trabalhistas	37.514	10.558	(3.354)	(3.120)	5.097	46.695
Cíveis	11.027	3.734	(2.308)	(1.898)	1.452	12.007
Outros Passivos(*)	17.026	--	--	(17.026)	--	--
Total Cíveis/Trabalhistas	65.567	14.292	(5.662)	(22.044)	6.549	58.702
Fiscais – CSLL	108.663	24.668	--	--	3.576	136.907
INSS – SAT (**)	8.659	--	--	(38)	353	8.974
Salário Educação	1.793	--	--	--	58	1.851
TOTAL	184.682	38.960	(5.662)	(22.082)	10.536	206.434

BRB-Consolidado

<u>Natureza:</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>Reforoço</u>	<u>Utilização</u>	<u>Reversão</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2009</u>
Trabalhistas	37.543	10.626	(3.354)	(3.192)	5.105	46.728
Cíveis	11.034	3.748	(2.309)	(1.905)	1.452	12.020
Outros Passivos(*)	17.026	--	--	(17.026)	--	--
Total Cíveis/Trabalhistas	65.603	14.374	(5.663)	(22.123)	6.557	58.748
Fiscais – CSLL	188.208	26.982	--	(281)	11.398	226.307
INSS – SAT (**)	8.659	--	--	(38)	353	8.974
Salário Educação	1.793	--	--	--	58	1.852
PIS e COFINS	436	342	--	--	54	832
TOTAL	264.699	41.698	(5.663)	(22.442)	18.420	296.712

Trabalhistas – as contingências referem-se basicamente a ações com pleitos relativos a horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas, danos morais decorrentes de acidentes de trabalho, complemento de benefícios, etc.;

Cíveis – as contingências referem-se basicamente a ações relativas a indenizações por danos morais e materiais relacionados, roubos de cofres de aluguel, revisão de cláusulas contratuais, diferenças de correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança etc.;

Fiscais – as contingências referem-se basicamente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (nota 20c).

(*) Refere-se à provisão para possíveis perdas de créditos tributários e outras contingências.

(**) Refere-se a recolhimento a menor da contribuição incidente sobre as remunerações pagas no mês, cuja finalidade é o financiamento do SAT – Seguro Acidente de Trabalho do período de janeiro de 1992 a dezembro de 1997, cujos valores o Banco decidiu pelo aprovisionamento, corrigidos pelo INPC.

b) Contingências de risco possível:

Existem 59 (37 em 31/12/2008) processos de natureza cível no montante de R\$ 7.401 (R\$ 3.239 em 31/12/2008) promovidos contra o Banco cuja probabilidade de perda está definida como “possível”. Existem ainda 26 (14 em 31/12/2008) processos de natureza trabalhista com probabilidade de perda definida como “possível” no montante de R\$ 1.477 (R\$ 529 em 31/12/2008). Para essas ações não foram constituídas provisões, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Banco Múltiplo

O Banco está contestando, administrativa e judicialmente, autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por conta do não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei n.º 7.689/1988, respaldado em ação judicial que transitou em julgado em 18/02/1992, desobrigando-o do pagamento da referida contribuição. O entendimento, até então, defendido pelos consultores jurídicos internos e externos do Banco, relativamente aos efeitos da coisa julgada, foi ratificado pelo Superior Tribunal de Justiça, no REsp 731250 – PE. Nessa esteira, as teses esposadas na ação Anulatória ajuizada pelo BRB, sob n.º 2006.34.00.001140-3, em trâmite na 6ª Vara Federal de Brasília, anulam as exações da Receita. Importante registrar que, no bojo do Agravo de Instrumento 2005.01.00.072657-1, o Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região proferiu decisão concedendo a liminar pleiteada pelo BRB para suspender a exigibilidade dos débitos, em 15/12/2005, mediante caução de títulos, reconhecendo os seguintes fundamentos e alegações sustentados pelo Banco: a) afronta ao princípio constitucional da coisa julgada; b) cobrança de crédito tributário alcançado pela decadência e prescrição; c) cobrança de crédito tributário sem o correspondente fato gerador; e, d) cobrança de sanções administrativas tributárias (obrigações acessórias) sem a existência da correspondente obrigação principal (CSLL propriamente dita). Esta decisão restou confirmada, a unanimidade, pela Oitava Turma do TRF da 1ª Região, em acórdão publicado em 19/12/2008, que transitou em julgado.

Em que pese as manifestações jurisprudenciais favoráveis, o Banco mantém a provisão constituída no montante de R\$ 136.907 (R\$ 108.663 em 31/12/2008).

Empresas Controladas – BRB CFI e BRB DTVM

A BRB-DTVM e a BRB-CFI discutem judicialmente a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido-CSLL, por meio da Ação Ordinária n.º 1998.34.00.000054-7, em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, na qual postulam a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da CSLL de pessoas jurídicas que não são empregadoras, consoante melhor interpretação do art. 4º da Lei n.º 7.689/199, bem como dos arts. 110 do CTN e 195, inciso I, da CF/1988.

Desde então os recolhimentos mensais da contribuição passaram a ser depositados em juízo, com regular provisionamento.

Todavia, a Administração de ambas as empresas optou por aderir ao programa de benefício fiscal instituído pela Lei n.º 11.941/2009, regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 6/2009 e alterações, conforme Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da BRB-CFI n.º 526, de 25 de novembro de 2009, e Ata da Reunião da Diretoria Colegiada da BRB-DTVM n.º 507, de 26 de novembro de 2009, relativamente à demanda da CSLL.

Foi protocolado no processo judicial, em 27/11/2009, petição para que os depósitos sejam convertidos em pagamento definitivo ou rendas da União, após homologação dos valores pela Secretaria da Receita

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembléia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do BRB – Banco de Brasília S/A.

O orçamento para remuneração dos administradores no exercício de 2009 foi de R\$ 2.794 mais encargos.

c) Outras Informações:

D) Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem do seu capital, com mais de 10%;
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Nota 20. Provisões, passivos e contingências passivas

O BRB e suas Controladas são partes em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e previdenciários, que são provisionados considerando a opinião dos consultores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, o andamento processual, a jurisprudência e o posicionamento dos tribunais e demais regras estabelecidas na Resolução CMN n.º 3.535, de 31/01/2008, conforme resumimos a seguir:

- i) A provisão é reconhecida somente quando: a) é provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa; b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e, c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.
- ii) O BRB contabiliza e divulga o valor das provisões para contingências classificadas como prováveis, dispensando aprovisionamento para as contingências classificadas como possíveis e remotas, nos termos da referida Resolução.

O BRB iniciou, no segundo semestre de 2009, processo de revisão detalhada e reformulação de determinados procedimentos internos relacionados a identificação, avaliação e monitoramento dos processos jurídicos e administrativos, bem como dos sistemas informatizados pertinentes e constituiu Comitê de Risco Legal para revisão da probabilidade de êxito e de valores em risco das causas administrativas e judiciais, com o objetivo de aprimorar e tornar mais eficiente o ambiente de controle desses assuntos e para aderência plena aos termos da Resolução 3.535/08 do CMN. A conclusão desse processo de revisão está prevista para o primeiro trimestre de 2010.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e/ou coobrigação de direitos creditórios rurais cedidos, demonstrados a seguir:

a) Contingências classificadas como “Risco Provável”

As contingências classificadas como risco de perda provável tiveram seus valores estimados com suficiente segurança e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as suas respectivas movimentações no exercício.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

Federal, bem assim requerendo o levantamento do saldo remanescente em favor das autoras, nos termos do art. 32 da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 6, de 22/07/2009.

d) Autuações referente ao INSS

O Banco recebeu, em dezembro de 2001, quatro autuações do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social (NFLD's 35.360.580-8 – R\$ 48.908; 35.360.575-1 – R\$ 1.201; 35.360.577-8 – R\$ 2.831 e 35.360.579-4 – R\$ 3.614). A primeira refere-se à majoração de alíquotas. As demais, ao não-recolhimento de contribuições sobre participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial definido em acordo coletivo.

Em relação aos débitos exigidos por meio da NFLD 35.360.580-8, cujo valor atualizado chega a, aproximadamente, R\$ 78.000 os mesmos estão abrangidos pela tese da decadência quinquenal, consoante decisões do Superior Tribunal de Justiça e, por último, pelo enunciado da súmula vinculante n.º 8, do Supremo Tribunal Federal. Em estrita observância ao princípio do conservadorismo, há provisão no montante de R\$ 8.974 (R\$ 8.659 em 31/12/2008). A Receita Federal do Brasil, instada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, já está ajustando em seus sistemas informatizados a NFLD, pelo que o Banco aguarda tão somente a extinção da ação executiva para fins de ajuste da provisão.

No que tange às demais NFLD's, os recursos foram julgados parcialmente procedentes ao Banco pelo Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), com redução significativa do débito. A parte remanescente encontra-se em discussão na esfera judicial, visto que as teses defendidas pelo Banco estão em consonância com a legislação e a jurisprudência consolidada no âmbito dos tribunais superiores, notadamente o STJ e o TST.

O Banco recebeu, em dezembro de 2007, três autuações da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB (NFLD n.º 37.135.117-0, NFLD n.º 37.135.116-2 e AI n.º 37.135.118-9) no valor total de R\$ 37.513. A primeira refere-se às contribuições previdenciárias (INSS) supostamente devidas sobre a participação nos lucros e resultados. A segunda refere-se às contribuições previdenciárias (INSS) supostamente devidas sobre comissões nas vendas de cartões de crédito e seguros. A terceira diz respeito à não inclusão de tais contribuições na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP. As referidas autuações compreendem o período de maio/2003 a abril/2007 e foram devidamente impugnadas junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Cabe ressaltar que as respectivas atuações não tem provisões, considerando a avaliação dos assessores jurídicos.

Nota 21. Compromissos e garantias

O Banco possui compromissos com garantias prestadas no valor de R\$ 18.268 (R\$ 14.996 em 31/12/2008), os quais estão relacionadas com operações de crédito de órgãos oficiais, consórcio e cessões de crédito, tendo como contra garantia hipotecas e vinculação de receitas orçamentárias, avais, alienação fiduciária e títulos públicos do Tesouro Nacional.

Nota 22. Benefícios a empregados

a) Plano de previdência complementar

O BRB – Banco de Brasília S.A. é um dos patrocinadores da REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários aos seus participantes, nas seguintes modalidades:

Plano 1 Plano de benefícios previdenciários estruturado na modalidade de benefício definido, custeado por contribuições dos participantes ativos que estão divididos entre: 3% até 50% do teto do salário de contribuição do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), 5% do que exceder de 50% a 100% do teto, e 12% do que exceder a 100% do teto, e assistidos de 15% sobre os benefícios, e pela patrocinadora, paritariamente.

Plano 3 Plano de benefícios previdenciários estruturado na modalidade de contribuição definida para os benefícios programados e na modalidade benefício definido para os benefícios de risco. Esse plano prevê contribuições flexíveis do participante, e a contribuição da patrocinadora poderá variar entre 6% a 8% sobre o salário de participação de cada participante ativo.

Para custeio da REGIUS, o BRB contribuiu no exercício com R\$ 16.447 (R\$ 14.319 em 31/12/2008) correspondente a contribuições mensais determinadas por cálculos atuariais.

A Deliberação CVM n.º 371/00 aprovou e tornou obrigatória, para as companhias abertas, a adoção do pronunciamento sobre a contabilização dos benefícios a empregados, elaborado pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os valores calculados por atuário externo, conforme parecer de 22 de janeiro de 2010, estão a seguir sumariados:

	31/12/2009		31/12/2008	
	PLANO 1	PLANO 3	PLANO 1	PLANO 3
Valor presente total das obrigações atuariais	791.167	20.347	777.620	12.119
Valor justo dos ativos do plano	(881.202)	(22.648)	(764.542)	(12.606)
Resultado do plano	(90.035)	(2.301)	13.078	(487)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	80.201	927	(8.750)	(835)
Contribuições sobre benefícios dos futuros assistidos	--	--	--	--
Passivo (ativo) atribuível ao patrocinador	--	--	--	--
Parcela do resultado atribuível ao patrocinador (*)	--	--	(6.539)	--
Passivo (Ativo) atuarial líquido	(9.834)	(1.374)	(2.211)	(1.322)
Valor contabilizado	--	--	--	--

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar n.º 109/2001, observando-se o Plano de Custeio vigente, cuja proporção contributiva entre participantes e patrocinadores está fixada em 1:1. No caso do Plano de Benefícios 3, por se tratar de um Plano Misto de Benefícios, levou-se em consideração apenas as obrigações com os benefícios de risco, estruturado na modalidade de benefício definido e integralmente custeado pelo patrocinador.

As principais premissas econômicas:

	31/12/2009	31/12/2008
Taxa real de juros	6,40% a.a.	6% a.a.
Taxa estimada de inflação	4,50% a.a.	4% a.a.
Taxa de rotatividade (ativos)	0% a.a.	0% a.a.
Taxa de crescimento salarial (ativos)	1,72% a.a.	1,18% a.a.
Taxa de crescimento de benefícios (assistidos)	0% a.a.	0% a.a.
Capacidade de benefícios:		
• PB01	98%	100%
• PB03	98%	100%
Capacidade salarial	98%	100%

Índices dos Planos:	31/12/2009	31/12/2008
• PB01	IPCA/IBGE	IPCA/IBGE
• PB03	Variação da cota, limitada a variação do IPCA/IBGE	Variação da cota, limitada a variação do IPCA/IBGE
Método de Financiamentos:	Crédito Unitário Projetado (PUC)	Crédito Unitário Projetado (PUC)

O reconhecimento contábil dos ganhos e perdas atuariais segue o previsto nos itens 53 e 54 da NPC 26 do IBRACON, que permite o registro como receita ou despesa do montante que exceder a 10% do valor presente do passivo atuarial ou 10% do valor justo dos ativos, o que for maior.

b) Plano de saúde

O BRB é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrado pela BRB SAÚDE-Caixa de Assistência, cujo objetivo é a instituição e manutenção de planos de saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, a promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênios.

Os recursos necessários ao custeio do Plano de Saúde têm as seguintes origens:

Patrocinadoras: Contribuição mensal correspondente a 4% do valor bruto da folha de pagamento dos empregados ativos;

Empregados ativos: contribuição mensal de 2% calculada sobre o valor bruto da respectiva remuneração, mais 0,6% por dependente direto e 6% por dependente agregado;

Aposentados e pensionistas: contribuição mensal calculada sobre o valor bruto das complementações pagas pelo Fundo de Pensão (REGIUS);

Ex-empregados optantes pelo benefício diferido: contribuição fixa de 4% sobre o último salário enquanto ativo na patrocinadora, mais 0,6% por dependente direto e 6% por dependente agregado;

De acordo com o Convênio de Adesão firmado entre o Banco e a BRB-SAÚDE – Caixa de Assistência e o Regulamento do Plano de Saúde, a patrocinadora cobrirá déficit operacional somente em relação aos empregados ativos, proporcionalmente ao percentual de suas contribuições, não existindo, portanto, compromissos pós-emprego com os assistidos (aposentados). O Plano de Saúde encontra-se superavitário na data-base de 31/12/2009, registrando como superávit do exercício a importância de R\$ 3.004, (R\$ 33.294 em 31/12/2008) e o Patrimônio Social de R\$ 40.353.

Nota 23. Outras informações

a) Seguros – O Banco possui seguros em montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

b) Participação nos lucros – O Banco destinou aos empregados e diretores o valor de R\$ 28.759 (R\$ 18.530 em 31/12/2008) a título de participação no lucro (PLR). Essa participação foi apurada com a aplicação do percentual de 18% sobre o lucro líquido ajustado no exercício de 2008 e primeiro semestre de 2009 e de 13% no segundo semestre de 2009, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, na forma da Lei 10.101, de 19/12/2000.

c) Foi aprovado em 30/06/2006 pelo Conselho de Administração da Instituição, o PPAVI – Programa Permanente de Aposentadoria Voluntária e Incentivada, cujos gastos em 2009 foram de R\$ 620 e encontra-se suspenso desde o dia 03 de dezembro 2008.

d) O Banco mantém por meio da sua Controlada, a BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., participação no fundo de investimento em participações BRB-CORUMBÁ, no valor de R\$ 42.053 (R\$ 40.872 em 31/12/2008), registrado em 16/03/2005.

O Fundo foi constituído em 10 de dezembro de 2004, com início das operações em 29 de abril de 2005. O prazo de duração do Fundo é de 15 (quinze) anos, contados a partir do início de suas operações, data da primeira subscrição de cotas, podendo ser prorrogado se proposto pelo Comitê de Investimentos e aprovado pela Assembléia Geral.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
 CNPJ 00.000.208/0001-00

Nota 24. Efeitos da cisão parcial

Em 30 de janeiro de 2009 foi realizada a cisão parcial da Financeira BRB com incorporação ao BRB – Banco de Brasília S.A., conforme aprovação em Assembleias Gerais realizadas pelas duas instituições.

BRB – Banco de Brasília S.A.

Data da Assembleia 30/01/2009

	<u>Saldo antes da Incorporação</u>	<u>Parcela Incorporada</u>	<u>Saldo após a Incorporação</u>
Ativo:	2.519.758	-	2.519.758
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	526.661	(513.728)	12.933
Participações em Coligadas e Controladas.....	345.467	(315.465)	30.002
Operações de Crédito.....	1.647.630	829.193	2.476.823

Os documentos da cisão e incorporação foram protocolados no BACEN no dia 13/02/2009, sendo aprovada em 06 de novembro de 2009, conforme DIORFI/COFII – 2009/09891.

ADEMIR MALAVAZI
 ARGEU RAMOS DA SILVA
 DIRCE DOS SANTOS VARANDAS
 MARCO AURÉLIO DE MELO VIEIRA
 RICARDO DE BARROS VIEIRA

RICARDO DE BARROS VIEIRA
 Diretor Presidente

PAULO ROBERTO DIAS LOPES
 Diretor de Controle

FRANCISCO SOARES PEREIRA
 Diretor de Crédito e Governo

KELSON CÔRTE
 Diretor de Tecnologia

ELOIR COGLIATTI
 Diretor Financeiro

DARIO OSWALDO GARCIA JUNIOR
 Diretor de Relacionamento e Negócios

SÉRGIO AUGUSTO CORRÊA DE FARIA
 Diretor de Administração

FLÁVIO JOSÉ COURI
 Diretor de Desenvolvimento

ADÃO ALVES DOS PASSOS
 Contador
 CRC-DF N.º 007730/O-9
 CPF: 248.865.721-20

DIRETORES

RICARDO DE BARROS VIEIRA
 Presidente

DARIO OSWALDO GARCIA JUNIOR
 ELOIR COGLIATTI
 FRANCISCO SOARES PEREIRA
 FLÁVIO JOSÉ COURI
 KELSON CÔRTE
 PAULO ROBERTO DIAS LOPES
 SÉRGIO AUGUSTO CORRÊA DE FARIA

**CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO**

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
 Presidente

CONSELHO FISCAL

SÉRGIO RUFFONI GUEDES
 Presidente

GIL AURÉLIO GARCIA
 JOÃO BOSCO PRUDENTE
 JOSÉ WALDSON DE OLIVEIRA CAMPOS
 RUBENS TAVARES E SOUSA

**DEPARTAMENTO DE
CONTABILIDADE GERAL**

ADÃO ALVES DOS PASSOS
 Contador CRC/DF N.º 007730/O-9
 CPF 248.865.721-20

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

BRB – Banco de Brasília S.A.

1 Examinamos os balanços patrimoniais do BRB – Banco de Brasília S.A. (múltiplo) e do BRB – Banco de Brasília S.A. e empresas controladas (consolidado) em 31 de dezembro de 2009 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados do exercício e semestre findos nessa data do BRB – Banco de Brasília S.A., bem como as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, do fluxo de caixa e do valor adicionado do exercício findo nessa mesma data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 Exceto pelos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da instituição, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Conforme mencionado na Nota 20, o Banco iniciou, no segundo semestre de 2009, processo de revisão dos critérios e procedimentos de controles envolvendo a área jurídica, contemplando substituição do sistema operacional e normatização de processos internos, bem como constituiu comitê de risco legal para revisão da probabilidade de êxito e de valores em risco das causas administrativas e judiciais, nos termos da Resolução no. 3.535/08 do Banco Central do Brasil. A finalização desse processo de revisão está prevista para o primeiro semestre de 2010. Não foi praticável, nas circunstâncias, a realização de trabalhos alternativos que nos permitissem concluir sobre a adequação dos saldos das provisões contingenciais, no montante total de R\$ 206 milhões, registrados nas contas de Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outras Obrigações - Diversas, nos montantes de R\$ 147 milhões e R\$ 59 milhões, respectivamente.

4 O Banco está, presentemente, revendo os procedimentos de apuração de encargos financeiros dos contratos de financiamentos concedidos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, celebrados a partir da vigência da Resolução no. 2.168, de 30 de junho de 1995. Não foi praticável, nas circunstâncias, a realização de trabalhos alternativos que nos permitissem concluir sobre a adequação do saldo da carteira de crédito imobiliário no montante de R\$ 184 milhões em 31 de dezembro de 2009, e da correspondente receita de crédito imobiliário, nos montantes de R\$ 10 milhões e R\$ 19 milhões, referentes ao segundo semestre e exercício findos nessa data, respectivamente.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 00.000.208/0001-00

5 Somos de parecer que, exceto pelos efeitos de eventuais ajustes que poderiam advir dos assuntos mencionados nos parágrafos 3 e 4, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BRB – Banco de Brasília S.A. (múltiplo) e do BRB – Banco de Brasília S.A. e empresas controladas (consolidado) em 31 de dezembro de 2009, e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados do exercício e semestre findos nessa data, bem como o resultado consolidado das operações, o fluxo de caixa consolidado e o valor adicionado consolidado das operações do exercício findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

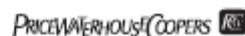
6 Conforme mencionado na Nota 7, o BRB possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante de R\$ 207 milhões em 31 de dezembro de 2009 (31 de dezembro de 2008 – R\$ 92 milhões). Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 62 milhões (31 de dezembro de 2008 – R\$ 68 milhões) e sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. O BRB estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 36 milhões (31 de dezembro de 2008 – R\$ 40 milhões). A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 145 milhões, em 31 de dezembro de 2009 (31 de dezembro de 2008 – R\$ 23 milhões), está condicionada ao processo de securitização, conforme previsto na Lei no. 10.150 de 2000.

7 Conforme descrito na Nota 10, o BRB mantém em 31 de dezembro de 2009, registrado em seu ativo, créditos tributários de imposto de renda apurados sobre diferenças intertemporais no montante de R\$ 56 milhões (em 31 de dezembro de 2008 – R\$ 86 milhões). O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está condicionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração, cuja realização está prevista para os próximos dez exercícios sociais.

8 Anteriormente, examinamos as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de de-

zembro de 2008 compreendendo o balanço patrimonial (múltiplo e consolidado), a demonstração de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, bem como as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, do fluxo de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer com data de 26 de março de 2009, com os seguintes parágrafos: (i) ressalva por limitação de escopo sobre a não conclusão do processo de depuração das perdas com devedores duvidosos cujos valores eram utilizados na base de cálculo dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, gerando registro de ativo diferido de R\$ 28 milhões; (ii) ressalva por limitação de escopo sobre a não finalização do processo de análise e apuração dos valores recebidos por conta de seguro prestamista de operações de crédito realizadas no período de fevereiro de 2003 a outubro de 2006, da controlada BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., que geraram o registro parcial de R\$ 6 milhões. Tais assuntos foram solucionados no decorrer do exercício de 2009; (iii) parágrafo de ênfase sobre a discussão judicial da aplicabilidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estabelecida pela Lei no. 7.689/1988, cuja provisão registrada era de R\$ 109 milhões. Tal assunto foi incluído pelo Banco no contexto da revisão dos critérios e procedimentos da área jurídica, mencionado no parágrafo 3 acima; e (iiii) parágrafos de ênfase sobre os mesmos assuntos comentados nos parágrafos 6 e 7 acima.

Brasília, 25 de fevereiro de 2010

 PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5 “F” DF

Douglas Souza de Oliveira
 Contador CRC 1SP191325/O-0 “S” DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do BRB – Banco de Brasília S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, tomando por base o acompanhamento efetuado ao longo do exercício de 2009, bem como o Parecer emitido pelos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers, datado de 25-02-2010, constatou que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras representam a posição patrimonial e financeira do BRB – Banco de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2009, e foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e estão apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, do Banco Central do Brasil. Em relação ao que dispõem os Artigos 146 e 147 da Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Conselho Fiscal esclarece que, até 31-12-2009, não era de seu conhecimento a existência de pendências em nome dos atuais administradores e suas situações perante os cofres da Instituição eram de normalidade.

Brasília, 25 de fevereiro de 2010.

SÉRGIO RUFFONI GUEDES
 Presidente

GIL AURÉLIO GARCIA
 Conselheiro

JOÃO BOSCO PRUDENTE
 Conselheiro

JOSÉ WALDSON DE OLIVEIRA CAMPOS
 Conselheiro

RUBENS TAVARES E SOUSA
 Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BRB-Banco de Brasília S.A., em sua 416ª Reunião Ordinária, realizada em 25-02-2010, examinou o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e decidiu encaminhar a matéria à Assembleia Geral de Acionistas, com parecer favorável à sua aprovação, de conformidade com o Artigo 142 Inciso V da Lei 6.404, de 15-12-1976, e, ainda, com o Artigo 26 Inciso VI do Estatuto Social do Banco.

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2010

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA
 Presidente do Conselho

ADEMIR MALAVAZI
 Conselheiro

ARGEU RAMOS DA SILVA
 Conselheiro

DIRCE DOS SANTOS VARANDAS
 Conselheira

MARCO AURÉLIO DE MELO VIEIRA
 Conselheiro

RICARDO DE BARROS VIEIRA
 Conselheiro

BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
 CNPJ 33.850.686/0001-69

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO • EXERCÍCIO DE 2009

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais em vigor, apresentamos-lhes o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. relativos ao ano de 2009.

CENÁRIO ECONÔMICO

A retomada da atividade econômica doméstica em 2009, influenciada pelos melhores indicadores das economias desenvolvidas, elevou as expectativas de alta da taxa Selic para o segundo semestre de 2010 atraindo grande massa de capital estrangeiro, forçando o governo a taxar as operações financeiras para aplicações em renda fixa e ações em 2%. Isso fez com que triplicasse o volume de negócios com ADRs provocando a criação de novo imposto na conversão desses títulos.

Essa expectativa de melhora da atividade pressionou as taxas dos DIs futuros para cima pela possibilidade de o Bacen antecipar as medidas de aperto monetário, já no primeiro semestre/2010, devido à expectativa de pressão inflacionária para o final daquele ano. Sendo assim, os agentes financeiros embutiram prêmios maiores nas curvas, chegando a elevar em 22 pontos base o DI de jan/11 e em 38 pontos base o DI de jan/12.

No segundo semestre de 2009 a Bovespa mostrou rentabilidade de 33,3% refletindo a manutenção da queda da aversão ao risco, o que favoreceu as aplicações de recursos em fundos de ações cujo estoque subiu 24,66%, acompanhado pelos fundos de investimentos e caderneta de poupança que avançaram 12,96% e 13,07%, respectivamente. Dentre os fundos de investimentos, considerando o direcionamento da carteira por modalidade, as aplicações concentraram-se em fundos de ações e multimercados que mostraram crescimento de 17,85% e 8,72%, respectivamente.

RESULTADO OPERACIONAL

A BRB-DTVM apresentou lucro líquido de R\$ 3,5 milhões no ano de 2009. Esse resultado proporcionou rentabilidade do patrimônio líquido de 9,11% e retorno sobre os ativos de 7,08%.

O volume administrado de recursos de terceiros totalizou R\$ 1,1 bilhão contra R\$ 832,9 milhões registrados no mesmo período de 2008, com aumento de 28,31%.

O patrimônio líquido é de R\$ 38,6 milhões, 12,68% maior que o registrado no mesmo período do ano anterior.

Já o ativo total cresceu 19,75%, passando de R\$ 41,6 milhões apresentados no mesmo período de 2008 para os atuais R\$ 49,7 milhões.

As receitas de prestação de serviços totalizaram R\$ 9,4 milhões e as de intermediação financeira R\$ 6,8 milhões.

ATUAÇÃO

A BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma empresa controlada pelo BRB - Banco de Brasília S.A. e possui como atividade principal a administração dos fundos de investimento disponibilizados aos clientes do BRB. Oferece serviços de liquidação e custódia de valores mobiliários, intermediação de títulos e papéis públicos e privados, estruturação de operações e captação de recursos junto a clientes institucionais, especialmente Fundos de Pensão, Seguradoras e Administradoras de Fundos de Investimento.

Em 2009 a BRB - DTVM foi reestruturada com foco na adequação às melhores práticas de governança e no aprimoramento das soluções de modelagem financeira para fundos e produtos especiais. A custódia dos ativos de tesouraria do Banco passou a ser realizada pela nova Gerência de Custódia da BRB - DTVM, otimizando processos e gerando novas receitas para a empresa, além disso, a Gerência de Controladoria de Ativos e Passivos agregou a controladoria de ativos do Banco e da BRB - DTVM.

Além dos aprimoramentos internos no ano de 2009, a BRB - DTVM lançou um fundo de investimento referenciado com liquidez diária (BRB REFERENCIADO - DI), destinado a todos os clientes do BRB, e iniciou a estruturação de um fundo de renda fixa, destinado aos Institutos de Previdência e aos Fundos de Pensão.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2009.

ELOIR COGLIATTI
Diretor-Presidente em exercício

FABIANO DE SOUSA VITORINO
Diretor Financeiro e de Administração

JOSÉ RAIMUNDO SANTOS LIMA
Diretor de Administração de Recursos de Terceiros

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	2009	2008	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	2008
CIRCULANTE	33.824	9.912	CIRCULANTE	7.666	1.845
DISPONIBILIDADES.....	257	200	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	7.666	1.845
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (nota 5).....	9.046	5.072	Sociais e estatutárias (nota 12e).....	570	240
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	9.046	5.072	Fiscais e previdenciárias (nota 10a).....	6.595	1.163
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS			Diversas (nota 10b).....	501	442
FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 6).....	17.781	3.433	NÃO CIRCULANTE	3.427	5.394
Carteira própria.....	17.781	3.433	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	3.427	5.394
OUTROS CRÉDITOS.....	6.740	1.207	Fiscais e previdenciárias (nota 10a).....	3.427	5.394
Rendas a receber (nota 7a).....	913	634	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 12)	38.625	34.279
Diversos (nota 7b).....	5.827	573	Capital:		
NÃO CIRCULANTE	15.894	31.606	De Domiciliados no país.....	28.000	28.000
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS			Aumento de Capital:		
FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 6).....	13.865	25.681	De Domiciliados no País.....	2.000	-
Carteira própria.....	13.252	25.146	Reserva de capital.....	-	588
Vinculados a prestação de garantias.....	613	535	Ajuste de avaliação patrimonial.....	1.695	27
OUTROS CRÉDITOS.....	2.006	5.517	Reservas de lucros.....	6.930	5.664
Diversos (nota 7b).....	2.006	5.517			
INVESTIMENTOS.....	1	380			
Outros investimentos (nota 9a).....	1	380			
IMOBILIZADO DE USO (nota 9b).....	22	27			
Outras imobilizações de uso.....	131	130			
(Depreciações Acumuladas).....	(109)	(103)			
DIFERIDO (nota 9c).....	-	1			
Gastos com expansão e desenvolvimento de logísticas.....	-	2			
(Amortização acumulada).....	-	(1)			
TOTAL	49.718	41.518	TOTAL	49.718	41.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
 CNPJ 33.850.686/0001-69

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 (Em milhares de reais)

	SEGUNDO SEMESTRE DE 2009	Exercício de	
		2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.384	6.786	3.676
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	4.387	6.901	3.966
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	(3)	(115)	(290)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.384	6.786	3.676
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(596)	(854)	(357)
Receitas de prestação de serviços (nota 10c).....	4.991	9.426	7.607
Receitas de tarifas bancárias.....	-	14	-
Despesas de pessoal (nota 10d).....	(654)	(1.290)	(1.094)
Outras despesas administrativas (nota 10e).....	(4.316)	(7.758)	(5.975)
Despesas tributárias (nota 10f).....	(496)	(942)	(761)
Outras receitas operacionais (nota 10g).....	328	499	346
Outras despesas operacionais (nota 10h).....	(449)	(803)	(480)
RESULTADO OPERACIONAL	3.788	5.932	3.319
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1)	161	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.787	6.093	3.319
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (nota 8)	(1.155)	(2.254)	(1.357)
Imposto de renda corrente.....	(877)	(1.593)	(979)
Contribuição social corrente.....	(482)	(914)	(523)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	204	253	145
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(319)	(319)	-
LUCRO LÍQUIDO	2.313	3.520	1.962
Nº DE AÇÕES (nota 12a).....	1.000.000	1.000.000	1.000.000
LUCRO POR LOTE DE MLCs (EM REAIS).....	2.312,69	3.519,93	1.962,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 (Em milhares de reais)

	SEGUNDO SEMESTRE DE 2009	Exercício de	
		2009	2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO	2.313	3.520	1.962
Depreciações e amortizações (nota 9).....	3	5	5
Títulos e valores mobiliários.....	(2.464)	(2.531)	(882)
Outros créditos.....	(1.053)	(2.022)	(1.464)
Outras obrigações.....	3.197	3.855	1.395
Ajuste de títulos e valores mobiliários (nota 6f).....	1.790	1.668	24
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.786	4.495	1.040
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Investimento (nota 9a).....	407	407	-
Inversões em Imobilizado de Uso (nota 9b).....	-	(1)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM INVESTIMENTOS	407	406	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Operações comprometidas.....	(423)	-	-
Dividendos distribuídos (nota 12a).....	(570)	(870)	(500)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	(993)	(870)	(500)
REDUÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.200	4.031	540
MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (nota 4):			
Início do período.....	6.103	5.272	4.732
Fim do período.....	9.303	9.303	5.272
Varição Líquida do caixa e equivalente de caixa.....	3.200	4.031	540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE AO VALOR DE MERCADO DE DERIVATIVOS PRÓPRIOS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
				LEGAL	ESTATUTÁRIA			
Saldo em 31 de dezembro de 2007.....	28.000	-	499	794	3.408	4	-	32.705
Ajuste ao valor de mercado - TVM.....	-	-	-	-	-	23	-	23
Ajuste de títulos patrimoniais.....	-	-	89	-	-	-	-	89
Lucro líquido do exercício (nota 12e).....	-	-	-	-	-	-	1.962	1.962
Destinações:								
Reserva (nota 12e).....	-	-	-	98	1.364	-	(1.462)	-
Dividendos - R\$ 0,50 por ação (nota 12e).....	-	-	-	-	-	-	(500)	(500)
Saldo em 31 de dezembro de 2008.....	28.000	-	588	892	4.772	27	-	34.279
MUTAÇÕES NO PERÍODO	-	-	89	98	1.364	23	-	1.574
Ajuste ao valor de mercado - TVM (nota 6f).....	-	-	-	-	-	1.668	-	1.668
Ajuste de títulos patrimoniais (nota 9a).....	-	-	28	-	-	-	-	28
Aumento de capital proposto (nota 12a).....	-	2.000	(616)	-	(1.384)	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	3.520	3.520
Destinações:								
Reserva (nota 12e).....	-	-	-	176	2.474	-	(2.650)	-
Dividendos - R\$ 0,87 por ação (nota 12e).....	-	-	-	-	-	-	(870)	(870)
Saldo em 31 de dezembro de 2009.....	28.000	2.000	-	1.068	5.862	1.695	-	38.625
MUTAÇÕES NO PERÍODO	-	2.000	(588)	176	1.090	1.668	-	4.346
Saldo em 30 de junho de 2009.....	28.000	2.000	-	892	4.235	(95)	-	35.092
Ajuste ao valor de mercado - TVM.....	-	-	-	-	-	1.790	-	1.790
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	-	-	-	2.313	2.313
Destinações:								
Reserva (nota 12e).....	-	-	-	116	1.627	-	(1.743)	-
Dividendos - R\$ 0,57 por ação (nota 12e).....	-	-	-	-	-	-	(570)	(570)
Saldo em 31 de dezembro de 2009.....	28.000	2.000	-	1.068	5.862	1.695	-	38.625
MUTAÇÕES NO PERÍODO	-	-	-	116	1.627	1.790	-	3.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 (Em milhares de reais)

	SEGUNDO SEMESTRE DE 2009	Exercício de	
		2009	2008
1. RECEITAS	9.253	16.083	11.149
1.1 Intermediação financeira.....	4.384	6.786	3.676
1.2 Prestação de serviços.....	4.991	9.440	7.607
1.3 Resultado Não Operacional.....	(1)	161	-
1.4 Outras receitas/despesas operacionais.....	(121)	(304)	(134)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(4.313)	(7.753)	(5.926)
2.1 Materiais, energia e outros.....	(3.816)	(6.956)	(5.570)
2.2 Serviços de terceiros.....	(497)	(797)	(386)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	4.940	8.330	5.193
4. RETENÇÕES	(3)	(5)	(5)
4.1 Depreciação/Amortização (nota 9).....	(3)	(5)	(5)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ ENTIDADE (4-5)	4.937	8.325	5.188
6. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	4.937	8.325	5.188
7. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.937	8.325	5.188
7.1 Pessoal e encargos (nota 10d).....	654	1.290	1.094
7.2 Impostos, taxas e contribuições (nota 8).....	1.651	3.196	2.118
7.3 Aluguéis.....	-	-	14
7.4 Participações da administração nos lucros (nota 10d).....	319	319	-
7.5 Dividendos.....	570	870	500
7.6 LUCRO RETIDO	1.743	2.650	1.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Em milhares de reais)

Nota 1. Contexto operacional

A BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (DTVM) é uma subsidiária integral do BRB – Banco de Brasília S.A., tendo por objetivo a prática de operações no mercado financeiro, incluindo a administração de carteiras de investimentos, serviço de custódia de títulos e valores mobiliários e o exercício de outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Nota 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades por Ações, das instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e das Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

continua...

BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 33.850.686/0001-69

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A DTVM revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

Nota 3. Principais práticas contábeis

a) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação em circulante e não circulante, obedece a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações decorrentes das Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009 (MP 449/2008).

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior à 90 dias, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez pósfixadas são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e as com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculados "pro rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As receitas destas operações estão classificadas na demonstração de resultado como "resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

d) Títulos e valores mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários são registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme critérios de avaliação e contabilização estabelecidos pela Circular 3.068/2001 do BACEN e são classificados da seguinte forma:

- Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que a Administração tem a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. Os papéis mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo ajustados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independente da categoria em que são classificados, são registrados em conta de resultado.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

e) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, não contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (a) altamente correlacionados no que se refere ao valor de mercado do derivativo e do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (b) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

Risco de mercado – os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e

Fluxo de caixa – os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidas dos efeitos tributários.

Os instrumentos derivativos efetuados por meio de operações de *swap*, associados a operações de captação de recursos, não são avaliados a valor de mercado, conforme estabelecido na Circular BACEN nº 3.150/2002. Esses derivativos levam em consideração as seguintes regras:

- não é permitida a sua negociação ou liquidação à parte da operação a ele associado;
- nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, esta ocorrerá pelo valor contratado;
- a contratação é feita pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

f) Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo valor de custo e são ajustados pelo valor patrimonial.

g) Imobilizado de uso

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para móveis e equipamentos. Os bens do sistema de comunicação encontram-se totalmente depreciados. O saldo residual, custo corrigido deduzido da depreciação acumulada, é comparado ao valor recuperável do ativo. A Instituição realizou a análise da redução do valor recuperável de ativo imobilizado, sendo que o estudo apontou para o não reconhecimento de provisões para ajuste a valor recuperável.

h) Os demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelo valor líquido de realização. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável.

i) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM 489/2005, Pronunciamento NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e Resolução nº 3.535, de 31.01.2008, do CMN:

Ativos contingentes – correspondem a direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros e são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando a administração possui evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, normalmente, quando há garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas, quando relevantes, sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

Tributos – Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Tributo:

Tributo:	Aliquota
Imposto de Renda (IR) (*)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR)	10,00%
Contribuição Social (CSLL) (**)	15,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	5,00%

(*) Os impostos ativos diferidos foram constituídos às mesmas alíquotas mencionadas, aplicadas sobre as diferenças temporárias entre o lucro real e o contábil, e estão em conformidade com o que preceitua a Circular BACEN 3.059/2002 e 3.355/2006.

(**) A partir de 01.05.2008, a alíquota foi alterada de 9% para 15% conforme artigos 17 e 41 da Lei nº 11.727/2008.

j) Apuração do Resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que prevê o reconhecimento de receitas e despesas nos períodos em que ocorrerem, de forma simultânea quando se correlacionarem independentemente do recebimento ou pagamento.

Nota 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2009	2008
Caixa	257	200
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	9.046	5.072
Total	9.303	5.272

(*) Referem-se a operações cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias.

Nota 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 30 dias	2009	2008
Ligadas:			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.046	9.046	5.072
Total	9.046	9.046	5.072

BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 33.850.686/0001-69

Nota 6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos "para negociação"

Titulos	2009	2008
Letras Financeira do Tesouro.....	-	4.616
Total.....	-	4.616

b) Títulos "disponíveis para venda"

• Livres:

Titulos	Até	De 31	De 181	Acima de	2009	2008
	30 dias	a 180	a 360	360 dias		
Letras Financeiras do Tesouro(*).....	72	360	433	3.174	4.039	513
Letras do Tesouro Nacional.....	-	6.298	-	-	6.298	5.082
Cotas de Fundos de Investimentos - FIDC.....	109	745	601	401	1.856	2.852
Cotas de Fundos de Investimentos - FIA.....	1.273	-	-	-	1.273	677
Cotas de Fundos de Investimentos - FIC.....	1.276	-	-	-	1.276	1.592
Certif. de Cédulas de Crédito Bancário-CCCB(*).....	245	1.357	1.628	3.994	7.224	8.078
Ações.....	3.384	-	-	-	3.384	-
Total.....	6.359	8.760	2.662	7.569	25.350	18.794
Saldos em 31.12.2008.....	2.277	156	186	16.175	-	18.794

(*) As Letras Financeiras do Tesouro e os Certificados de Cédulas de Crédito Bancário estão classificados de acordo com seus vencimentos e com as amortizações previstas.

• Vinculados a prestação de garantias, por vencimento e tipo de papel:

	Acima de	2009	2008
	360 dias		
Não Ligadas:			
Letras Financeiras do Tesouro Nacional.....	613	613	-
Letras do Tesouro Nacional.....	-	-	535
Total.....	613	613	535

c) Títulos "mantidos até o vencimento"

	Acima de	2009	2008
	360 dias		
Não Ligadas:			
CDB - Pré-fixado.....	5.683	5.683	5.169
Total.....	5.683	5.683	5.169

d) Demonstração dos títulos e valores mobiliários por emissor:

	2009	2008
Titulos públicos:	10.950	10.746
Tesouro Nacional.....	10.950	10.746
Titulos privados:		
Fundos de investimentos em ações - FIA:	1.273	677
Quest ações fundo de investimento em ações.....	1.273	677
Fundos de investimentos e cotas - FIC:	1.276	1.592
Fundo de invest. em cotas de fundos de inv. multimercados BRB- Multiperformance.....	-	565
GAP absoluto fundo de investimento multimercado.....	1.276	1.027
Fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC:	1.856	2.852
BMG fundo de investimento em direitos creditórios - Créditos consignados V.....	653	1.770
BVA fundo de investimento em direitos creditórios - Crédito financeiro corporativo.....	1.203	1.082
Certificados de cédulas de crédito bancário - CCCB:	7.224	8.078
CELG - Distribuição S.A. - CELG D.....	474	706
APOLO - Tubulars S.A.....	2.596	3.027
PROSINT Química S.A.....	2.060	2.458
METALCORTE - Metalúrgica Ltda.....	2.094	1.887
Certificados de depósitos bancários - CDB:	5.683	5.169
Banco Panamericano S.A.....	5.683	5.169
Ações:	3.384	-
Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.....	3.384	-
Total.....	31.646	29.114

e) Demonstração do ajuste ao valor de mercado

Titulos disponíveis para venda	2009					2008	
	Ajuste ao valor de mercado					Valor Líquido	Valor Líquido
	Valor de Mercado	Custo Corrigido	Efeitos Bruto	Tributários	Valor Líquido		
Letras Financeiras do Tesouro.....	4.652	4.685	(33)	13	(20)	(25)	
Letras do Tesouro Nacional.....	6.298	6.298	-	-	-	52	
Cotas de Fundos de Investimentos - FIDC.....	1.856	1.856	-	-	-	-	
Cotas de Fundos de Investimentos - FIA.....	1.273	1.273	-	-	-	-	
Cotas de Fundos de Investimentos - FIC.....	1.276	1.276	-	-	-	-	
Certificado de Céd. de Créd. Bancário-CCCB.....	7.224	7.333	(109)	42	(67)	-	
Ações.....	3.384	270	3.114	(1.332)	1.782	-	
Total.....	25.963	22.991	2.972	(1.277)	1.695	27	

Os efeitos tributários foram calculados, individualmente sobre cada título, da seguinte forma:

- 44,65% sobre os ajustes positivos, referente a IR (25%), CSLL (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%); e
- 40% sobre os ajustes negativos, referente a IR (25%) e CSLL (15%).

f) Movimentação do ajuste a valor de mercado

	31.12.2008	Ajuste ao valor mercado	31.12.2009
Letras Financeiras do Tesouro.....	(25)	5	(20)
Letras do Tesouro Nacional.....	52	(52)	-
Certificado de Cédula de Crédito Bancário-CCCB.....	-	(67)	(67)
Ações.....	-	1.782	1.782
Total.....	27	1.668	1.695

O valor de mercado é apurado da seguinte forma:

- Letras Financeiras do Tesouro - são precificadas pelo método de fluxo de caixa descontado;
- Letra do Tesouro Nacional - são precificadas pelo método de fluxo de caixa descontado;
- Cotas de fundos de investimentos - utilizada a cota para a data das demonstrações financeiras;
- Certificado de Cédulas de Crédito Bancário - CCCB - utiliza-se a taxa contratada para valor futuro (préfixada: taxa contratada ou posfixada: CDI-CETIP) e traz-se a valor presente pela taxa de contratos de DI 1 dia da BM&F (interpolada pelo vencimento do papel);
- Certificado de Depósito Bancário - valor futuro descontado a taxa de juros BM&F a valor presente;
- Ações - utilizada a cotação na BOVESPA no último dia de negociação das ações.

g) Derivativos

As operações realizadas pela BRB DTVM S.A., envolvendo derivativos em 2009, visavam atender às necessidades próprias e de seus clientes, reduzindo os riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração dos riscos da carteira própria da DTVM é gerenciada pela área de riscos do Banco, de maneira segregada e também consolidada.

Em 31.12.2009 a DTVM possuía 60 contratos de DI Futuro, operação de derivativo com intenção de hedge, feito com o objetivo de ajustar a carteira préfixada da DTVM ao percentual do valor em risco (VAR) estabelecido pela Nota Técnica de Limites. O efeito líquido da operação no resultado da DTVM, no período, foi negativo em R\$115. As informações detalhadas sobre a operação estão no quadro abaixo:

Descrição	Valor de Referência (Nocional)		Valor Justo		Valores a Pagar ou a Receber no Período(%)	
	Período		Período		Valores	
	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Receber/ recebido	A pagar/ (pago)
Compromissos de venda.....	5.996	5.291	5.996	5.349	111	226
Índices (DI) (**)	5.996	5.291	5.996	5.349	111	226

(*) Essas colunas representam os valores a receber ou recebidos e os pagos ou a pagar reconhecidos por competência no período de referência.

(**) Contrato de DI1 com vencimento em 02/01/2010.

(**) Garantias depositadas na BM&F Bovespa:

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor alocado	Valor utilizado
LFT-A 235479.....	02/08/2014	395	613	607

BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
 CNPJ 33.850.686/0001-69

Nota 7. Outros créditos

a) Rendas a receber

	2009	2008
Taxa de administração de fundos de investimentos	762	634
Taxa de custódia	72	-
Venda de ações da CETIP	79	-
Total	913	634

b) Diversos

	2009	2008
Créditos tributários sobre diferenças intertemporais – imposto de renda (nota 8)	447	194
Devedores por depósitos em garantia de Contribuição Social (*)	5.588	4.650
Devedores por depósitos em garantia de PIS e COFINS (*)	814	417
Devedores por depósitos em garantia – Trabalhistas e Cíveis (*)	5	236
Imposto de renda a compensar(**)	651	423
Pagamentos a ressarcir	179	-
Diversos	149	170
Total	7.833	6.090

(*) São depósitos judiciais de recursos trabalhistas e fiscais, que estão sendo questionados judicialmente e encontram-se provisionados em montante suficiente para cobrir eventuais perdas (nota 10a e 11b).

(**) Refere-se a antecipação de Imposto de Renda (IR) apurado através da base de cálculo estimada e recolhida mensalmente.

Nota 8. Composição das despesas com Impostos e Contribuições

a) Demonstrativo da apuração do imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) devidos sobre as operações do período e sobre diferenças temporárias decorrentes de adições e exclusões:

	2009	2008
Resultado antes dos tributos e participações sobre o lucro	5.774	3.319
(+) Adições	2.344	3.499
Permanentes	757	158
Não permanentes	1.587	3.341
(-) Exclusões	(1.650)	(2.789)
Permanentes	(62)	-
Não permanentes	(1.588)	(2.789)
(=) Lucro real	6.468	4.029
Parcela do Lucro isenta para adicional de IRPJ	(240)	(240)
Base de cálculo do adicional de IRPJ	6.228	3.789
IRPJ:		
Alíquota Normal 15%	970	604
Adicional não isento 10%	623	379
(=) Despesas com IRPJ do exercício	1.593	983
(-) Deduções – Contribuições e doações (1% do IRPJ)	-	5
(=) IRPJ devido após incentivos fiscais	1.593	978
(+) Ajuste de despesas de IRPJ do exercício anterior	-	1
(=) Despesas de IRPJ no exercício	-	979
(=) Base de cálculo da CSLL	6.096	3.961
(=) Despesas de Contribuição Social	914	523

A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi aumentada de 9% para 15% do lucro tributável, a partir de maio de 2008 por força da Medida Provisória nº 413 de 3 de janeiro de 2008, convertida em Lei nº 11.727/2008.

b) Créditos tributários

São constituídos créditos tributários relativos ao Impostos de Renda (IR) e à Contribuição Social (CSLL), com base em diferenças intertemporais à alíquota de 25% e 15%, respectivamente. A Administração optou por constituir crédito tributário sobre as diferenças intertemporais da contribuição social (CS), tendo em vista que a BRB-DTVM aderiu ao programa de redução fiscal instituída pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN nº 6, de 29 de julho de 2009, conforme Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada nº 526, de 25 de novembro de 2009. (notas 7b e 11b).

Movimentação do crédito tributário

	Base de cálculo		Crédito tributário	
	2009	2008	2009	2008
Créditos tributários de Imposto de Renda (IR) – 25%				
Saldo no início do período	776	198	194	49
Constituídos	414	580	103	146
Realizados	(72)	(2)	(18)	(1)
Saldo no final do período	1.118	776	279	194
Créditos tributários da Contribuição Social (CSLL) – 40%				
Saldo no início do período	-	-	-	-
Constituídos	1.118	-	168	-
Saldo no final do período	1.118	-	168	-
Total dos créditos tributários (IR+CSLL)			447	194
Percentual em relação ao patrimônio líquido			1,16%	0,57%
Percentual em relação ao ativo total			0,90%	0,47%

Cálculo do crédito tributário ativado

	Base de Cálculo		Crédito Tributário (40%)	
	2009	2008	2009	2008
Prejuízos operações de Mercado Futuro	376	-	150	-
Riscos Fiscais – PIS	104	56	42	14
Riscos Fiscais – COFINS	638	344	255	86
TVM – Ajuste negativo	-	376	-	94
Total	1.118	776	447	194

Estimativa de realização do crédito tributário

O valor presente do crédito tributário descontado à taxa média de captação é de R\$ 281, que será realizado em:

Período	2014	2015 a 2019	Total
Valor	112	169	281
%	39,98%	60,02%	100%

Nota 9. Investimentos, imobilizado de uso e diferido

a) Investimentos

Descrição	31.12.2008	Atualização	Baixas	31.12.2009
Título patrimonial – CETIP	380	28	(407)	1

A CETIP- Câmara de Custódia e Liquidação aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29.05.2009, a desmutualização de suas cotas, a criação da CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, a abertura de capital e a incorporação da parcela cindida da CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação. Em função desse processo, a DTVM passou a deter a seguinte participação nas empresas:

Descrição	Antes da cisão		Após a cisão	
	Qte	Valor	Qte	Valor
Cota de título patrimonial da CETIP Associação	1	407	1	1
Ações ordinárias da CETIP S.A. recebidas	-	-	501.344	407
Ações transferidas para o ativo circulante/carteira livre	-	-	(501.344)	(407)
Saldo atual de ações CETIP S.A.	-	-	1	1

Demonstração da desmutualização:

Descrição	Valores movimentados no:	
	Investimento	Circulante
(=) Em 31.12.2008	380	-
(+) Atualização patrimonial (*)	28	-
(=) Saldo antes da desmutualização	408	-
(-) Transferido para circulante	(407)	407
(+) Ganho com a desmutualização (**)	-	164
(=) Saldo	1	571
(-) Venda de lote de 263.861 ações (***)	-	(89)
(=) Em 31.12.2009	1	482

(*) Atualização patrimonial do título original da CETIP é registrada em contrapartida de Patrimônio Líquido, em Reservas de Atualização de Títulos Patrimoniais, com base no balanço patrimonial.

(**) Ganho referente ao valor das ações recebidas e ao valor do título patrimonial, comparados com o saldo existente.

(***) A venda do lote de 263.861, ocorreu em 29.05.2009 (78.388 ações), 30.10.2009 (183.894 ações) e 03.12.2009 (1.579 ações), que resultou em um ganho de R\$ 2.902.

continua...

BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
 CNPJ 33.850.686/0001-69

O investimento em ações da CETIP S.A. foi transferido para a carteira de títulos e valores mobiliários, no circulante e está classificado na categoria "disponíveis para venda".

b) Imobilizado de uso

	31.12.2008	Adições	Baixas	31.12.2009
Imobilizado de uso	130	1	=	131
Móveis e equipamentos	82	1	-	83
Equipamentos de comunicação	3	-	-	3
Direitos de uso de comunicação	3	-	-	3
Sistema de processamento de dados	42	-	-	42
Depreciação acumulada	(103)	(4)	(2)	(109)
Móveis e equipamentos	(60)	(3)	-	(63)
Equipamentos de comunicação	(3)	-	-	(3)
Sistema de processamento de dados	(40)	(1)	(2)	(43)
Residual	27	(3)	(2)	22

c) Diferido

	31.12.2008	Adições	Baixas	31.12.2009
Diferido	1	(1)	=	=
Gastos em logiciais	2	(2)	-	-
Amortização acumulada	(1)	1	-	-

Nota 10. Outros desdobramentos de itens das demonstrações financeiras

a) Fiscais e previdenciárias

	2009	2008
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	1.593	978
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1	1
Impostos e contribuições sobre salários	53	66
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	1.277	18
Provisão para COFINS	33	27
Provisão para PIS/PASEP	6	4
Provisão para ISS	42	34
Provisão para riscos fiscais com Contribuição Social (nota 11b)	6.184	4.992
Provisão para riscos fiscais com PIS e COFINS (nota 11b)	833	437
Total	10.022	6.557

b) Outras obrigações – diversas

	2009	2008
Provisão para pagamentos a efetuar	199	1
Valores a pagar a sociedades ligadas	121	337
Fornecedores	35	-
Cobrança fiduciária	80	-
Consignação	42	-
Credores diversos – País	24	104
Total	501	442

c) Rendas da prestação de serviços

	2009	2008
Rendas de taxa de administração de fundos de investimentos	8.629	7.475
Rendas de serviços de corretagem	1	3
Rendas de serviços de custódia	796	118
Rendas de serviços de agente fiduciário	-	11
Total	9.426	7.607

d) Outras despesas administrativas

	2009	2008
Ressarcimento de custos de pessoal ao Banco (*)	2.888	3.344
Ressarcimento de custos administrativos ao Banco (*)	3.579	1.822
Despesas de comunicação	16	-
Despesas de processamento de dados	240	229
Despesas com relações públicas	62	48
Despesas com propaganda e publicidade	164	-
Despesas com publicações	317	167
Despesas com serviços do sistema financeiro	179	49
Despesas com serviços de terceiros	21	26
Despesas com serviços técnicos especializados	116	134
Despesas de viagem	13	8
Despesas de depreciação/amortização	5	5
Contribuição sindical	13	-
Contribuição a entidades associativas	65	-
Outras despesas administrativas	80	143
Total	7.758	5.975

(*) Referem-se ao ressarcimento de despesas administrativas ao BRB – Banco de Brasília S.A., referente cessão de pessoal e uso da infra-estrutura conforme convênio firmado entre as partes (nota 13).

e) Despesas tributárias

	2009	2008
COFINS	378	304
PIS/PASEP	61	49
ISS	472	381
Taxas	31	27
Total	942	761

f) Outras receitas operacionais

	2009	2008
Dividendos de ações em bolsa	62	-
Recuperação de encargos e despesas	14	51
Reversão de outras despesas	40	-
Juros sobre o capital próprio em bolsa de valores	29	-
Atualização sobre depósito judicial	354	278
Outras receitas	-	17
Total	499	346

g) Outras despesas operacionais

	2009	2008
Indenizações cíveis	54	-
Despesas com litígios trabalhistas	69	-
Despesas com riscos fiscais	342	203
Despesas de fundos assumidas pela DTVM	3	6
Atualização monetária de passivos contingentes	335	265
Outras	-	6
Total	803	480

Nota 11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A BRB-DTVM é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, para as ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

a) Ativos contingentes: Não existem ativos contingentes contabilizados;

b) Passivos contingentes fiscais.

- Obrigação fiscal – Contribuição Social

A BRB-DTVM discute junto ao Poder Judiciário, mediante Ação Ordinária nº 1998.34.00.000054-7, em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, em razão de sua condição de empresa não empregadora, nos termos do art. 195, I, da CF/1988, com a redação anterior a EC 20/1998. Desta forma os recolhimentos mensais estão sendo depositados judicialmente, com o regular provisionamento dos respectivos valores.

Em 29.03.2000, por sentença judicial, o pedido da autora foi julgado procedente, a fim de eximi-la do pagamento da Contribuição Social sobre o lucro líquido, instituída pela Lei 7.689/1988, em razão da condição de pessoa jurídica não empregadora. Porém, a referida decisão monocrática está suspensa por apelação da Fazenda Nacional, cujo recurso encontra-se pendente de julgamento na 8ª Turma do TRF da 1ª Região.

Sua movimentação no exercício foi:

	Em 31.12.2008	Reforço	Atualização Monetária	Em 31.12.2009
CSLL	4.992	914	278	6.184

Os depósitos judiciais realizados referentes a esta demanda tributária, totalizam R\$ 5.588 em 31.12.2009 (nota 7b).

Administração, por meio da Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada nº 526, realizada em 25 de novembro de 2009, optou por aderir ao programa de redução fiscal instituída pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN nº 6, de 29 de julho de 2009, no que diz respeito às demandas da Contribuição Social. A instituição aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal e a conversão dos depósitos judiciais em rendas da União, bem como levantamento do saldo remanescente pela DTVM (nota 7b).

- Obrigação fiscal – COFINS e PIS/PASEP

Trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela, que tramita junto à Vara Federal (processo 2008.34.00.007757-1), pelo qual a DTVM requer a declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei Federal 9.718/1998 (faturamento igual a receita total), conforme decisão recente do STF,

BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
 CNPJ 33.850.686/0001-69

bem como o direito de recolher as contribuições para o COFINS com base na regra do art. 2º Lei Complementar 70/1991 (faturamento igual a receita de prestação de serviços). Em despacho de 10.04.2007, o juiz federal substituto da 21ª Vara autorizou o depósito em juízo do valor correspondente à diferença entre o determinado pela Lei 9.718/1998 (receita total) e a previsão constante na LC 70/1991. Em 04.06.2008, por sentença, o juiz julgou procedente os pedidos da autora, para afastar a incidência da Lei 9.718/1998 em razão de vício de inconstitucionalidade, bem assim o direito à compensação do indébito com quaisquer tributos ou contribuições administrados pela Receita Federal.

Sua movimentação no exercício foi:

	<u>Em 31.12.2008</u>	<u>Reforço</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Saldo final</u>
COFINS	376	294	46	716
PIS/PASEP	61	48	8	117
Total.....	437	342	54	833

Os depósitos judiciais realizados referentes esta demanda tributária, totalizam R\$ 814 (nota 7b).

c) Passivos contingentes trabalhistas

Sua movimentação no exercício foi:

	<u>31.12.2008</u>	<u>Reforço</u>	<u>Atualização</u>	<u>Baixa</u>	<u>2009</u>
Trabalhistas	-	69	3	72	-
Total.....	-	69	3	72	-

A instituição fez acordo nos autos, reconhecendo montante de R\$ 67 em favor do reclamante.

Nota 12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital da DTVM é de R\$ 30.000, totalmente integralizado e dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas com direito a voto, sem valor nominal.

Em 30.06.2009, foi proposto aumento de capital no valor de R\$ 2.000, com utilização de Reservas de Capital e de Reserva Estatutária elevando o capital para R\$ 30.000, mantendo a quantidade de ações. A efetivação do aumento de capital está vinculada à aprovação do Banco Central do Brasil.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido apurado, até o limite máximo de 20% do capital social.

c) Reserva estatutária

Conforme disposto no estatuto a Administração poderá, após as destinações legais, transferir o resultado remanescente para reserva de lucros.

d) Ajuste ao valor de mercado

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular 3.068/2001 do BACEN.

e) Dividendos

O estatuto social confere o direito a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período através de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, ajustado de acordo com as disposições da legislação societária.

O lucro líquido do período foi distribuído da seguinte forma:

	<u>2º semestre</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
(=) Lucro líquido	2.313	3.520	1.962
(-) Reserva legal	(116)	(176)	(98)
(=) Base de cálculo do dividendo	2.197	3.344	1.864
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(549)	(836)	(466)
(+) Dividendos provisionados	(570)	(870)	(500)
Reservas estatutárias	1.627	2.474	1.364

Nota 13. Transações com partes relacionadas

a) Com o controlador:

As transações com partes relacionadas são efetuadas em comutatividade a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, tomando como parâmetro aquelas praticadas com terceiros e estão sumariadas a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Operações com o BRB – Banco:		
Ativo	9.216	5.207
Disponibilidades	170	135
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.046	5.072
Passivo	121	337
Valores a pagar a sociedades ligadas	121	337
Receitas	604	580
Receitas da intermediação financeira	604	580
Despesas	6.467	5.166
Outras despesas administrativas (nota 10d)	6.467	5.166

b) Com pessoal chave da administração

• Despesas com remuneração:

Os custos com remunerações e demais benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração, representado pelos Diretores Executivos e pelos Conselheiros Fiscais, são apresentados conforme abaixo:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Diretoria	900	696
Conselho fiscal	137	160
Encargos sociais	246	229
Benefícios sociais	7	9
Total de honorários e encargos	1.290	1.094
Participação da Diretoria nos lucros (*)	319	-
Total.....	1.609	1.094

(*) Participação estatutária nos lucros da BRB-DTVM, observadas as disposições do art. 190 da Lei 6.404/1976, não podendo ultrapassar 0,1 (um décimo) dos lucros, condicionada ao pagamento obrigatório de que trata o art. 202 da Lei 6.404/1976.

Conforme determina o Estatuto da instituição, a remuneração da Diretoria e do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral, sendo assegurado somente aos membros da Diretoria licença remunerada para descanso, por período de até 30 dias por ano de efetivo exercício e Gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por efetivo exercício no ano calendário, bem como participação nos lucros acima destacada.

A instituição não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, bem como, não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave.

• Participação acionária:

Os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria não possuem participação acionária na BRB-DTVM.

• Outras informações:

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Nota 14. Administração de recursos de terceiros

A instituição administra diversos fundos de investimentos, cujo patrimônio líquido combinado é de R\$ 1.068.767 (R\$ 833.940 em 2008), que gerou receita de taxa de administração no montante de R\$ 8.629 (R\$ 7.475 em 2008) registrada em "rendas de administração de fundos" (nota 10c).

Eloir Cogliatti
Diretor-Presidente em exercício

José Raimundo Santos Lima
Diretor de Administração de Recursos de Terceiros

Fabiano de Sousa Vitorino
Diretor Financeiro e de Administração

Adão Alves dos Passos
Contador CRC/DF – Nº 007730/O-9
CPF: 248.865.721-20

**BRB - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 33.850.686/0001-69**

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

1 Examinamos os balanços patrimoniais da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos nessas datas e do segundo semestre de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da instituição, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Somos de parecer que as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações dos exercícios findos nessas datas e do segundo semestre de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 25 de fevereiro de 2010

PRICEWATERHOUSECOOPERS 

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC 1SP191325/O-0 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, tomando por base o acompanhamento efetuado ao longo do exercício de 2009, bem como o Parecer emitido pelos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers, datado de 25-02-2010, constatou que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras representam a posição patrimonial e financeira da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2009, e foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, do Banco Central do Brasil. Em relação ao que dispõem os Artigos 146 e 147, da Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Conselho Fiscal esclarece que, até 31-12-

2009, não era de seu conhecimento a existência de pendências em nome dos atuais administradores e suas situações perante os cofres da Instituição eram de normalidade.

Brasília, 25 de fevereiro de 2010.

LUIZ MARIO BORGES ESTRELLA
Presidente

JURACI CANDEIA DE SOUZA
Conselheiro

**BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 33.136.888/0001-43**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO • EXERCÍCIO DE 2009

Senhor Acionista,

Em conformidade com as disposições legais em vigor (Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e do Estatuto Social do BRB), submetemos à apreciação de V.Sa. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. relativos ao ano de 2009.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Financeira Brasília) é uma subsidiária integral do BRB – Banco de Brasília S.A., incorporada ao Conglomerado em 11 de abril de 1986, conforme autorização do Banco Central do Brasil. É uma Sociedade Anônima, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, pelo seu Estatuto e Regimento Interno e demais disposições legais aplicáveis, que tem como missão básica a realização de todas as operações e serviços facultados às sociedades de crédito, financiamento e investimentos, obedecidos os preceitos e as limitações da legislação em vigor.

CENÁRIO ECONÔMICO

As operações de crédito do sistema financeiro seguiram mostrando crescimento, refletindo a retomada da atividade econômica doméstica e melhora das expectativas dos agentes econômicos.

No segundo semestre, o saldo das operações do sistema financeiro mostrou crescimento de

10,46%. Nesse mesmo período, os recursos direcionados subiram 20,94%, reflexo dos desembolsos realizados pelo BNDES, que cresceram 26,78%. Essa alta nas concessões do BNDES foi condicionada às operações com os setores industrial, comercial e de serviços.

Nos recursos livres, que representam 68% do total do sistema financeiro, a expansão foi de 6,05%. No que concerne as operações de crédito referencial para taxas de juros, as modalidades voltadas para pessoa física tiveram crescimento de 8,39%, com destaque para as operações de crédito pessoal que subiram 10,20%, aquisição de veículos que cresceu 12,85% e financiamento imobiliário que avançou 16,85%. Já as operações voltadas para pessoa jurídica mostraram alta de 3,3%, com destaque para o desempenho das operações de capital de giro e financiamento imobiliário, que subiram 15,80% e 19,78%, respectivamente.

A inadimplência situou-se em 5,6% em dezembro, considerando os atrasos acima de noventa dias, com recuo de 0,03% para pessoa física e 0,01% para pessoa jurídica, respectivamente para 7,8% e 3,8%.

ATUAÇÃO

A Financeira Brasília, com sua política de seletividade e pulverização de créditos, tem como meta ser um referencial positivo na economia local, e ampliar cada vez mais o seu portfólio de produtos e serviços, visando o atendimento diferenciado aos seus clientes.

CONDUTA EMPRESARIAL

No primeiro semestre de 2009 a estratégia de crédito adotada pela Administração priorizou operações com pessoas jurídicas, notadamente cooperativas de transporte público e seus cooperados visando alavancagem das carteiras. Optou-se também pela compra de carteiras de crédito consignado.

continua...

BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 33.136.888/0001-43

No segundo semestre, com nova administração e novo direcionamento empresarial, decidiu-se por descontinuar operações com pessoas jurídicas e administrar a carteira existente até sua liquidação.

A ação de mercado passou a ser centrada exclusivamente em pessoas físicas, prioritariamente a não correntistas do Banco, através da disponibilização de produtos e serviços distribuídos por quadro próprio da Financeira Brasília e por correspondentes não bancários. A Financeira Brasília também poderá distribuir produtos de crédito a clientes do controlador quando não disponíveis no seu portfólio.

ACÇÕES ESTRATÉGICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Com a adoção da conduta empresarial orientada pelo controlador da Financeira Brasília já implementada no 2º semestre de 2009, constatou-se a necessidade de adoção de uma solução tecnológica especializada, com características específicas à gestão de financeiras.

Um cenário que aponta para necessidade de agilidade, agressividade comercial, canais de distribuição e atendimento diferenciados levou à decisão de segregação para com os legados tecnológicos do Banco de Brasília e concluiu-se pela aquisição de software de suporte à gestão da Financeira Brasília. No final de 2009 concluiu-se o projeto básico para formulação de um processo licitatório de aquisição de solução cuja eficiência seja comprovada pelo mercado.

ACÇÕES DE GESTÃO E GOVERNANÇA

A partir do segundo semestre de 2009 a administração da Financeira Brasília priorizou as seguintes ações: alinhamento com as premissas de governança corporativa do controlador; revisão e implantação da nova estrutura organizacional; atualização do Regimento Interno; criação de Política de Crédito específica da Financeira Brasília; revisão da conduta de controles internos, compliance, prevenção à lavagem de dinheiro e gerenciamento de riscos e revisão e reativação de convênio de cooperação entre a Financeira Brasília e o BRB - Banco de Brasília S.A..

ACÇÕES DE MARKETING

Priorização da publicidade e propaganda institucional marcando a nova conduta comercial da Fi-

nanceira Brasília. Ainda no segundo semestre a Financeira Brasília promoveu o alinhamento dos produtos do portfólio à concorrência e reviu sua política de preços.

RESULTADO OPERACIONAL

A Financeira Brasília encerrou o ano de 2009 com lucro acumulado de R\$ 14,6 milhões.

O Patrimônio Líquido foi de R\$ 30,9 milhões, contra R\$ 332,0 milhões no mesmo período de 2008, representando decréscimo de 90,69%.

O ativo total decresceu 75,47%, passando de R\$ 1,1 bilhão no mesmo período de 2008 para os atuais R\$ 269,8 milhões.

Já as receitas de intermediação financeira atingiram R\$ 51,3 milhões, apresentando decréscimo de 84,18% em relação aos R\$ 324,3 milhões no mesmo período de 2008.

O saldo das operações de crédito é de R\$ 187,1 milhões, contra R\$ 928,5 milhões no mesmo período de 2008, representando decréscimo de 79,85%.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A redução verificada no desempenho operacional deveu-se a cisão ocorrida em 30 de janeiro de 2009. O patrimônio e ativos da Financeira Brasília foram parcialmente vertidos ao BRB - Banco de Brasília S.A., restando à Financeira Brasília um patrimônio líquido de R\$ 30 milhões.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2009.

LAÉCIO BARROS JUNIOR
Diretor-Presidente

JOSÉ ERNESTO DUARTE DE ALMEIDA
Diretor Operacional

MARCELO FRANÇA DO AMARAL SOARES
Diretor Financeiro e Administrativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	2009	2008	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	2008
CIRCULANTE	111.956	427.485	CIRCULANTE	225.199	208.095
DISPONIBILIDADES (nota 4)	205	2.974	DEPÓSITOS	151.704	152.533
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (nota 5)	-	37.000	Depósitos interfinanceiros (nota 12a).....	151.704	152.533
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	37.000	OUTRAS OBRIGAÇÕES	73.495	55.562
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS			Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....	30	13
FINANCEIROS DERIVATIVOS (nota 6).....	-	15.000	Sociais e estatutárias (nota 14e).....	280	7.000
Carteira própria	-	15.000	Fiscais e previdenciárias (nota 12b).....	72.658	26.808
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	40.906	358.809	Diversas (nota 12c)	527	21.741
Operações de crédito (nota 7):			NÃO CIRCULANTE	13.672	513.260
Setor privado	42.531	365.639	DEPÓSITOS	-	438.671
(Provisões para operações de créditos) (nota 7d).....	(1.625)	(6.830)	Depósitos interfinanceiros (nota 12a).....	-	438.671
OUTROS CRÉDITOS	70.845	13.700	OUTRAS OBRIGAÇÕES	13.672	74.589
Rendas a receber	6	2	Fiscais e previdenciárias (nota 12b).....	13.626	74.553
Diversos (nota 8).....	70.839	13.698	Diversas (nota 12c)	46	36
OUTROS VALORES E BENS	-	2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 14)	30.916	332.012
Despesas antecipadas	-	2	Capital:		
NÃO CIRCULANTE	157.831	625.882	De Domiciliados no país	30.000	200.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	140.038	558.330	Reservas de capital.....	3	2.110
Operações de crédito (nota 7):			Ajuste de avaliação patrimonial.....	17	-
Setor privado	144.539	562.819	Reservas de lucros.....	896	129.902
(Provisões para operações de créditos) (nota 7d).....	(4.501)	(4.489)			
OUTROS CRÉDITOS	17.356	67.146			
Diversos (nota 8).....	17.356	67.146			
INVESTIMENTOS.....	386	342			
Participações em coligadas e controladas no país (nota 10)	386	342			
IMOBILIZADO (nota 11)	51	64			
Outras imobilizações de uso.....	103	92			
(Depreciações acumuladas).....	(52)	(28)			
TOTAL	269.787	1.053.367	TOTAL	269.787	1.053.367

**BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 33.136.888/0001-43**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
(Em milhares de reais)**

	SEGUNDO SEMESTRE DE 2009	Exercício de	
		2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20.000	51.344	324.334
Operações de crédito	19.920	50.714	319.103
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	80	630	5.025
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	204
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(11.290)	(13.482)	(108.605)
Operações de captações no mercado	(6.671)	(17.823)	(101.303)
Provisões para operações de crédito (nota 7e)	(4.619)	4.341	(7.300)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.710	37.862	215.729
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(3.805)	(14.432)	(104.052)
Despesas de pessoal (nota 15a)	(658)	(1.228)	(1.042)
Outras despesas administrativas (nota 12d)	(3.177)	(12.001)	(92.750)
Despesas tributárias (nota 12e)	(824)	(1.896)	(11.038)
Resultado de participações em coligadas (nota 10)	23	35	20
Outras receitas operacionais (nota 12f)	3.781	6.679	12.243
Outras despesas operacionais (nota 12g)	(2.950)	(6.020)	(11.485)
RESULTADO OPERACIONAL	4.905	23.430	111.677
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	192	213	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	5.097	23.643	111.677
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (nota 9d)	(1.139)	(8.619)	(39.934)
Imposto de renda	(2.052)	(4.472)	(26.062)
Contribuição social	(1.173)	(2.626)	(13.329)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.086	(1.521)	(543)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(394)	(394)	-
LUCRO LÍQUIDO	3.564	14.630	71.743
Número de ações	100	100	982
LUCRO POR LOTE DE MILAÇÕES (EM REAIS)	35,64	146,30	73,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)**

	SEGUNDO SEMESTRE DE 2009	Exercício de	
		2009	2008
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO	3.564	14.630	71.743
Depreciações e Amortizações (nota 11)	12	24	20
Resultado de Participações em Coligadas (nota 10)	(23)	(35)	(20)
Títulos e Valores Mobiliários	-	15.000	(15.000)
Operações de Crédito	4.448	(92.999)	161.245
Incorporação de operações de crédito pelo Controlador	-	829.193	-
Outros Créditos	(6.517)	(7.355)	(17.626)
Outros Valores e Bens	-	2	(2)
Depósitos Interfinanceiros	(8.896)	74.229	(156.344)
Incorporação de depósitos interfinanceiros pelo Controlador	-	(513.729)	-
Outras Obrigações	6.743	(42.983)	7.133
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGENADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(669)	275.977	51.149
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Juros sobre o capital próprio/Dividendos recebidos (nota 10)	6	8	5
Inversões em imobilizado de uso (nota 11)	(7)	(11)	(74)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGENADO EM INVESTIMENTOS	(1)	(3)	(69)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Retirada de capital pelo controlador	-	(315.463)	-
Dividendos distribuídos (nota 14e)	(280)	(280)	(18.000)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	(280)	(315.743)	(18.000)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(950)	(39.769)	33.080
MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (nota 4):			
Início do período	1.155	39.974	6.894
Fim do período	205	205	39.974
Variação líquida do caixa e equivalente de caixa	(950)	(39.769)	33.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)**

	CAPITAL SUBSCRITO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS LEGAL	RESERVAS DE LUCROS ESTATUTÁRIA	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
Saldo em 31 de dezembro de 2007	150.000	50.000	2.110	18.078	58.081	-	-	278.269
Aumento de capital autorizado pelo BACEN	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício (nota 14e)	-	-	-	-	-	-	71.743	71.743
Destinações:								
Reservas	-	-	-	3.588	50.155	-	(53.743)	-
Dividendos - R\$ 18.329,94 por ação (nota 14e)	-	-	-	-	-	-	(18.000)	(18.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	200.000	-	2.110	21.666	108.236	-	-	332.012
MUTAÇÕES NO PERÍODO	50.000	(50.000)	-	3.588	50.155	-	-	53.743
Destinação para aumento de capital para fins de Caixa (nota 17)	-	145.463	(2.107)	(21.666)	(108.236)	-	(13.454)	-
Aumento de capital para fins de Caixa (nota 17)	145.463	(145.463)	-	-	-	-	-	-
Retenção de capital devido à Caixa (nota 17)	(315.463)	-	-	-	-	-	-	(315.463)
Lucro líquido do exercício (nota 14e)	-	-	-	-	-	-	14.630	14.630
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 10)	-	-	-	-	-	17	-	17
Destinações:								
Reservas	-	-	-	59	837	-	(896)	-
Dividendos - R\$ 2.800,00 por ação (nota 14e)	-	-	-	-	-	-	(280)	(280)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	30.000	-	3	59	837	17	-	30.916
MUTAÇÕES NO PERÍODO	(170.000)	-	(2.107)	(21.667)	(107.399)	17	-	(301.896)
Saldo em 30 de junho de 2009	30.000	-	3	-	-	(1)	(2.388)	27.614
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	3.564	3.564
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	18	-	18
Destinações:								
Reservas	-	-	-	59	837	-	(896)	-
Dividendos - R\$ 2.800,00 por ação	-	-	-	-	-	-	(280)	(280)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	30.000	-	3	59	837	17	-	30.916
MUTAÇÕES NO PERÍODO	-	-	-	59	837	18	1.388	3.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)**

	SEGUNDO SEMESTRE DE 2009	Exercício de	
		2009	2008
1. RECEITAS	16.404	56.557	317.792
1.1 Intermediação financeira	20.000	51.344	324.334
1.2 Provisão para devedores duvidosos (nota 7e)	(4.619)	4.341	(7.300)
1.3 Outras receitas/despesas operacionais	831	659	758
1.4 Resultado não operacional	192	213	-
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.671)	(17.823)	(101.305)
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.162)	(11.974)	(92.711)
3.1 Materiais, energia e outros	(1.975)	(8.799)	(88.446)
3.2 Serviços de terceiros	(1.187)	(3.175)	(4.265)
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	6.571	26.780	123.776
5. RETENÇÕES	(12)	(24)	(20)
5.1 Depreciação (nota 11)	(12)	(24)	(20)
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE (4-5)	6.559	26.736	123.756
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	23	35	20
7.1 Resultado de equivalência patrimonial (nota 10)	23	35	20
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	6.582	26.771	123.776
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.582	26.771	123.776
9.1 Pessoal e encargos	678	1.229	1.042
9.2 Impostos, taxas e contribuições	1.963	10.515	50.972
9.3 Aluguéis	3	3	19
9.4 Participações da administração nos lucros	394	394	-
9.5 Dividendos a pagar (nota 14e)	280	280	18.000
10. LUCRO RETIDO	3.284	14.350	53.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Em milhares de reais)**

Nota 1. Contexto operacional

A BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Financeira Brasília) é uma subsidiária integral do BRB – Banco de Brasília S.A. e tem como objetivo principal operar com crédito direto ao consumidor e crédito pessoal e o exercício de outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 2 de julho de 2008 foi divulgado ao mercado o fato relevante sobre a cisão da BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e a incorporação parcial das operações de crédito ao BRB – Banco de

Brasília S.A., aprovada em reunião de 02 de junho de 2008, da Diretoria Colegiada do Banco.

O objetivo da cisão com incorporação parcial fundamenta-se na necessidade de mudança do relacionamento entre o Banco e Financeira, assim entendida:

- sinergia das políticas de crédito do Grupo BRB;
- redução dos custos administrativos;
- destacar a Financeira Brasília para atuação focada no segmento de não clientes do Grupo BRB.

Alinhado ao fato, a Financeira BRB, a partir de 01 de julho de 2008, não mais efetuou operações de

continua...

BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 33.136.888/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 (Em milhares de Reais)

crédito referente aos produtos cindidos, o que reduziu gradativamente a carteira de operações de crédito, gerando uma redução das rendas de operações de crédito e consequente redução das captações interfinanceiras e suas respectivas despesas de captação geradas (vide nota 17).

Nota 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância da Lei das Sociedades por Ações, das instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e das Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para crédito e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Financeira Brasília revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

Nota 3. Principais práticas contábeis

a) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação em circulante e não circulante, obedece a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações decorrentes das Leis nº 11.638/2007 e 11.940/2009 (MP nº 449/2008).

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Operações de crédito

As "Operações de crédito" encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações e são classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, que requer a sua análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

A atualização das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 61º dia em rendas a apropriar.

As operações de créditos classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias são reconhecidas somente mediante efetivo recebimento.

A "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais com relação às operações, aos devedores e garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/1999 do CMN para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

<u>Período de atraso</u>	<u>Classificação do cliente</u>	<u>Percentual</u>
De 01 a 14 dias.....	A	0,5%
De 15 a 30 dias.....	B	1,0%
De 31 a 60 dias.....	C	3,0%
De 61 a 90 dias.....	D	10,0%
De 91 a 120 dias.....	E	30,0%
De 121 a 150 dias.....	F	50,0%
De 151 a 180 dias.....	G	70,0%
Superior a 180 dias.....	H	100,0%

d) Investimentos

A participação no capital da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

e) Imobilizado de uso

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para móveis e equipamentos. Os bens do sistema de comunicação encontram-se totalmente depreciados. O saldo residual, custo corrigido deduzido da depreciação acumulada, é comparado ao valor recuperável do ativo. A Instituição realizou a análise da redução do valor recuperável de ativo imobilizado, sendo que o estudo apontou para o não reconhecimento de provisões para ajuste a valor recuperável.

f) Os demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelo valor líquido de realização. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável.

g) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM 489/2005, Pronunciamento NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e Resolução nº 3.535/2008, do CMN:

Ativos contingentes – correspondem a direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros e são reconhecidos nas demonstrações financeiras, somente, quando a administração possui evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, normalmente, quando há garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

h) Tributos – calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

<u>Tributo:</u>	<u>Alíquota</u>
Imposto de Renda (IR) (*).....	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IR).....	10,00%
Contribuição Social (CSLL) (**).....	15,00%
PIS.....	0,65%
COFINS.....	4,00%
ISS.....	5,00%

(*) Os impostos ativos diferidos foram constituídos às mesmas alíquotas mencionadas, aplicadas sobre as diferenças temporárias entre o lucro real e o contábil, e estão em conformidade com o que preceitua a Circular BACEN 3.059/2002 e 3.355/2006.

(**) A partir de 01.05.2008, a alíquota foi alterada de 9% para 15% conforme arts. 17 e 41 da Lei nº 11.727/2008.

i) Apuração do Resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que prevê o reconhecimento de receitas e despesas nos períodos em que ocorrerem, de forma simultânea quando se correlacionarem independentemente do recebimento ou pagamento.

Nota 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa.....	205	2.974
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	-	37.000
Total.....	205	39.974

Nota 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

<u>Ligadas:</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	37.000
Total.....	-	37.000

Nota 6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição dos títulos "disponíveis para venda" por prazo de vencimento e tipo de papel

Cotas de Fundos de Investimentos:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
- Fundo de investimento financeiro referenciado BRB – Líder 30 dias DI.....	-	10.000
- Fundo de investimento multimercado BRB MultiCapital.....	-	5.000
Total.....	-	15.000

Nota 7. Operações de crédito

a) Composição da carteira por tipo de devedor:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Pessoa Física.....	52.362	901.626
Pessoa Jurídica.....	134.708	26.832
Total.....	187.070	928.458

BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
CNPJ 33.136.888/0001-43

b) Concentração das operações de crédito:

	<u>2009</u>	<u>%</u>	<u>2008</u>	<u>%</u>
10 maiores devedores.....	135.514	72,44	27.876	3,00
50 maiores devedores.....	13.379	7,15	5.042	0,54
100 maiores devedores.....	15.914	8,50	8.363	0,90
Demais devedores.....	<u>22.263</u>	<u>11,91</u>	<u>887.177</u>	<u>95,56</u>
Total.....	187.070	100,00	928.458	100,00

c) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Operações vincendas:

NÍVEL	0-14	15-30	31-60	61-90	91-120	121-150	151-180	181-360	Mais 360	2009	2008
AA.....	1	477	444	427	1	10	1.308	2.580	7.849	13.097	575.895
A.....	-	803	682	683	1	335	1.615	3.439	8.897	16.455	141.621
B.....	-	1.255	856	865	-	3	2.658	5.585	44.025	55.247	190.483
C.....	-	828	424	39	-	-	1.056	2.220	64.548	69.115	5.916
D.....	-	530	531	547	-	-	1.739	3.965	18.986	26.298	2.010
E.....	-	3	3	3	-	-	9	19	61	98	1.604
F.....	-	1	1	1	-	-	2	6	17	28	1.278
G.....	-	1	1	1	-	-	2	5	18	28	958
H.....	-	7	7	8	-	-	23	47	138	230	3.599
Total.....	1	3.905	2.949	2.574	2	348	8.412	17.866	144.539	180.596	923.364
Em 2008.....	695	43.279	30.830	29.833	888	2.174	84.352	168.494	562.819	-	923.364

Operações vencidas:

NÍVEL	0-14	15-30	31-60	61-90	91-120	121-150	151-180	Mais de 180 dias	2009	2008
AA.....	21	1	-	-	-	-	-	-	22	181
A.....	23	5	-	-	-	-	-	-	28	138
B.....	3	35	1	-	-	-	-	-	39	688
C.....	738	694	977	582	1	-	-	-	2.992	320
D.....	522	315	1.161	1.302	1	1	1	-	3.303	320
E.....	2	1	4	4	4	-	-	-	15	387
F.....	1	-	1	1	1	1	-	-	5	353
G.....	-	1	1	1	1	1	1	-	6	372
H.....	3	2	5	5	6	6	8	29	64	2.335
Total.....	1.313	1.054	2.150	1.895	14	9	10	29	6.474	5.094
Em 2008.....	858	797	635	544	465	387	329	1.079	-	5.094

d) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco:

Nível de Risco	Valor do Crédito		% das Provisões	Valor das Provisões	
	2009	2008		2009	2008
AA.....	13.119	576.076	-	-	-
A.....	16.483	141.759	0,5	82	709
B.....	55.286	191.171	1,0	553	1.912
C.....	72.107	6.236	3,0	2.163	187
D.....	29.601	2.330	10,0	2.960	233
E.....	113	1.991	30,0	34	597
F.....	33	1.631	50,0	16	816
G.....	34	1.330	70,0	23	931
H.....	294	5.934	100,0	295	5.934
Total.....	187.070	928.458		6.126	11.319

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Saldo inicial.....	11.319	17.491
Provisões constituídas.....	6.063	7.300
(Reversão de provisão referente a cisão).....	(10.404)	-
(Provisões baixadas para prejuízo).....	(852)	(13.472)
Saldo final.....	6.126	11.319

f) Créditos recuperados e renegociados

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Valor dos créditos recuperados no exercício.....	157	3.287
Valor dos créditos renegociados no exercício.....	-	3.828

Os créditos renegociados são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo e são registrados com a mesma classificação de risco e provisão para crédito de liquidação duvidosa anterior à data da renegociação.

Os créditos recuperados e efetivamente recebidos são registrados em "Outras receitas operacionais/recuperação de créditos baixados como prejuízo".

Nota 8. Outros créditos – Diversos

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Créditos tributários – imposto de renda (nota 9).....	2.483	4.004
Devedores por depósitos em garantia de contribuição social (*).....	84.229	66.996
Devedores por depósitos em garantia de COFINS e PIS (*).....	126	102
Imposto de renda a compensar (**).....	818	9.642
PASEP a compensar.....	-	46
IOF a compensar.....	-	15
IRRF a compensar.....	489	-
Pagamentos a ressarcir.....	39	39
Devedores diversos – País.....	<u>11</u>	-
Total.....	88.195	80.844

(*) Referem-se a depósitos judiciais de recursos trabalhistas, tributários e cíveis, que estão sendo questionados judicialmente e encontram-se aprovisionados conforme notas 12 e 13.

(**) Refere-se à antecipação de imposto de renda (IR) apurado de forma estimada e recolhida mensalmente.

Nota 9. Créditos tributários – Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS)

São constituídos créditos tributários relativos ao impostos de renda (IR) e à Contribuição Social (CSLL), com base em diferenças intertemporais à alíquota de 25% e 15%, respectivamente. A Administração optou por constituir crédito tributário sobre as diferenças intertemporais da contribuição social (CS), tendo em vista que a BRB-DTVM aderiu ao programa de redução fiscal instituída pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN n.º 6, de 29 de julho de 2009, conforme Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada n.º 526, de 25 de novembro de 2009 (notas 13b).

a) Movimentação do crédito tributário

Créditos tributários de imposto de renda (IR) – 25%	Base de Cálculo		Crédito Tributário	
	2009	2008	2009	2008
Saldo no início do período.....	16.014	18.186	4.004	4.547
Constituídos no exercício.....	8.603	16.193	2.150	4.048
Realizados no exercício.....	(18.410)	(18.365)	(4.602)	(4.591)
Saldo no final do período.....	6.207	16.014	1.552	4.004

Créditos tributários da Contribuição Social (CSLL) – 15%

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Saldo no início do período.....	-	-	-	-
Constituídos no exercício.....	6.207	-	931	-
Saldo no final do período.....	6.207	-	931	-
Total dos créditos tributários (IR+CSLL).....			2.483	4.004
Percentual em relação ao patrimônio líquido.....			8,03%	1,21%
Percentual em relação ao ativo total.....			0,92%	0,38%

b) Crédito tributário ativado

Descrição das provisões/adições temporariamente indedutíveis:

	Base de cálculo		Crédito Tributário	
	2009	2008	2009	2008
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	6.164	15.981	2.466	3.996
Provisão para contingências trabalhistas.....	43	33	17	8
Total.....	6.207	16.014	2.483	4.004

c) Estimativa de realização do crédito tributário

O valor presente dos créditos tributários descontados à taxa média de captação é de R\$ 1.498.

	2015					Total
	2010	2011	2012	2013	2014 a 2019	
Valor a realizar.....	228	207	186	168	151	1.498
Percentual (%).....	15,22%	13,80%	12,44%	11,20%	10,09%	37,25%

BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
 CNPJ 33.136.888/0001-43

d) Demonstrativo da apuração do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS)

	2009	2008
Resultado antes do Imposto de Renda (IR).....	23.643	111.677
Participação da Diretoria nos Lucros.....	(394)	-
Resultado após as participações nos lucros.....	23.249	111.677
(+) Adições.....	14.994	24.706
Permanentes.....	498	1.067
Não permanentes.....	14.496	23.639
(-) Excluições.....	(20.258)	(29.013)
Permanentes.....	(35)	(23.813)
Não permanentes.....	(20.223)	(5.200)
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal.....	17.985	107.370
IRPJ:		
Alíquota normal: 15%.....	2.698	16.105
Adicional não isento: 10%.....	1.774	10.713
(=) Despesa com IRPJ do exercício.....	4.472	26.818
(-) Deduções de Contribuições e Doações (1% do IRPJ).....	-	(152)
(-) Incentivos a Lei Rouanet (4% do IRPJ).....	-	(604)
(=) IRPJ devido após incentivos fiscais (+).....	4.472	26.062
(=) Base de cálculo da CSLL.....	17.509	107.318
Despesa com CSLL.....	2.626	13.329

A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das instituições financeiras, sociedades seguradoras e de capitalização foi aumentada de 9% para 15% do lucro tributável, a partir de maio de 2008 por força da Medida Provisória nº 413 de 3 de janeiro de 2008, convertida na Lei nº 11.727/2008.

(*) Em 30.01.2009, por força da cisão, foi levantada Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica com apuração de Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido nos montantes de R\$ 1.633 e R\$ 980, respectivamente.

Nota 10. Investimentos – Participações em coligadas e controladas no país

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método da equivalência patrimonial foram contabilizados em contas de resultado, no título "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Os principais dados relativos à participação na sociedade coligada BRB-DTVM são:

	2009	2008
Capital.....	28.000	28.000
Nº de ações BRB – DTVM: Ordinárias.....	1.000.000	1.000.000
Patrimônio líquido.....	38.625	34.279
Movimentação do investimento nos períodos:		
Lucro líquido do exercício.....	3.520	1.962
Percentual de participação.....	1%	1%
. Saldos em 31.12.2008 e 2007.....	342	327
- Equivalência patrimonial.....	35	20
- Dividendos/juros sobre o capital próprio.....	(8)	(5)
- Reflexo do ajuste a valor de mercado – TVM.....	17	-
. Saldos em 31.12.2009 e 2008.....	386	342

Nota 11. Imobilizado de uso

	31.12.2008	Adições	Baixas	31.12.2009	31.12.2008
Imobilizado de uso.....	92	11	-	103	92
Móveis e equipamentos.....	19	10	-	29	19
Sistema de processamento					
de dados.....	9	1	-	10	9
Sistema de transporte.....	64	-	-	64	64
Depreciação acumulada.....	(28)	(24)	-	(52)	(28)
Móveis e equipamentos.....	(8)	(3)	-	(11)	(8)
Sistema de processamento					
de dados.....	(4)	(2)	-	(6)	(4)
Sistema de transporte.....	(16)	(19)	-	(35)	(16)
Residual.....	64	(13)	-	51	64

Nota 12. Outros desdobramentos de itens das demonstrações financeiras

a) Depósitos interfinanceiros em empresas ligadas:

	Até	Acima de		2009	2008
	30 dias	360 dias			
Operações pré-fixadas.....	151.704	-	-	151.704	591.204
Total.....	151.704	-	-	151.704	591.204
Em 2008.....	152.533	438.671	-	-	591.204

b) Fiscais e previdenciárias:

	2009	2008
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros.....	2.839	26.062
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros.....	5	9
Impostos e contribuições sobre salários.....	56	56
Provisão para riscos fiscais – CSLL (nota 13).....	83.216	74.553
Outros impostos e contribuições a recolher.....	168	681
Total.....	86.284	101.361

c) Outras obrigações diversas

	2009	2008
Seguro BRB-Serv a repassar.....	-	1.979
Provisão para pagamentos a efetuar.....	215	18
Provisão para passivos contingentes (nota 13).....	46	36
Fornecedores – Outros.....	214	1.078
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	-	5.201
Credores diversos – País(*).....	92	6.955
Provisão de seguros a ressarcir (**)......	-	6.328
Outras.....	6	182
Total.....	573	21.777

(*) Trata-se de recebimentos de parcelas de operações de créditos consignadas em folha de pagamento repassadas antecipadamente à Financeira Brasília, pelos conveniados, cujos valores serão consignados nas folhas de pagamento e liquidadas no mês seguinte.

(**)Apuração de valores relativos a seguro prestamista de operações realizadas entre julho de 2004 a outubro de 2006, objeto de registro complementar para compensação de operações liquidadas antecipadamente. Para tanto, a BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. apurou o valor, referente ao período mencionado acima, de R\$ 6.328, sendo que R\$ 6.090 foram ressarcidos aos clientes no primeiro semestre e R\$ 238 foram apropriados ao resultado.

d) Outras despesas administrativas

	2009	2008
Ressarcimento de custos de pessoal ao Banco (*).....	3.296	8.174
Ressarc. de custos administrativos ao Banco – telefone, informática, spread, etc (*).....	4.409	78.641
Despesas de alugueis.....	3	19
Despesas de comunicação.....	6	13
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	7	1
Despesas de material.....	163	4
Despesas de processamento de dados.....	111	904
Despesas de relações públicas.....	62	316
Despesas com propagandas e publicidades.....	2.452	3.690
Despesas com publicações.....	364	198
Despesas de seguros.....	2	8
Despesas com serviços do sistema financeiro.....	103	129
Despesas com serviços de terceiros.....	33	202
Despesas com serviços técnicos especializados.....	222	39
Despesas de transporte.....	5	51
Despesas de viagem no país.....	12	10
Despesas de depreciação.....	24	20
Contribuição Sindical.....	16	15
Contribuição a entidades associativas.....	14	15
Contribuições e doações.....	-	154
Emolumentos cartorários.....	6	113
Multas e juros.....	515	-
Outras.....	176	34
Total.....	12.001	92.750

(*) Refere-se ao ressarcimento de despesas administrativas ao BRB – Banco de Brasília S.A., proveniente de cessão de pessoal e uso da infra-estrutura conforme convênio firmado entre as partes.

e) Despesas tributárias

	2009	2008
COFINS.....	1.624	9.235
PIS/PASEP.....	264	1.501
ISS.....	1	288
Outros.....	7	14
Total.....	1.896	11.038

f) Outras receitas operacionais

	2009	2008
Recuperação de encargos e despesas.....	148	20
Recuperação de perdas com investimentos – FINAM.....	-	388
Reversão de outras despesas.....	20	696
Juros taxa SELIC – tributos federais.....	23	3
Tarifa de abertura de crédito.....	10	5.759
Atualização sobre depósito judicial.....	6.477	5.337
Outras.....	1	40
Total.....	6.679	12.243

g) Outras despesas operacionais

	2009	2008
Despesas com passivos contingentes.....	17	-
Despesas com riscos fiscais.....	5.896	5.023
Despesas com descontos concedidos em renegociação.....	-	126
Comissões de correspondentes.....	106	-
Indenizações.....	-	3
Despesas de provisão de seguros a ressarcir (nota 12c).....	-	6.328
Outras.....	-	5
Total.....	6.020	11.485

BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
 CNPJ 33.136.888/0001-43

Nota 13. Provisões, passivos e contingências passivas

A Financeira Brasília é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, para as ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

a) Litígios trabalhistas e cíveis

	2008	Reforço	Atualização	Reversão	2009
Trabalhistas	29	-	4	-	33
Cíveis	7	13	-	(7)	13
Total.....	36	13	4	(7)	46

Os depósitos judiciais realizados referentes as demandas trabalhistas (R\$ 112) e cíveis (R\$ 14) totalizam R\$ 126 (nota 8).

b) Obrigação fiscal – Contribuição Social

A Financeira Brasília discute junto ao Poder Judiciário, mediante Ação Ordinária n.º 1998.34.00.000054-7, em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, a contribuição social sobre o lucro líquido, em razão de sua condição de empresa não empregadora, nos termos do art. 195, I, da CF/1988, com a redação anterior a EC 20/1998. Desta forma, os recolhimentos mensais estão sendo depositados judicialmente, com o regular provisionamento dos valores respectivos (nota 10b).

Em 29.03.2000, por sentença judicial, o pedido da autora foi julgado procedente, a fim de eximi-la do pagamento da contribuição social sobre o lucro líquido, instituída pela Lei n.º 7.689/1988, em razão da condição de pessoa jurídica não empregadora. Porém, a referida decisão monocrática está suspensa por apelação da Fazenda Nacional, cujo recurso encontra-se pendente de julgamento na 8ª Turma do TRF da 1ª Região.

Sua movimentação no exercício foi:

31.12.2008	Reforço	Atualização Monetária	Reversão	2009
74.553	2.766	5.896	-	83.216

Os depósitos judiciais realizados referentes a demanda tributária totalizam R\$ 84.229 (nota 8).

Administração, por meio da Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada n.º 526, realizada em 25 de novembro de 2009, optou por aderir ao programa de redução fiscal instituída pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN n.º 6, de 29 de julho de 2009, no que diz respeito às demandas da Contribuição Social. A instituição aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal e a conversão dos depósitos judiciais em rendas da União, bem como levantamento do saldo remanescente pela Financeira Brasília (nota 8b).

c) Contingências passivas não provisionadas

Existem outros processos cíveis, trabalhistas e fiscais avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco remoto, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil que não requerem a sua contabilização.

Nota 14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 100 ações nominativas (982 antes da cisão), sem valor nominal, composto por 50 ações ordinárias (491 antes da cisão - nota 17) com direito a voto e 50 ações preferenciais (491 antes da cisão) sem direito a voto.

b) Reserva Legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido apurado, até o limite máximo de 20% do capital social.

c) Reserva Estatutária

Conforme disposto no estatuto a administração poderá, após as destinações legais transferir o resultado remanescente para reserva de lucros.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Está representado pelos reflexos dos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, da coligada BRB-DTVM, conforme requerido pela Circular n.º 3.068/2001 do BACEN.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social confere o direito a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período através de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, ajustado de acordo com as disposições da legislação societária.

O Lucro Líquido do período foi distribuído da seguinte forma:

	2009	2008
(=) Lucro líquido	14.630	71.743
(+) Parcela cindida do Lucro Líquido incorporado ao Banco	(13.454)	-
(=) Lucro / (Prejuízo) líquido a distribuir / absorver	1.176	-
(-) Reserva legal	(59)	(3.588)
(=) Base de cálculo do dividendo	1.117	68.155
Dividendo mínimo (25%)	279	17.039
Dividendos provisionados	280	18.000
Reservas estatutárias	837	50.155

Nota 15. Transações com partes relacionadas

a) Com o controlador

As transações com partes relacionadas são efetuadas em comutatividade a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, tomando como parâmetro aquelas praticadas com terceiros e estão sumariadas a seguir:

Operações com o controlador:

	2009	2008
Ativo	202	39.968
Depósitos bancários	202	2.968
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	37.000
Passivo	151.704	596.404
Captações em depósitos interfinanceiros	151.704	591.204
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	5.200
Receitas	40	4.020
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	40	4.020
Despesas	14.924	(188.120)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(17.823)	(101.305)
Outras despesas administrativas (nota 12d)	(7.705)	(86.815)
Tarifas bancárias	(6)	-

As operações de "captações em depósitos interfinanceiros" são contratadas com base em 99% da taxa CDI, estando representado pela taxa equivalente à 8,7% a.a., em 31.12.2009, gerando "Despesas de depósitos interfinanceiros" no montante de R\$17.823.

As "Outras despesas administrativas" correspondem ao ressarcimento de despesas de pessoal cedidos pelo controlador e despesas administrativas para manutenção das atividades.

As tarifas bancárias referem-se a serviços bancários prestados pelo controlador, referente a manutenção e movimentação das contas-correntes da Financeira BRB.

b) Com pessoal chave da administração

• Despesas com remuneração:

Os custos com remunerações e demais benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração, representado pelos Diretores Executivos e pelos Conselheiros Fiscais, são apresentados conforme abaixo:

	2009	2008
Diretoria	826	658
Conselho fiscal	117	145
Encargos sociais	263	220
Benefícios sociais	23	18
Total de honorários e encargos	1.229	1.042
Participação da Diretoria nos lucros	394	-
Total	1.623	1.042

* Participação estatutária nos lucros da Financeira BRB, observadas as disposições do art. 190 da Lei 6.404/1976, não podendo ultrapassar 0,1 (um décimo) dos lucros, condicionada ao pagamento obrigatório de que trata o art. 202 da Lei 6.404/1976.

Conforme determina do Estatuto da instituição, a remuneração da Diretoria e do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral.

É assegurado, somente aos membros da Diretoria, licença remunerada para descanso, por período de até 30 dias por ano de efetivo exercício e Gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por efetivo exercício no ano calendário, bem como participação nos lucros acima destacada.

A instituição não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, bem como, não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave.

• Participação acionária:

Os membros do Conselho de Fiscal e da Diretoria não possuem participação acionária na Financeira BRB.

BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2009
 CNPJ 33.136.888/0001-43

• Outras informações:
 Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Nota 16. Instrumentos financeiros

A instituição não possui operações de derivativos.

Nota 17. Cisão parcial

Foi aprovada pela diretoria e pelo conselho fiscal do BRB e da Financeira Brasília, em reuniões de 29 de dezembro de 2008, 05 de janeiro de 2009 e 06 de janeiro de 2009, bem como pelo conselho de administração do BRB, a Cisão Parcial da Financeira Brasília.

A parcela do patrimônio da Financeira Brasília cindida – composta por bens, direitos e obrigações descritos no Protocolo – foi vertida com base no balanço de 31 de outubro de 2008. O resultado da Financeira Brasília apurado pela parcela cindida até a data das assembleias foi incorporado pelo BRB e o capital social foi reduzido em montante equivalente ao valor patrimonial da parcela cindida, com a extinção das ações correspondentes.

A cisão da Financeira Brasília e incorporação parcial ao BRB - Banco de Brasília S.A. foi aprovada

pela Assembleia Extraordinária dos Acionistas no dia 30 de janeiro de 2009, produzindo os efeitos contábeis nessa data, de acordo com a legislação vigente, conforme quadro abaixo:

	Antes da cisão	Parcelas cindidas	Após a cisão
Ativo:	876.155	829.193	46.962
Operações de créditos	876.155	829.193	46.962
Passivo:	526.661	513.729	12.932
Depósitos Interfinanceiros	526.661	513.729	12.932
Patrimônio Líquido:	345.463	315.463	30.000
Capital Social/Ordinárias no país.....	100.000	85.000	15.000
Capital Social/Demais preferenciais no país.....	100.000	85.000	15.000
Outras reservas de capital	2.107	2.107	-
Reserva Legal.....	21.666	21.666	-
Reserva Estatutária/para Aumento de Capital.....	108.236	108.236	-
Lucros ou prejuízos acumulados.....	13.454	13.454	-

A cisão e a incorporação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil, em 06 de novembro de 2009, através do DEORF/COFII-2009/0891.

Laécio Barros Júnior
Diretor-Presidente

José Ernesto Duarte de Almeida
Diretor

Marcelo França do Amaral Soares
Diretor

Adão Alves dos Passos
Contador CRC/DF N.º 007730/O-9
CPF: 248.865.721-20

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

1 Examinamos o balanço patrimonial da BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2009, e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do exercício e semestre findos nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da instituição, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Somos de parecer que as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2009, e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações

do exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Anteriormente, examinamos as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 compreendendo o balanço patrimonial, e as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer com data de 10 de março de 2009, com ressalva por limitação de escopo sobre a não finalização do processo de análise e apuração dos valores recebidos por conta de seguro prestamista de operações de crédito realizadas no período de fevereiro de 2003 a outubro de 2006, que geraram o registro parcial de R\$ 6 milhões. O processo de análise mencionado foi concluído no decorrer do exercício de 2009 e não ocasionou ajustes adicionais relevantes nas demonstrações financeiras da empresa.

Brasília, 25 de fevereiro de 2010

PRICEWATERHOUSECOOPERS 
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC 1SP191325/O-0 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias e tomando por base o acompanhamento efetuado ao longo do exercício de 2009, bem como o Parecer emitido pelos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers, datado de 25-02-2010, constatou que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras representam a posição patrimonial e financeira da BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2009, e foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, do Banco Central do Brasil. Em relação ao que dispõem os Artigos 146 e 147, da Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Conselho Fiscal esclarece que, até 31-12-2009, não era de seu conhecimento a existência de pendências em nome dos atuais administradores e suas situações perante os cofres da Instituição eram de normalidade.

Brasília, 25 de fevereiro de 2010.

MÁRCIO GOUVÊA COURI
Presidente

GEDALIAS NEVES DA COSTA
Conselheiro

JÚLIO CÉSAR MOREIRA BARBOSA
Conselheiro

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 66/2009,
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 01/2002.

Processo 112.002.640/2008 - Partes: DF/SO e a empresa GEOTEC ENGENHARIA TECNOLOGIA AMBIENTAL E CONSULTORIA LTDA. objeto: prorrogar o prazo de execução celebrado em 08/04/2009 e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 13/04/2009, e que tem por objeto, a cargo da Contratada, a recuperação de áreas degradadas do Córrego Samambaia, em Águas Claras - DF, consoante específica o Convite nº 003/2009 - ASCAL/PRES/NOVACAP. Prorrogação do prazo: A partir da assinatura deste Termo Aditivo, o Contrato Principal com vigência até 09/02/2010, fica prorrogado até 10/05/2010. O prazo para execução dos serviços fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias corridos, contados a partir de 25/01/2010, vencendo-se, portanto, em 24/04/2010. Fundamento legal: artigo 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993. Vigência: O presente termo aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF às expensas da Administração. Data de assinatura: 26 de fevereiro de 2010. Signatários: Pelo Distrito Federal: Jaime Divino Alarcão, na qualidade de Secretário de Estado de Obras. Pela contratada: Danilo Cruz de Lima, qualidade de Representante Legal da Empresa, respectivamente.

**COMPANHIA URBANIZADORA
DA NOVA CAPITAL DO BRASIL****ASSESSORIA DE CADASTRO E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÕES**

Concorrência nº 10/2010 - ASCAL/PRES - do tipo menor preço unitário - por lotes, para execução de drenagem pluvial, meios-fios e pavimentação asfáltica nas Quadras 101, 102, 301 e 302, em Samambaia - RA XII - DF. Data e horário da licitação: 08/04/2010 - 09:00 horas.

Tomada de Preços nº 19/2010 - ASCAL/PRES - do tipo menor preço global, para construção de Quadra Poliesportiva Padrão no Engenho das Lajes - Recanto das Emas - RA - XV - DF. Data e horário da licitação: 19/03/2010 - 15:00 horas.

A ASSESSORIA DE CADASTRO E LICITAÇÃO, DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL TORNA PÚBLICO aos interessados que realizará as licitações acima na data e horários indicados e que os Editais e seus anexos encontram-se à disposição de todos na Sala de Licitações da ASCAL/PRES, sito no Setor de Áreas Públicas, Lote "B", Bloco "A" 1º andar - Conjunto Sede da Companhia em Brasília - DF. Para maiores informações ligar para o telefax (0xx61) 3403-2321 ou 3403-2322.

Brasília/DF, 1º de março de 2010.
FELIX VIEIRA DE ALMEIDA
Assessor

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.**EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: Contrato nº 12/2010-CEB DISTRIBUIÇÃO. Partes: CEB DISTRIBUIÇÃO S/A e INSTRONIC INSTRUMENTOS DE TESTES LTDA. Processo: 310.005.142/2009. TPM 08/2009. Data de assinatura do contrato: 01/03/2010. Objeto: Aquisição de instrumentos para testes e ensaios em equipamentos de subestações - SE. VALOR: R\$ 355.071,53 (trezentos e cinquenta e cinco mil, setenta e um reais e cinquenta e três centavos). Despesa com Publicação: CEB Distribuição. Assinatura pela CEB Distribuição: Benedito A. Carraro e Hamilton Carlos Naves e pela empresa INSTRONIC: Ronaldo Gustavo Lopes.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO**

TOMADA DE PREÇO MATERIAL Nº 07/2010.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A, através da Comissão Permanente de Licitação, situada no SIA Área de Serviço Público S/N, Bloco B, Sala 07, Guará, Brasília-DF, TORNA PÚBLICO que, por motivo de alteração na Especificação Técnica, fica prorrogada para o dia 30 de março de 2010, às 15:00 horas a data de abertura da licitação acima referida, PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME DE TRABALHO RESISTENTE AO FOGO. O Edital poderá ser adquirido, no endereço acima, no horário das 14:00 às 17:00 horas, mediante comprovação de depósito no valor de R\$ 15,00 (quinze reais), em favor da CEB DISTRIBUIÇÃO. Banco de Brasília (070), Agência 207 C/C nº 002.021-0. Demais informações, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, pelos telefones: 3465-9012/9014 ou pelo fax: 3465-9015.

Brasília/DF, 1º de março de 2010
IRACEMA MARQUES DA LUZ
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS DE MATERIAIS Nº 09/2010.

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, situada no Setor de Indústria e Abastecimento - S I A, Área Especial C, Bloco B, Sala 07, Complexo Administrativo da CEB DISTRIBUIÇÃO, em Brasília - DF, TORNA PÚBLICO que receberá até às 10:00 horas do dia 18 de março de 2010, os Invólucros contendo as propostas relativas à TOMADA DE PREÇOS DE MATERIAIS Nº 09/2010, PARA AQUISIÇÃO DE ELOS FUSIVEIS PARA REDE DE DISTRIBUIÇÃO AEREA DE 015KV. O Edital poderá ser adquirido, no endereço acima, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, mediante comprovação de depósito no valor de R\$ 15,00 (quinze reais), em favor da CEB DISTRIBUIÇÃO. Banco de Brasília (070), Agência 207 C/C nº 002.021-0. Demais informações, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, pelos telefones: 3465-9012/9014 ou pelo fax: 3465-9015.

Brasília/DF, 1º de março de 2010.
IRACEMA MARQUES DA LUZ
Presidente

**COMPANHIA DE SANEAMENTO
AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL****EXTRATOS DE CONTRATO**

CONTRATO DE FINANCIAMENTO E REPASSE Nº 0296.000-49/2009. ASS.: 15/01/2010. Partes: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL X CAESB. Objeto: Empréstimo no valor de R\$ 3.333.497,70 (três milhões, trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e sete reais e setenta centavos), sob a forma de financiamento concedido pela CAIXA, lastreado em recursos do FGTS, repassados pelo AGENTE OPERADOR à CAIXA, equivalente a 90% (noventa por cento), do valor do investimento de R\$ 3.703.886,33 (três milhões, setecentos e três mil, oitocentos e oitenta e seis reais e trinta e três centavos), nas condições estabelecidas no Programa SANEAMENTO PARA TODOS. O Contrato tem por objetivo a Recuperação dos Reservatórios Apoiado e Elevado RAP - CE1 e REL CE1 na Ceilândia - Brasília - DF, com capacidade para beneficiar uma população estimada em 50.000 habitantes, no Distrito Federal. O prazo total do financiamento é de 256 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Assinantes: Pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Edalmo Porto Rangel - Superintendente Regional Brasília Norte. Pela CAESB: Fernando Rodrigues Ferreira Leite - Presidente.

CONTRATO DE FINANCIAMENTO E REPASSE Nº 0296.001-54/2009. ASS.: 15/01/2010. Partes: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL X CAESB. OBJETO: Empréstimo no valor de R\$ 996.300,00 (novecentos e noventa e seis mil e trezentos reais), sob a forma de financiamento concedido pela CAIXA, lastreado em recursos do FGTS, repassados pelo AGENTE OPERADOR à CAIXA, equivalente a 67% (sessenta e sete por cento), do valor do investimento de R\$ 1.488.635,71 (hum milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e um centavos), nas condições estabelecidas no Programa SANEAMENTO PARA TODOS. O Contrato tem por objetivo a Recuperação do Reservatório Apoiado RAP - SO5 em Sobradinho, Brasília - DF, com capacidade para beneficiar uma população estimada em 27.000 habitantes, no Distrito Federal. O prazo total do financiamento é de 250 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Assinantes: Pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Edalmo Porto Rangel - Superintendente Regional Brasília Norte. Pela CAESB: Fernando Rodrigues Ferreira Leite - Presidente.

CONTRATO DE FINANCIAMENTO E REPASSE Nº 0296.126-59/2009. ASS.: 15/01/2010. Partes: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL X CAESB. OBJETO: Empréstimo no valor de R\$ 38.632.683,60 (trinta e oito milhões, seiscentos e trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), sob a forma de financiamento concedido pela CAIXA, lastreado em recursos do FGTS, repassados pelo AGENTE OPERADOR à CAIXA, equivalente a 92% (noventa e dois por cento), do valor do investimento de R\$ 41.958.226,37 (quarenta e um milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e vinte e seis reais e trinta e sete centavos), nas condições estabelecidas no Programa SANEAMENTO PARA TODOS. O Contrato tem por objetivo a Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Lago Sul 5ª Etapa e do Condomínio Grande Colorado em Brasília - DF, com capacidade para beneficiar uma população estimada em 39.400 habitantes, no Distrito Federal. O prazo total do financiamento é de 265 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Assinantes: Pela CAIXA ECONOMICA FEDERAL: Edalmo Porto Rangel - Superintendente Regional Brasília Norte. Pela CAESB: Fernando Rodrigues Ferreira Leite - Presidente.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2010.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL TORNA PÚBLICO que realizará a Tomada de Preços nº 02/2010-CAESB, processo 00092.000.013/2010, tipo de licitação: menor preço, para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e operação dos sistemas de áudio, vídeo, iluminação e cênico do Centro de Gestão Águas Emendadas e teatro Águas Claras da CAESB, em Águas Claras, Distrito Federal, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global. Data de abertura da licitação: 23 de março de 2010, às 09 horas. Data limite de realização de vistoria técnica: até o dia 22 de março de 2010. O edital poderá ser adquirido na Assessoria de Licitações a partir do dia 03 de março de 2010 no Centro de Gestão Águas Emendadas, localizado na Avenida Sibipiruna, Lotes 13, 15, 17, 19 e 21, Bloco "B" - Araguaia, térreo, Águas Claras, Distrito Federal, mediante o recolhimento prévio de R\$ 15,00, na Tesouraria da CAESB, localizada no Bloco "F" - São Francisco no Centro de Gestão Águas Emendadas, no horário das 08h30min às 11h30min e das 14h às 17h. Outras informações poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3213-7122 e do fax (61) 3213-7340.

Brasília/DF, 1º de março de 2010
JAQUES IRINEU MARQUES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2010.

Processo: 092.008420/2009. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2010 - CAESB. Objeto: Aquisição de Hidrômetros. Assinatura da Ata: 01/03/2010. Vigência: 12 meses contados a partir da publicação no DODF. Empresas Adjudicatárias: SENSUS METERING SYSTEMS DO BRASIL LTDA. Itens 01, 02, 05 e 07. Valor: R\$ 2.219.229,00 (dois milhões, duzentos e dezenove mil, duzentos e vinte e nove reais); AVS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. Itens: 03, 12, 13 e 14. Valor R\$ 323.950,00 (trezentos e vinte e três mil e novecentos e cinquenta reais); ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA. Itens: 04, 06, 08, 09, 10 e 11. Valor: R\$ 754.100,00 (setecentos e cinquenta e quatro mil e cem reais). Divino Alves dos Santos, Diretor de Gestão.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

SUBSECRETARIA DE SUPRIMENTOS CENTRAL DE LICITAÇÕES

AVISOS DE LICITAÇÕES PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2010.

Objeto: Aquisição de aparelho de equipamento para áudio, vídeo e foto (amplificador, caixa de som, mesa de som, microfone auricular, microfone sem fio duplo, microfone, pedestal para caixa de som e rack para equipamentos de som), conforme discriminação, descrição, características, prazos, condições e demais obrigações constantes do Anexo I e demais Anexo deste Edital. Data e horário para recebimento das propostas: 08h30min do dia 24 de março de 2010, Processo 380.000.062/2010 e 113.007.150/2009 O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.compras.df.gov.br. Informações referentes ao cadastro ou ao site, através do telefone 0xx(61) 3312.5325/5329.

Brasília/DF, 1º de março de 2010.

EDMAR FIRMINO LIMA
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2010.

Objeto: Aquisição de material farmacológico (amitriptilina (cloridrato), ceftazidima, cloreto de sódio, cloreto de sódio, epinefrina (bitartarato ou cloridrato), glicose, gossereína (acetato), interferona alta 2ª, neostigmina, nitroprussiato de sódio, piridostigmina (brometo), propofol, rocurônio e suxametônio (cloreto)), conforme especificações e condições constantes do anexo I do edital. Data e horário para recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 15/03/2010, Processo 411.000.005/2010. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.compras.df.gov.br. Informações referentes ao cadastro ou ao site, pelo telefone 0xx(61) 3312.5275

Brasília/DF, 1º de março de 2010.

GERARDA DA SILVA CARVALHO
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2010.

Objeto: Aquisição de Material Permanente (longarina com 5 lugares), conforme especificações e condições constantes do anexo I do edital. Data e horário para recebimento das propostas: 09h00min do dia 18 de março de 2010, Processo 277.000351/2009-SES. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico www.compras.df.gov.br. Informações referentes ao cadastro ou ao site, pelo telefone 0xx(61) 3312.5275

Brasília/DF, 1º de março de 2010.

NEIDE APARECIDA BARROS DA SILVA
Pregoeira Substituta

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2010.

Objeto: Aquisição de lubrificantes automotivos (óleo lubrificante), conforme especificações e condições constantes do Anexo I do edital. Data e horário para recebimento das propostas: 08h30min do dia 15 de março de 2010, Processo 113.000.504/2010-DER. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.compras.df.gov.br. Informações referentes ao cadastro ou ao site, através do telefone 0xx(61) 3312.5275.

Brasília/DF, 1º de março de 2010

BÁRBARA HAMÚ
Pregoeira

AVISOS DOS RESULTADOS DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1.326/2009.

O PREGOEIRO comunica que o Resultado do Julgamento do Pregão acima citado, Processo 411.000.338/2009 – CELIC/SEPLAG, encontra-se disponível no sistema eletrônico, no site www.compras.df.gov.br/licitações/andamento.

Brasília/DF, 1º de março de 2010.

JANILDO NUNES MOTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1.335/2009.

O PREGOEIRO comunica que o Resultado do Julgamento do Pregão acima citado encontra-se disponível no sistema eletrônico, no site: www.compras.df.gov.br/licitações/andamento. Processo 411.000.279/2009-SEPLAG/DF.

Brasília/DF, 1º de março de 2010.

FÁBIO PAIXÃO DE AZEVEDO

AVISO DE ADIAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2010.

O PREGOEIRO comunica aos interessados que o pregão acima citado, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios (Suco, cereal, farinha, óleo de soja, carne bovina, arroz polido, aveia, feijão, milho canjica, sal, extrato, milho, polpa, seleta, bebida láctea, leite em pó e biscoito) conforme discriminação, descrição, características, prazos, condições e demais obrigações e informações constantes dos Anexos do Edital, encontra-se adiado “Sine Die”, tendo a necessidade de correção nos termos do edital, conforme ofício nº 54/2010-GAE-SE/DF expedido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal-SE/DF. Processo 411.000.090/2009-SEPLAG/DF.

Brasília/DF, 1º de março de 2010.

FÁBIO PAIXÃO DE AZEVEDO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2010.

A PREGOEIRA comunica aos interessados que o pregão acima citado, Processos 060.014.343/09 060.150.036/09 060.015.501/09 060.015.679/09 060.015.680/09 060.015.904/09 060.015.933/09 060.015.946/09 060.015.927/09 060.015.906/09 060.015.907/09 060.015.915/09 060.015.986/09 060.015.901/09 060.016.171/09 060.016.169/09 060.016.292/09 060.016.444/09 060.016.431/09 060.016.445/09 060.000.372/10 - SES, cujo objeto é aquisição de material farmacológico (albumina humana, aminoácidos, aripiprazol, ceftazima, citalopram, clozapina, colchicina, duloxetine (cloridrato), enzimas pancreáticas, glicose, hidralazina, indapamida, levodopa+carbidopa+entacapona, metilfenidato, metoprolol, paliperidona, ranitidina, riluzole, sertralina, sevoflurano e toxina botulínica), conforme especificações e condições constantes do anexo I e demais Anexos do Edital, encontra-se adiado “Sine Die”, tendo em vista que as impugnações apresentadas aos termos do edital (Anexo I) não foram respondidas pelo Órgão solicitante (Secretaria de Estado de Saúde).

Brasília/DF, 1º de março de 2010.

GERARDA DA SILVA CARVALHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2010.

O PREGOEIRO comunica aos interessados que o pregão acima citado, Processo 308.800.001/2010-, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços alimentação (Serviço de Buffet), tipo: BRUNCH – café, chá, chocolate quente, água, dois tipos de suco de frutas, dois tipos de refrigerantes normal e light, coquetel de frutas sem álcool, crepes diversos, tábuas de frios variados, pâtisseries, frutas variadas, três tipos de bolo, três tipos de torta, quiches e salpicão, conforme condições, quantidade e especificações constantes no Anexo I deste edital, encontra-se adiado “Sine Die”, para análise da impugnação apresentada pela empresa Diamond Promoções e Eventos Ltda.

Brasília/DF, 1º de março de 2010.

EDMAR FIRMINO LIMA

DIRETORIA DE PESQUISA E REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2010.

Processo: 411.000.260/2009. Pregão Eletrônico nº 1.032/2009, objeto: ração para equinos; assinatura da Ata: 26/02/2010, vigência: 12 meses a contar da publicação no DODF; itens adjudicados e empresas adjudicatárias: 01 - Nutrini Com. e Dist. de Produtos Agropecuários Ltda-ME. A Ata, na íntegra, encontrar-se-á disponibilizada no endereço eletrônico www.compras.df.gov.br.

MAURICIO SHOJI HATAKA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2010.

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA-CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL IBIÁ LTDA. – ME. – CNPJ 05.655.158/0001-13. Objeto: Aquisição de galões de água mineral sem gás. Processo 063.000.371/2009. Licitação: Pregão Eletrônico nº 431/2009-CECOM/SUPRI/SEPLAG. Vigência: a contar da data da publicação do seu extrato no DODF, até 30 de dezembro de 2010. Valor total: R\$ 1.016,52 (um mil e dezesseis reais e cinquenta e dois centavos). Unidade Orçamentária: 23.201. Programa de Trabalho: 10.122.0100.8517.0063. Natureza da Despesa: 33.90.30. Fonte de recursos: 100. Assinam: pela Contratante: Maria de Fátima Brito Portela – Diretora Presidente; e, pela contratada: Eduardo Barros de Queiroz Rodrigues – Administrador.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2010.

Contratante: FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA-CNPJ 86.743.457/0001-01- Contratada: ALM – ÁUDIO, VÍDEO E SUPRIMENTO PARA INFORMÁTICA LTDA. CNPJ 05.471.539/0001-42. Objeto: Aquisição de pacotes de papel vergê e unidades de CD RW. Processo 063.000.301/2009, apensado aos Processos 063.000.304/2009, 063.000.267/2009, 063.000.255/2009, 063.000.312/2009. Licitação: Pregão Eletrônico nº 1119/2009-CECOM/SUPRI/SEPLAG. Vigência: pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação do seu extrato no DODF. Valor total: R\$ 169,10 (cento e sessenta e nove reais e dez centavos). Unidade Orçamentária: 23.901. Programa de Trabalho: 10.122.0100.8517.0063. Natureza da Despesa: 33.90.30. Fonte de recursos: 100. Assinam: pela Contratante: Maria de Fátima Brito Portela – Diretora Presidente; e, pela contratada: Cleves Pereira Borges.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 054.001.599/2009. Interessados: UNIÃO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA; DF: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA; POLÍCIA MILITAR DO DF; DEPARTAMENTO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Objeto: estabelecer cooperação mútua das ações que envolvam o emprego de aeronave de asas rotativas (helicóptero) e fixas (avião), para uso em missões de policiamento ostensivo, transporte de tropa, treinamento de tripulação e operações policiais de repressão imediata a serem realizadas pela PMDF e pelo DFNSP com apoio dos recursos de ambas às instituições, bem como compartilhamento de instalações administrativas e operacionais para a atividade aérea de segurança pública e de defesa civil no Distrito Federal e Entorno. Prazo de Vigência: o presente Acordo terá a duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos até atingir o limite máximo de 05 (cinco) anos, após o qual será necessário celebrar

novo Acordo. Da Assinatura: 08/02/2010. Signatários: Pela UNIÃO: Ricardo Brisolla Bales-
treri, Secretário Nacional de Segurança Pública; Pelo GDF: Walmir Lemos de Oliveira, Secre-
tário de Estado de Segurança Pública.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2010. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Processo: 053.002.044/2009. Adesão ao Pregão Eletrônico nº 783/2009 – CECOM/SUPRI/SEPLAG. Partes: CBMDF X GHS Industria e Serviços Ltda. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, tratamento da água e manutenção das piscinas e equipamentos. Dotação Orçamentária – Unidade Orçamentária: 173901. Programas de Trabalho: 00320053. Natureza de Despesa: 339039. Fontes de Recursos: 100. Nota de Empenho: NE nº 58, emitida em 10/02/2010 no valor de R\$ 273.000,00. Valor do Contrato: R\$ 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil reais). Data da Assinatura: 38/02/2010. Prazo de Vigência: de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, permitida a sua prorrogação na forma da legislação vigente. Signatários: Pela contratante Cel. QOBM/Comb. Aluizio Cesar Cabral de Oliveira - Diretor de Apoio Logístico do CBMDF e pela contratada: João Alves da Silva – Proprietário.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2009. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Processo: 053.001.450/2008. Partes: CBMDF X LGP – Construções e Projetos Ltda Objeto: prorrogar a execução do serviço por mais 30 (trinta) dias e suplementar em R\$ 75.827,80 (setenta e cinco mil, oitocentos e vinte e sete reais e oitenta centavos), nos termos do inciso II do art. 57 e inciso I, alínea B da Lei nº 8.666/93. Dotação Orçamentária - Unidade Orçamentária: 173901. Programa de Trabalho: 00320053. Natureza de Despesa: 449051. Fonte de Recursos: 100 (FCDF). Data de assinatura: 23/02/2010. Signatários: Pela Contratante o Cel. QOBM/Comb. Aluizio Cesar Cabral de Oliveira - Diretor de Apoio Logístico do CBMDF e pela Contratada: Itagiba Gomes Lamounier – Representante Legal.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 22/2009, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 14/2002.

Processo: 052.001.596/2008. Partes: DISTRITO FEDERAL/POLÍCIA CIVIL x RT MÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, com base no inciso II, artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Vigência: a partir de 17 de fevereiro de 2010 até 16 de fevereiro de 2011. Ratificação: permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. Data de assinatura: 08/02/2010. Signatários: Pelo Distrito Federal: Pedro Cardoso de Santana Filho, na qualidade de Diretor Geral. Pela Contratada: Rogério Paz Campelo, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2009, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 13/2002.

Processo: 052.001.648/2008. Partes: DISTRITO FEDERAL/POLÍCIA CIVIL x EDRA AERONÁUTICA LTDA. Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva a alteração contratual com vistas ao acréscimo de 16,58% (dezesseis vírgula cinquenta e oito por cento) do objeto, no valor de R\$ 15.620,00 (quinze mil, seiscentos e vinte reais), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, passando o contrato a ter o valor total de R\$ 109.780,00 (cento e nove mil setecentos e oitenta reais). Vigência: a partir da data de sua assinatura. Ratificação: permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. Data de assinatura: 19/02/2010. Signatários: Pelo Distrito Federal: Pedro Cardoso de Santana Filho, na qualidade de Diretor-Geral. Pela contratada: Rodrigo Scoda, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 112/2009, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 14/2002.

Processo: 052.001.220/2009. Partes: DISTRITO FEDERAL/POLÍCIA CIVIL x RDM ENGENHARIA LTDA. Objeto: prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato por mais 60 (sessenta) dias, com base no § 2º, artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Vigência: a contar de 08 de janeiro de 2010. Ratificação: permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. Data de assinatura: 08/02/2010. Signatários: PELO DISTRITO FEDERAL: Pedro Cardoso de Santana Filho, na qualidade de Diretor-Geral. Pela contratada: Alex de Souza Sena, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9912250221-ECT - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: 052.002.487/2009. Partes: DISTRITO FEDERAL/POLÍCIA CIVIL X ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Fundamentação legal: Dispensa de Licitação, nos termos do inciso VIII, artigo 24, da Lei nº 8.666/93. Objeto: prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da Polícia Civil do Distrito Federal. Valor: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: 73901; Programa de Trabalho: 28.845.0903.0037.0053; Natureza da Despesa: 339039.47; Fonte de Recursos: 100 (FCDF). Nota de empenho: 2010NE000006. Data de Emissão: 06/01/2010. Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Modalidade: estimativo. Procedência dos recursos: Lei Orçamentária da União nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010. Vigência: 12

(doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida sua prorrogação nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Data de assinatura: 09/02/2010. Signatários: Pelo Distrito Federal: João Monteiro Neto, na qualidade de Diretor-Geral Substituto. Pela Contratada: José Luiz Martins Chinchilla, na qualidade de Diretor Regional e Marcio Sidney Fernandes de Barros, na qualidade de Gerente Comercial de Vendas.

ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

EDITAL Nº 11 DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2009, DE 1º DE MARÇO DE 2010 – RESULTADO DEFINITIVO APÓS A 2ª (SEGUNDA) FASE

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA DA CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL A DIRETORA DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 1º, incisos III, XIII e XV e artigo 5º, inciso I, da Lei Distrital nº 837, de 28 de dezembro de 1994, no Decreto nº 21.688, de 7 de novembro de 2000, e suas alterações, e na Portaria nº 1.031, de 7 de julho de 2006, torna pública a homologação do resultado definitivo dos aprovados nas Provas Objetiva de Conhecimentos Gerais e Específicos e Discursiva de Conhecimentos Jurídicos Gerais e Específicos do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, em conformidade com item 14 do Edital Normativo, conforme segue.

1. Resultado final dos aprovados nas provas objetiva de conhecimentos gerais e específicos e discursiva de conhecimentos jurídicos gerais e específicos para o cargo de Delegado de Polícia, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética, nota final na prova objetiva, nota final na prova discursiva, somatório das notas das provas objetiva e discursiva e ordem de classificação do candidato após a 2ª (segunda) fase. 98106767, ACHILLES BENEDITO DE OLIVEIRA JUNIOR, 39.38, 10.66, 50.04, 25; 98107580, ADERALDO DE MORAIS LEITE JUNIOR, 38.75, 11.42, 50.17, 22; 98104804, ADRIANO CAMARGO PATUSSI, 41.88, 9.35, 51.23, 15; 98102974, ADRIANO CHAVES VALENTE, 37.50, 10.17, 47.67, 72; 98111855, ADRIERLIS RIBEIRO DUARTE, 40.63, 10.30, 50.93, 17; 98104780, ALBERTO BARBOSA MACHADO NUNES RODRIGUES, 43.13, 9.80, 52.93, 3; 98102339, ALESSANDRO RODRIGUES ORNELAS, 37.50, 9.93, 47.43, 79; 98106541, ALEX FEITOSA DE OLIVEIRA, 37.50, 12.32, 49.82, 30; 98102688, ALEXANDRE CALVO DE BASTOS GOMES, 37.50, 9.14, 46.64, 97; 98101810, ALEXANDRE PEREIRA SALES, 38.75, 9.31, 48.06, 62; 98108231, ANA PAULA VIEIRA FERNANDES, 38.75, 11.29, 50.04, 24; 98106940, ANDRE GUSTAVO FELTES, 39.38, 9.57, 48.95, 46; 98110094, ANIE RAMPON, 39.38, 11.57, 50.95, 16; 98107200, BALTAZAR DE DEUS PEREIRA, 37.50, 9.57, 47.07, 88; 98107854, BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS, 30.00, 10.61, 40.61, 107; 98107364, BERNARDO DE MELLO MATOS COSTA, 38.75, 9.13, 47.88, 68; 98101604, BERNARDO MARINO CARVALHO, 43.13, 9.05, 52.18, 7; 98103725, BRUNA EIRAS XAVIER, 38.75, 10.68, 49.43, 34; 98103993, BRUNNO MARLON MORAES OLIVEIRA ORNELAS, 38.13, 12.13, 50.26, 21; 98101739, BRUNO DIAS GALVAO CAVALCANTI, 37.50, 9.16, 46.66, 96; 98109574, BRUNO RIOS EHND, 37.50, 9.78, 47.28, 82; 98111491, CAROLINA BARRETO DE ALMEIDA BRAGA, 38.75, 9.25, 48.00, 63; 98109679, CAROLINA NUNES CARVALHO BERNARDES, 39.38, 9.00, 48.38, 57; 98103828, CAROLLINA RACHEL COSTA FERREIRA TAVARES, 39.38, 9.18, 48.56, 53; 98103806, CELIA REGINA LARA, 40.00, 10.71, 50.71, 19; 98100969, CHRISTIAN ARAUJO ALVIM, 41.25, 10.47, 51.72, 12; 98113453, CLAUDIO REGO PANTOJA, 41.25, 11.48, 52.73, 4; 98112546, CRISTIANE DOS SANTOS DONATINI, 38.75, 10.04, 48.79, 49; 98102347, CYNTIA CRISTINA DE CARVALHO E SILVA, 40.63, 11.21, 51.84, 10; 98113004, DALMO LUIZ SILVA BUENO, 39.38, 9.36, 48.74, 50; 98100843, DANIEL JOSE MESQUITA MONTEIRO DIAS, 37.50, 9.60, 47.10, 87; 98109644, DANILO GUIMARAES LIMA, 38.13, 11.29, 49.42, 35; 98110580, DAVI VILAS VERDES GUEDES NETO, 38.75, 9.34, 48.09, 61; 98106702, DENIS LIMA BONFIM, 37.50, 9.86, 47.36, 81; 98100461, DENISE PEREIRA ROCHA LIMA, 37.50, 11.67, 49.17, 39; 98109373, DIEGO COSTA PINTO DANTAS, 41.25, 10.87, 52.12, 8; 98113098, DIOGO BARROS CAVALCANTE, 37.50, 10.15, 47.65, 73; 98105998, DIONISIO ALMEIDA SIQUEIRA, 37.50, 10.14, 47.64, 74; 98103782, EDSON JOSE DE ARAUJO JUNIOR, 38.13, 9.71, 47.84, 69; 98108042, EDUARDO DE FREITAS DA SILVA, 38.13, 9.01, 47.14, 84; 98108062, EDUARDO PEREIRA NOGUEIRA DA GAMA, 41.25, 12.30, 53.55, 2; 98109342, ELIANTO DE SOUZA DO COUTO, 39.38, 10.29, 49.67, 31; 98108103, EMANOELE VANESSA CORTES RIBEIRO, 37.50, 11.05, 48.55, 54; 98100248, ERNANDO SIMIAO DA SILVA FILHO, 37.50, 10.09, 47.59, 76; 98109865, FABIANA GALARCA PASSUELLO, 40.00, 10.91, 50.91, 18; 98111361, FABRICIO AUGUSTO MACHADO BORGES PAIVA, 38.13, 9.01, 47.14, 85; 98103756, FELIPE EUGENIO DE ALMEIDA AGUIAR, 41.25, 9.44, 50.69, 20; 98105791, FERNANDO CELSO DA SILVA RODRIGUES, 40.63, 9.27, 49.90, 29; 98100747, FERNANDO FERDINANDO NORONHA DE OLIVEIRA MILANEZ, 37.50, 9.77, 47.27, 83; 98102308, GILBERTO NAVES BARCELOS, 38.13, 9.26, 47.39, 80; 98110480, GILCILENE DA COSTA DE SOUSA, 39.38, 9.73, 49.11, 42; 98103586, GUILHEME DE SA MENEGHIN, 40.63, 9.02, 49.65, 32; 98101162, GUILHERME SOUSA MELO, 37.50, 9.50, 47.00, 89; 98105678, GUSTAVO FARIA PEREIRA, 39.38, 10.67, 50.05, 23; 98113616, GUSTAVO PAIVA NONATO DE ALMEIDA, 38.75, 9.03, 47.78, 70; 98102425, HENRIQUE OTAVIO RIBEIRO PANTUZO, 37.50, 9.38, 46.88, 91; 98109191, HENRY GALDINO MUNDIM, 37.50, 11.63, 49.13, 40; 98101570, HERMES DA SILVA DANTAS, 39.38, 9.85, 49.23, 37; 98100121, IGOR LEONARDO LIMP BOA VIDA, 38.75, 10.24, 48.99, 45; 98101123, ISABEL DAVILA LOPES BORGES DE MORAES, 38.75, 9.14, 47.89, 66; 98110574, ISABELLA RIBEIRO CORREIA DE ARAUJO, 37.50, 10.71, 48.21, 59; 98106115, IVANDECI JOSE CABRAL JUNIOR, 38.13, 9.47, 47.60, 75; 98106416, JOAS BRAGANCA BORGES, 41.25, 10.82, 52.07, 9; 98103887, JOELMA LAURA MACHADO (candidato sub judice), 36.25, 9.45, 45.70, 101; 98104331, JOSE BORGES TEIXEIRA JUNIOR, 40.63, 11.72, 52.35, 6; 98107154, JULIANA SOUSA FEITOZA, 30.00, 10.47, 40.47, 109; 98102647, KONRAD MUNIS PEREIRA DA ROCHA, 38.13, 10.21, 48.34, 58; 98106807, LAURO GONDIM GUIMARAES, 37.50, 10.67, 48.17, 60; 98105017, LEONARDO ALCANFOR DE PINHO SILVA, 38.75, 9.15, 47.90, 65; 98108816, LEONARDO CARVALHO TENORIO DE ALBUQUER-

QUE, 39.38, 9.69, 49.07, 43; 98112307, LEONARDO DUMONT PALMERSTON, 38.75, 9.13, 47.88, 67; 98102847, LETIZIA FERNANDES DE LOURENCO ROCHA, 38.13, 10.45, 48.58, 52; 98100660, LUCIANA CARNEIRO DA SILVA, 40.00, 9.40, 49.40, 36; 98104602, LUCIANN FERNANDA DE CASTRO BARBOSA, 37.50, 11.44, 48.94, 47; 98110534, LUIS CARLOS RUCHEL DE MATOS (candidato sub judice), 36.88, 9.45, 46.33, 100; 98102007, MARCELO ZAGO GOMES FERREIRA, 40.63, 9.36, 49.99, 26; 98101576, MARCIA DOMINGOS E SA (candidato sub judice), 36.25, 9.29, 45.54, 102; 98109763, MARCIO JOSE DE SOUZA, 37.50, 9.07, 46.57, 98; 98104974, MARCO AURELIO DA SILVA, 38.13, 9.33, 47.46, 78; 98106537, MARCO TULIO VIEIRA, 35.00, 10.05, 45.05, 103; 98104346, NANCY PEIXOTO DE CAMPOS, 38.75, 9.68, 48.43, 56; 98107985, NATHAN DA SILVA NETO, 39.38, 9.75, 49.13, 41; 98106756, PAULO CLEBER SILVA DE ALMEIDA, 35.00, 9.61, 44.61, 104; 98101787, PAULO DE TARSO MARTINELLI, 38.13, 9.01, 47.14, 86; 98108777, PAULO RENATO ALVARENGA FAYAO, 43.13, 9.44, 52.57, 5; 98113542, PEDRO ROCHA ROSATI, 37.50, 9.41, 46.91, 90; 98104504, RAFAEL FRAZAO POVOAS, 40.00, 9.03, 49.03, 44; 98112038, RAIMUNDO NONATO PEREIRA DINIZ, 40.63, 11.05, 51.68, 13; 98107100, REIDRIC VICTOR DA SILVEIRA CONDE NEIVA E SILVA, 38.13, 10.61, 48.74, 51; 98105477, REINALDO COSME VILAR DE OLIVEIRA JUNIOR, 38.13, 9.41, 47.54, 77; 98100755, RENATA FARIAS COSTA GOMES DE BARROS, 42.50, 9.02, 51.52, 14; 98104514, RENATO AUGUSTO ERCOLIN, 39.38, 9.42, 48.80, 48; 98103068, RENATO LOURENCO, 38.13, 9.55, 47.68, 71; 98110804, RENATO POLIDO PEREIRA, 40.00, 9.91, 49.91, 27; 98105234, RODOLFO ROSA TELLES MENEZES, 37.50, 9.28, 46.78, 94; 98110317, RODRIGO BOAVENTURA MARTINS, 41.25, 10.53, 51.78, 11; 98102867, RONNEY AUGUSTO MATSUI ARAUJO, 37.50, 9.20, 46.70, 95; 98100508, THAISA MAYRA DE PAULA BOTELHO, 38.75, 9.68, 48.43, 55; 98113192, THIAGO DOS SANTOS LEMOS, 31.25, 9.23, 40.48, 108; 98109869, THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA, 36.88, 9.62, 46.50, 99; 98107093, VANDER RODRIGUES BRAGA, 30.63, 10.27, 40.90, 105; 98103135, VINICIUS RODRIGUES ALVES, 40.00, 9.18, 49.18, 38; 98106089, VITOR DE MELLO DUARTE, 31.25, 9.47, 40.72, 106; 98107953, VITOR SOUZA CUNHA, 37.50, 11.95, 49.45, 33; 98109924, WALTER ENGRACIA DE OLIVEIRA NETO, 40.63, 9.28, 49.91, 28; 98110771, WALTER PEREIRA DA CUNHA JUNIOR, 37.50, 9.34, 46.84, 92; 98102497, WENDERSON SOUZA E TELES, 43.75, 11.66, 55.41, 1; 98103940, WILSON PERES FERREIRA, 37.50, 9.33, 46.83, 93; 98106300, ZANDER VIEIRA PACHECO, 37.50, 10.45, 47.95, 64.

2. Resultado final dos aprovados nas provas objetiva de conhecimentos gerais e específicos e discursiva de conhecimentos jurídicos gerais e específicos para o cargo de Delegado de Polícia, para os candidatos que se declararam portadores de deficiência, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética, nota final na prova objetiva, nota final na prova discursiva, somatório das notas das provas objetiva e discursiva e ordem de classificação do candidato após a 2ª (segunda) fase na listagem específica. 98107854, BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS, 30.00, 10.61, 40.61, 7; 98109373, DIEGO COSTA PINTO DANTAS, 41.25, 10.87, 52.12, 1; 98107154, JULIANA SOUSA FEITOZA, 30.00, 10.47, 40.47, 9; 98106537, MARCO TULIO VIEIRA, 35.00, 10.05, 45.05, 3; 98106756, PAULO CLEBER SILVA DE ALMEIDA, 35.00, 9.61, 44.61, 4; 98113192, THIAGO DOS SANTOS LEMOS, 31.25, 9.23, 40.48, 8; 98109869, THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA, 36.88, 9.62, 46.50, 2; 98107093, VANDER RODRIGUES BRAGA, 30.63, 10.27, 40.90, 5; 98106089, VITOR DE MELLO DUARTE, 31.25, 9.47, 40.72, 6.

3. DA CONVOCAÇÃO PARA AS PRÓXIMAS FASES

3.1. Os candidatos aprovados nas Provas Objetiva de Conhecimentos Gerais e Específicos e Discursiva de Conhecimentos Jurídicos Gerais e Específicos, mencionados nos itens 1 e 2, serão convocados, nos termos dos editais específicos, para as fases de Exames Biométricos e Avaliação Médica, Prova de Capacidade Física, Avaliação Psicológica, Sindicância de Vida Progressiva e Investigação Social e Prova de Títulos, em conformidade com o subitem 14.10 do Edital Normativo.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O resultado definitivo dos aprovados nas Provas Objetiva de Conhecimentos Gerais e Específicos e Discursiva de Conhecimentos Jurídicos Gerais e Específicos do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal fica devidamente homologado nesta data.

CLÁUDIA ALCÂNTARA

EDITAL Nº 12 DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2009, DE 1º DE MARÇO DE 2010 - CONVOCAÇÃO PARA A FASE DA PROVA DE CAPACIDADE FÍSICA
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA DA CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL
A DIRETORA DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 1º, incisos III, XIII e XV e artigo 5º, inciso I, da Lei Distrital nº 837, de 28 de dezembro de 1994, no Decreto nº 21.688, de 7 de novembro de 2000, e suas alterações, e na Portaria nº 1.031, de 7 de julho de 2006, torna público o local, data e horário de realização da fase da Prova de Capacidade Física do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, conforme segue.

1. DA PROVA DE CAPACIDADE FÍSICA

1.1. A prova de capacidade física visa avaliar a capacidade do candidato para suportar, física e organicamente, as exigências do curso de formação profissional e o desempenho eficiente das funções inerentes ao cargo de natureza policial.

1.1.1. O candidato portador de deficiência será examinado em igualdade de condições com os demais candidatos e somente será aprovado se cumprir todas as etapas constantes do presente edital, possuir todas as condições físicas necessárias para o exercício do cargo, sendo que as atribuições do cargo não serão modificadas para se adaptar a (às) condição (ões) especial (is) do candidato.

1.2. A prova de capacidade física é de caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto. O candidato será considerado apto quando obtiver a performance mínima exigida em todos os testes.

1.2.1. O candidato que não obtiver a performance mínima exigida em qualquer dos testes da

prova de capacidade física será considerado inapto e, conseqüentemente, eliminado do concurso público.

1.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova de capacidade física com antecedência mínima de 1 (uma) hora do horário fixado para o seu início, de acordo com o horário estabelecidos no item 3 do presente edital, com roupa e calçados apropriados para a prática de educação física, munido de documento de identidade original e de atestado médico original específico para tal fim.

1.3.1. O candidato que não apresentar, no dia da realização da prova, o documento de identidade original, na forma dos subitens 19.4 a 19.7 do Edital Normativo, não poderá fazer a prova de capacidade física e estará automaticamente eliminado do concurso.

1.3.2. O atestado médico deverá conter, expressamente, a informação de que o candidato está apto a realizar a prova de capacidade física do concurso público, a assinatura e nome completo do médico responsável por sua emissão e seu número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM). Todas as informações constantes no laudo médico devem estar legíveis.

1.3.3. O atestado médico deverá ser entregue no momento da identificação do candidato para o início da prova. Não será aceita a entrega de atestado médico em outro momento ou em que não conste a autorização expressa nos termos do subitem anterior.

1.3.4. À exceção da situação prevista no subitem 19.8 do Edital Normativo, o candidato que deixar de apresentar o documento de identidade original e/ou o atestado médico será impedido de realizar os testes, sendo, conseqüentemente, eliminado do certame.

1.4. Em hipótese alguma, será aplicada a prova de capacidade física fora dos espaços físicos, da data e horário predeterminados no presente edital, a exceção do caso previsto no subitem 1.9 do presente edital. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local da realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

1.4.1. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização da prova após o horário fixado para o seu início.

1.5. Não será permitida a troca de horários por parte do candidato.

1.6. Não será permitido ao candidato portar armas no ambiente de realização da prova de capacidade física. Caso o candidato esteja portando arma, esta deverá ser entregue ao Coordenador para a devida. O descumprimento do disposto neste subitem implicará a eliminação do candidato.

1.7. É de responsabilidade exclusiva do candidato a escolha da vestimenta e calçado para a realização da prova. A Fundação Universa não se responsabiliza por acidentes físicos causados por uso de vestimentas e calçados inadequados ao exercício. Os candidatos poderão levar recipientes com água para sua hidratação nos intervalos dos testes.

1.8. Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários (estados menstruais, indisposições, câibras, contusões, luxações, fraturas etc.) que impossibilitem a realização dos testes ou diminuam a capacidade física dos candidatos não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento diferenciado.

1.9. A candidata que se apresentar no local, dia e horário estabelecidos no presente edital de convocação, com atestado médico que comprove situação de gravidez que a impossibilite de realizar a prova de capacidade física, terá suspensa a sua avaliação física na presente fase. A candidata continuará participando das demais fases e, caso aprovada em todas elas, será convocada para a realização da prova de capacidade física, mediante autorização formal do médico por ela indicado.

1.10. Não haverá segunda chamada para a realização da prova de capacidade física. Será eliminado o candidato que não comparecer à prova de capacidade física no local, data e horário definidos para a sua realização, conforme indicado no item 3 do presente edital, a exceção do caso previsto no subitem 1.9 acima.

1.11. Não será permitida a presença de acompanhantes no local dos testes, assim como a interferência e/ou a participação de terceiros durante a realização da prova de capacidade física.

1.12. Caberá ao Coordenador da Banca Examinadora decidir sobre quaisquer imprevistos ocorridos durante a fase da prova de capacidade física.

1.13. A prova de capacidade física consistirá em: Teste de Barra fixa, Teste de Meio-Sugado, Impulsão Horizontal, Teste de Corrida de 12 (doze) minutos e Teste de Corrida de Ir e Vir (Shuttle Run), não necessariamente nesta ordem.

1.14. O candidato deverá observar atentamente o exposto no item 10 do Edital Normativo.

2. DA CONVOCAÇÃO

2.1. Todos os candidatos mencionados no subitem 3.1 do Edital Nº 11 do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal estão convocados para a realização da fase da Prova de Capacidade Física.

3. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA FASE DA PROVA DE CAPACIDADE FÍSICA

3.1. A Prova de Capacidade Física será aplicada no dia 7 de março de 2010, no seguinte endereço: UCB - Universidade Católica de Brasília, QS 7, Lote 1 EPCT, Taguatinga - Brasília - DF; Ginásio II, próximo ao Bloco G. O candidato deverá observar na listagem de convocação a seguir, a sua turma, data e horário.

3.1.1. TURMA 1: 7/3/2010, manhã, 8h (oito horas) - Horário oficial de Brasília. 98106767, ACHILLES BENEDITO DE OLIVEIRA JUNIOR; 98107580, ADERALDO DE MORAIS LEITE JUNIOR; 98104804, ADRIANO CAMARGO PATUSSI; 98102974, ADRIANO CHAVES VALENTE; 98111855, ADRIERLIS RIBEIRO DUARTE; 98104780, ALBERTO BARBOSA MACHADO NUNES RODRIGUES; 98102339, ALESSANDRO RODRIGUES ORNELAS; 98106541, ALEX FEITOSA DE OLIVEIRA; 98102688, ALEXANDRE CALVO DE BASTOS GOMES; 98101810, ALEXANDRE PEREIRA SALES; 98108231, ANA PAULA VIEIRA FERNANDES; 98106940, ANDRE GUSTAVO FELTES; 98110094, ANIE RAMPON; 98107200, BALTAZAR DE DEUS PEREIRA; 98107854, BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS; 98107364, BERNARDO DE MELLO MATOS COSTA; 98101604, BERNARDO MARINO CARVALHO; 98103725, BRUNA EIRAS XAVIER; 98103993, BRUNNO MARLON MORAES OLIVEIRA ORNELAS; 98101739, BRUNO DIAS GALVAO CAVALCANTI.

3.1.2. TURMA 2: 7/3/2010, manhã, 8h20 (oito horas e vinte minutos) - Horário oficial de Brasília. 98109574, BRUNO RIOS EHND; 98111491, CAROLINA BARRETO DE ALMEIDA BRAGA; 98109679, CAROLINA NUNES CARVALHO BERNARDES; 98103828, CARO-

LLINA RACHEL COSTA FERREIRA TAVARES; 98103806, CELIA REGINA LARA; 98100969, CHRISTIAN ARAUJO ALVIM; 98113453, CLAUDIO REGO PANTOJA; 98112546, CRISTIANE DOS SANTOS DONATINI; 98102347, CYNTHIA CRISTINA DE CARVALHO E SILVA; 98113004, DALMO LUIZ SILVA BUENO; 98100843, DANIEL JOSE MESQUITA MONTEIRO DIAS; 98109644, DANILO GUIMARAES LIMA; 98110580, DAVI VILAS VERDES GUEDES NETO; 98106702, DENIS LIMA BONFIM; 98100461, DENISE PEREIRA ROCHA LIMA; 98109373, DIEGO COSTA PINTO DANTAS; 98113098, DIOGO BARROS CAVALCANTE; 98105998, DIONISIO ALMEIDA SIQUEIRA; 98103782, EDSON JOSE DE ARAUJO JUNIOR; 98108042, EDUARDO DE FREITAS DA SILVA.

3.1.3. TURMA 3: 7/3/2010, manhã, 8h40 (oito horas e quarenta minutos) - Horário oficial de Brasília. 98108062, EDUARDO PEREIRA NOGUEIRA DA GAMA; 98109342, ELIANTO DE SOUZA DO COUTO; 98108103, EMANOEL VANESSA CORTES RIBEIRO; 98100248, ERNANDO SIMIAO DA SILVA FILHO; 98109865, FABIANA GALARCA PASSUELLO; 98111361, FABRICIO AUGUSTO MACHADO BORGES PAIVA; 98103756, FELIPE EUGENIO DE ALMEIDA AGUIAR; 98105791, FERNANDO CELSO DA SILVA RODRIGUES; 98100747, FERNANDO FERDINANDO NORONHA DE OLIVEIRA MILANEZ; 98102308, GILBERTO NAVES BARCELOS; 98110480, GILCILENE DA COSTA DE SOUSA; 98103586, GUILHEME DE SA MENEGHIN; 98101162, GUILHERME SOUSA MELO; 98105678, GUSTAVO FARIA PEREIRA; 98113616, GUSTAVO PAIVA NONATO DE ALMEIDA; 98102425, HENRIQUE OTAVIO RIBEIRO PANTUZO; 98109191, HENRY GALDINO MUNDIM; 98101570, HERMES DA SILVA DANTAS; 98100121, IGOR LEONARDO LIMP BOA VIDA; 98101123, ISABEL DAVILA LOPES BORGES DE MORAES.

3.1.4. TURMA 4: 7/3/2010, manhã, 9h (nove horas) - Horário oficial de Brasília. 98110574, ISABELA RIBEIRO CORREIA DE ARAUJO; 98106115, IVANDECI JOSE CABRAL JUNIOR; 98106416, JOAS BRAGANCA BORGES; 98103887, JOELMA LAURA MACHADO (candidato sub judice); 98104331, JOSE BORGES TEIXEIRA JUNIOR; 98107154, JULIANA SOUSA FEITOZA; 98102647, KONRAD MUNIS PEREIRA DA ROCHA; 98106807, LAURO GONDIM GUIMARAES; 98105017, LEONARDO ALCANFOR DE PINHO SILVA; 98108816, LEONARDO CARVALHO TENORIO DE ALBUQUERQUE; 98112307, LEONARDO DUMONT PALMERSTON; 98102847, LETIZIA FERNANDES DE LOURENCO ROCHA; 98100660, LUCIANA CARNEIRO DA SILVA; 98104602, LUCIANNNA FERNANDA DE CASTRO BARBOSA; 98110534, LUIS CARLOS RUCHEL DE MATOS (candidato sub judice); 98102007, MARCELO ZAGO GOMES FERREIRA; 98101576, MARCIA DOMINGOS E SA (candidato sub judice); 98109763, MARCIO JOSE DE SOUZA; 98104974, MARCO AURELIO DA SILVA; 98106537, MARCO TULIO VIEIRA.

3.1.5. TURMA 5: 7/3/2010, manhã, 9h20 (nove horas e vinte minutos) - Horário oficial de Brasília. 98104346, NANCY PEIXOTO DE CAMPOS; 98107985, NATHAN DA SILVA NETO; 98106756, PAULO CLEBER SILVA DE ALMEIDA; 98101787, PAULO DE TARSO MARTINELLI; 98108777, PAULO RENATO ALVARENGA FAYAO; 98113542, PEDRO ROCHA ROSATI; 98104504, RAFAEL FRAZAO POVOAS; 98112038, RAIMUNDO NONATO PEREIRA DINIZ; 98107100, REIDRIC VICTOR DA SILVEIRA CONDE NEIVA E SILVA; 98105477, REINALDO COSME VILAR DE OLIVEIRA JUNIOR; 98100755, RENATA FARIAS COSTA GOMES DE BARROS; 98104514, RENATO AUGUSTO ERCOLIN; 98103068, RENATO LOURENCO; 98110804, RENATO POLIDO PEREIRA; 98105234, RODOLFO ROSA TELLES MENEZES; 98110317, RODRIGO BOAVENTURA MARTINS; 98102867, RONNEY AUGUSTO MATSUI ARAUJO; 98100508, THAISA MAYRA DE PAULA BOTELHO; 98113192, THIAGO DOS SANTOS LEMOS; 98109869, THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA.

3.1.6. TURMA 6: 7/3/2010, manhã, 9h40 (nove horas e quarenta minutos) - Horário oficial de Brasília. 98107093, VANDER RODRIGUES BRAGA; 98103135, VINICIUS RODRIGUES ALVES; 98106089, VITOR DE MELLO DUARTE; 98107953, VITOR SOUZA CUNHA; 98109924, WALTER ENGRACIA DE OLIVEIRA NETO; 98110771, WALTER PEREIRA DA CUNHA JUNIOR; 98102497, WENDERSON SOUZA E TELES; 98103940, WILSON PERES FERREIRA; 98106300, ZANDER VIEIRA PACHECO.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O resultado preliminar da fase da Prova de Capacidade Física do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal será divulgado na Internet, no endereço eletrônico <http://www.universa.org.br>, oportunamente, após a realização desta fase.

CLÁUDIA ALCÂNTARA

EDITAL Nº 13 DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2009, DE 1º DE MARÇO DE 2010 - CONVOCAÇÃO PARA A FASE DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE DELEGADO DE POLÍCIA DA CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

A DIRETORA DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 1º, incisos III, XIII e XV e artigo 5º, inciso I, da Lei Distrital nº 837, de 28 de dezembro de 1994, no Decreto nº 21.688, de 7 de novembro de 2000, e suas alterações, e na Portaria nº 1.031, de 7 de julho de 2006, torna público o local, datas e horário de realização da fase da Avaliação Psicológica do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, conforme segue.

1. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

1.1. A avaliação psicológica, é caráter eliminatório, sendo o candidato considerado recomendado ou não-recomendado.

1.2. A avaliação psicológica será realizada em conformidade com as normas para testagem psicológica, regulamentadas pelo Conselho Federal de Psicologia, em particular com as Resoluções do CFP Nº 001/2002 e CFP Nº 002/2003 e condições necessárias ao porte de arma de fogo, estabelecidas na Lei nº. 10.826/2003 e na Lei nº. 11.706/2008.

1.3. A avaliação psicológica consistirá na aplicação e avaliação de instrumentos e técnicas psicológicas visando verificar habilidades específicas, tipos de raciocínio e características de personalidade importantes para o bom desempenho das atividades do cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal.

1.3.1. O candidato deverá demonstrar perfil e habilidades requeridas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, a saber: controle emocional, agressividade adequada, autoconfiança, liderança, capacidade de agir com persistência e comprometimento, resistência à frustração, bom relacionamento interpessoal, inteligência na execução das tarefas do cargo, raciocínios específicos, capacidade de resolução de problemas, capacidade de observação e atenção, capacidade de análise e síntese, memória, não ser portador de transtorno mental grave e não ser portador de dependência química. Deve também demonstrar ter condições psicológicas e legais para o uso e porte de armas de fogo.

1.4. Será considerado não-recomendado e, conseqüentemente, eliminado do concurso público, o candidato que não apresentar os requisitos psicológicos necessários ao exercício do cargo, ou que não comparecer na data e horário previstos no presente edital.

1.5. A avaliação psicológica será realizada em dois momentos, ambos de presença obrigatória. O não-comparecimento em um dos momentos de realização da fase da avaliação psicológica implicará a eliminação automática do candidato. Não haverá segunda chamada para a realização da avaliação psicológica.

1.6. A realização da fase da avaliação psicológica será a mesma para todos os candidatos, não havendo, portanto, nenhum tipo de adaptação de testes.

1.7. A não-recomendação na avaliação psicológica não significará, necessariamente, a existência de transtornos cognitivos e/ou comportamentais; indicará que o candidato não atendeu, à época da avaliação, aos requisitos exigidos para o exercício do cargo ao qual concorreu.

1.8. A aplicação dos exames psicológicos será realizada em conformidade com as normas em vigor para testagem psicológica e em qualquer dia da semana, inclusive os não úteis, a critério da Administração.

1.9. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da fase da avaliação psicológica com antecedência mínima de 1 (uma) hora do horário fixado para o seu início, de acordo com os horários estabelecidos no item 3 do presente edital, munido de documento de identidade original, na forma dos subitens 19.4 a 19.7 do Edital Normativo.

1.9.1. À exceção da situação prevista no subitem 19.8 do Edital Normativo, o candidato que deixar de apresentar o documento de identidade original, não poderá ser submetido à avaliação psicológica, sendo, conseqüentemente, eliminado do certame.

1.10. Em nenhuma hipótese será aplicada a avaliação psicológica fora dos espaços físicos, das datas e dos horários predeterminados no presente edital. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização da avaliação e o comparecimento no horário determinado.

1.10.1. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização da avaliação psicológica após o horário fixado para o seu início.

1.11. Não será permitida a troca de horários por parte do candidato.

1.12. Não será permitido ao candidato portar armas no ambiente de realização da avaliação psicológica. Caso o candidato esteja portando alguma arma, esta deverá ser entregue para o Coordenador para a devida cautela. O descumprimento do disposto neste subitem implicará a eliminação do candidato.

1.13. No dia de realização da avaliação psicológica, não será permitido ao candidato permanecer com armas ou aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, qualquer tipo de relógio, walkman, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, entre outros). Caso o candidato leve algum aparelho eletrônico, estes deverão ser recolhidos pelas pessoas encarregadas da fiscalização da avaliação. O descumprimento do disposto neste subitem implicará a eliminação do candidato.

1.13.1. A Fundação Universa não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a aplicação da avaliação, nem por danos a eles causados.

1.14. Não será fornecido lanche ao candidato nem haverá lanchonete disponível nos locais de realização da avaliação psicológica, sendo permitido ao candidato levar seu próprio lanche.

1.15. É recomendado que o candidato durma bem na noite anterior aos dias de realização da avaliação psicológica, devendo evitar a ingestão de bebida alcoólica ou substância química que provoque alteração psíquica, a fim de estar em boas condições para a realização da referida avaliação.

1.16. Caberá ao Coordenador da Banca Examinadora decidir sobre quaisquer imprevistos ocorridos durante a fase da avaliação psicológica.

2. DA CONVOCAÇÃO

2.1. Todos os candidatos mencionados no subitem 3.1 do Edital Nº 11 do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal estão convocados para a realização da fase da Avaliação Psicológica.

3. DOS LOCAIS E HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA FASE DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

3.1. A Avaliação Psicológica será aplicada em dois momentos distintos, a saber: testes de aplicação individual e testes de aplicação coletiva.

3.2. DOS TESTES DE APLICAÇÃO INDIVIDUAL

3.2.1. Os testes de aplicação individual serão aplicados nos dias 9, 10 e 11 de março de 2010, no seguinte endereço: Universidade Metodista de São Paulo – Pólo EAD Brasília, situado no SCS Quadra 8, Bloco B-60, Sala 460, 4º andar, Shopping Venâncio 2000 - Asa Sul - Brasília - DF. O candidato deverá observar na listagem de convocação a seguir, a sua turma, data e horário.

3.2.1.1. TURMA 1: 9/3/2010, manhã, 8h (oito horas) - Horário oficial de Brasília. 98106767, ACHILLES BENEDITO DE OLIVEIRA JUNIOR; 98107580, ADERVALDO DE MORAIS LEITE JUNIOR; 98104804, ADRIANO CAMARGO PATUSSI; 98102974, ADRIANO CHAVES VALENTE.

3.2.1.2. TURMA 2: 9/3/2010, manhã, 9h (nove horas) - Horário oficial de Brasília. 98111855, ADRIERLIS RIBEIRO DUARTE; 98104780, ALBERTO BARBOSA MACHADO NUNES RODRIGUES; 98102339, ALESSANDRO RODRIGUES ORNELAS; 98106541, ALEX FEITOSA DE OLIVEIRA.

3.2.1.3. TURMA 3: 9/3/2010, manhã, 10h (dez horas) - Horário oficial de Brasília. 98102688, ALEXANDRE CALVO DE BASTOS GOMES; 98101810, ALEXANDRE PEREIRA SALES;

98108231, ANA PAULA VIEIRA FERNANDES; 98106940, ANDRE GUSTAVO FELTES.

3.2.1.4. TURMA 4: 9/3/2010, manhã, 11h (onze horas) - Horário oficial de Brasília. 98110094, ANIE RAMPON; 98107200, BALTAZAR DE DEUS PEREIRA; 98107854, BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS; 98107364, BERNARDO DE MELLO MATOS COSTA.

3.2.1.5. TURMA 5: 9/3/2010, 13h (treze horas) - Horário oficial de Brasília. 98101604, BERNARDO MARINO CARVALHO; 98103725, BRUNA EIRAS XAVIER; 98103993, BRUNNO MARLON MORAES OLIVEIRA ORNELAS; 98101739, BRUNO DIAS GALVAO CAVALCANTI.

3.2.1.6. TURMA 6: 9/3/2010, 14h (quatorze horas) - Horário oficial de Brasília. 98109574, BRUNO RIOS EHND; 98111491, CAROLINA BARRETO DE ALMEIDA BRAGA; 98109679, CAROLINA NUNES CARVALHO BERNARDES; 98103828, CAROLLINA RACHEL COSTA FERREIRA TAVARES.

3.2.1.7. TURMA 7: 9/3/2010, 15h (quinze horas) - Horário oficial de Brasília. 98103806, CELIA REGINA LARA; 98100969, CHRISTIAN ARAUJO ALVIM; 98113453, CLAUDIO REGO PANTOJA; 98112546, CRISTIANE DOS SANTOS DONATINI.

3.2.1.8. TURMA 8: 9/3/2010, 16h (dezesseis horas) - Horário oficial de Brasília. 98102347, CYNTHIA CRISTINA DE CARVALHO E SILVA; 98113004, DALMO LUIZ SILVA BUENO; 98100843, DANIEL JOSE MESQUITA MONTEIRO DIAS; 98109644, DANILO GUIMARAES LIMA.

3.2.1.9. TURMA 9: 9/3/2010, 17h (dezessete horas) - Horário oficial de Brasília. 98110580, DAVI VILAS VERDES GUEDES NETO; 98106702, DENIS LIMA BONFIM; 98100461, DENISE PEREIRA ROCHA LIMA; 98109373, DIEGO COSTA PINTO DANTAS.

3.2.1.10. TURMA 10: 10/3/2010, manhã, 8h (oito horas) - Horário oficial de Brasília. 98113098, DIOGO BARROS CAVALCANTE; 98105998, DIONISIO ALMEIDA SIQUEIRA; 98103782, EDSON JOSE DE ARAUJO JUNIOR; 98108042, EDUARDO DE FREITAS DA SILVA.

3.2.1.11. TURMA 11: 10/3/2010, manhã, 9h (nove horas) - Horário oficial de Brasília. 98108062, EDUARDO PEREIRA NOGUEIRA DA GAMA; 98109342, ELIANTO DE SOUZA DO COUTO; 98108103, EMANOELE VANESSA CORTES RIBEIRO; 98100248, ERNANDO SIMIAO DA SILVA FILHO.

3.2.1.12. TURMA 12: 10/3/2010, manhã, 10h (dez horas) - Horário oficial de Brasília. 98109865, FABIANA GALARCA PASSUELLO; 98111361, FABRICIO AUGUSTO MACHADO BORGES PAIVA; 98103756, FELIPE EUGENIO DE ALMEIDA AGUIAR; 98105791, FERNANDO CELSO DA SILVA RODRIGUES; 98100747, FERNANDO FERDINANDO NORONHA DE OLIVEIRA MILANEZ.

3.2.1.13. TURMA 13: 10/3/2010, manhã, 11h (onze horas) - Horário oficial de Brasília. 98102308, GILBERTO NAVES BARCELOS; 98110480, GILCILENE DA COSTA DE SOUSA; 98103586, GUILHEME DE SA MENEGHIN; 98101162, GUILHERME SOUSA MELO.

3.2.1.14. TURMA 14: 10/3/2010, 13h (treze horas) - Horário oficial de Brasília. 98105678, GUSTAVO FARIA PEREIRA; 98113616, GUSTAVO PAIVA NONATO DE ALMEIDA; 98102425, HENRIQUE OTAVIO RIBEIRO PANTUZO; 98109191, HENRY GALDINO MUNDIM.

3.2.1.15. TURMA 15: 10/3/2010, 14h (quatorze horas) - Horário oficial de Brasília. 98101570, HERMES DA SILVA DANTAS; 98100121, IGOR LEONARDO LIMP BOA VIDA; 98101123, ISABEL DAVILA LOPES BORGES DE MORAES; 98110574, ISABELA RIBEIRO CORREIA DE ARAUJO.

3.2.1.16. TURMA 16: 10/3/2010, 15h (quinze horas) - Horário oficial de Brasília. 98106115, IVANDECI JOSE CABRAL JUNIOR; 98106416, JOAS BRAGANCA BORGES; 98103887, JOELMA LAURA MACHADO (candidato sub judge); 98104331, JOSE BORGES TEIXEIRA JUNIOR.

3.2.1.17. TURMA 17: 10/3/2010, 16h (dezesseis horas) - Horário oficial de Brasília. 98107154, JULIANA SOUSA FEITOZA; 98102647, KONRAD MUNIS PEREIRA DA ROCHA; 98106807, LAURO GONDIM GUIMARAES; 98105017, LEONARDO ALCANFOR DE PINHO SILVA.

3.2.1.18. TURMA 18: 10/3/2010, 17h (dezessete horas) - Horário oficial de Brasília. 98108816, LEONARDO CARVALHO TENORIO DE ALBUQUERQUE; 98112307, LEONARDO DUMONT PALMERSTON; 98102847, LETIZIA FERNANDES DE LOURENCO ROCHA; 98100660, LUCIANA CARNEIRO DA SILVA.

3.2.1.19. TURMA 19: 11/3/2010, manhã, 8h (oito horas) - Horário oficial de Brasília. 98104602, LUCIANNA FERNANDA DE CASTRO BARBOSA; 98110534, LUIS CARLOS RUCHEL DE MATOS (candidato sub judge); 98102007, MARCELO ZAGO GOMES FERREIRA; 98101576, MARCIA DOMINGOS E SA (candidato sub judge).

3.2.1.20. TURMA 20: 11/3/2010, manhã, 9h (nove horas) - Horário oficial de Brasília. 98109763, MARCIO JOSE DE SOUZA; 98104974, MARCO AURELIO DA SILVA; 98106537, MARCO TULIO VIEIRA; 98104346, NANCY PEIXOTO DE CAMPOS.

3.2.1.21. TURMA 21: 11/3/2010, manhã, 10h (dez horas) - Horário oficial de Brasília. 98107985, NATHAN DA SILVA NETO; 98106756, PAULO CLEBER SILVA DE ALMEIDA; 98101787, PAULO DE TARSO MARTINELLI; 98108777, PAULO RENATO ALVARENGA FAYAO.

3.2.1.22. TURMA 22: 11/3/2010, manhã, 11h (onze horas) - Horário oficial de Brasília. 98113542, PEDRO ROCHA ROSATI; 98104504, RAFAEL FRAZAO POVOAS; 98112038, RAIMUNDO NONATO PEREIRA DINIZ; 98107100, REIDRIC VICTOR DA SILVEIRA CONDE NEIVA E SILVA.

3.2.1.23. TURMA 23: 11/3/2010, 13h (treze horas) - Horário oficial de Brasília. 98105477, REINALDO COSME VILAR DE OLIVEIRA JUNIOR; 98100755, RENATA FARIAS COSTA GOMES DE BARROS; 98104514, RENATO AUGUSTO ERCOLIN; 98103068, RENATO LOURENCO.

3.2.1.24. TURMA 24: 11/3/2010, 14h (quatorze horas) - Horário oficial de Brasília. 98110804, RENATO POLIDO PEREIRA; 98105234, RODOLFO ROSA TELLES MENEZES; 98110317, RODRIGO BOAVENTURA MARTINS; 98102867, RONNEY AUGUSTO MATSUI ARAUJO.

3.2.1.25. TURMA 25: 11/3/2010, 15h (quinze horas) - Horário oficial de Brasília. 98100508, THAISA MAYRA DE PAULA BOTELHO; 98113192, THIAGO DOS SANTOS LEMOS; 98109869, THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA; 98107093, VANDER RODRIGUES BRAGA.

3.2.1.26. TURMA 26: 11/3/2010, 16h (dezesseis horas) - Horário oficial de Brasília. 98103135, VINICIUS RODRIGUES ALVES; 98106089, VITOR DE MELLO DUARTE; 98107953, VITOR SOUZA CUNHA; 98109924, WALTER ENGRACIA DE OLIVEIRA NETO.

3.2.1.27. TURMA 27: 11/3/2010, 17h (dezessete horas) - Horário oficial de Brasília. 98110771, WALTER PEREIRA DA CUNHA JUNIOR; 98102497, WENDERSON SOUZA E TELES; 98103940, WILSON PERES FERREIRA; 98106300, ZANDER VIEIRA PACHECO.

3.3. DOS TESTES DE APLICAÇÃO COLETIVA

3.3.1. Os testes de aplicação coletiva serão realizados na Fundação Universa – Unidade Asa Sul, situado à SGAS 609, Conjunto E – Asa Sul – Brasília - DF, em 6 de março de 2010, às 14h (quatorze horas) – Horário oficial de Brasília.

3.3.2. O candidato deverá observar na listagem de convocação a seguir, a sua sala para aplicação da avaliação psicológica.

3.3.2.1. SALA 101. 98106767, ACHILLES BENEDITO DE OLIVEIRA JUNIOR; 98107580, ADERALDO DE MORAIS LEITE JUNIOR; 98104804, ADRIANO CAMARGO PATUSSI; 98102974, ADRIANO CHAVES VALENTE; 98111855, ADRIERLIS RIBEIRO DUARTE; 98104780, ALBERTO BARBOSA MACHADO NUNES RODRIGUES; 98102339, ALESSANDRO RODRIGUES ORNELAS; 98106541, ALEX FEITOSA DE OLIVEIRA; 98102688, ALEXANDRE CALVO DE BASTOS GOMES; 98101810, ALEXANDRE PEREIRA SALES; 98108231, ANA PAULA VIEIRA FERNANDES; 98106940, ANDRE GUSTAVO FELTES; 98110094, ANIE RAMPON; 98107200, BALTAZAR DE DEUS PEREIRA; 98107854, BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS; 98107364, BERNARDO DE MELLO MATOS COSTA; 98101604, BERNARDO MARINO CARVALHO; 98103725, BRUNA EIRAS XAVIER; 98103993, BRUNNO MARLON MORAES OLIVEIRA ORNELAS; 98101739, BRUNO DIAS GALVAO CAVALCANTI; 98109574, BRUNO RIOS EHND; 98111491, CAROLINA BARRETO DE ALMEIDA BRAGA; 98109679, CAROLINA NUNES CARVALHO BERNARDES; 98103828, CAROLLINA RACHEL COSTA FERREIRA TAVARES; 98103806, CELIA REGINA LARA; 98100969, CHRISTIAN ARAUJO ALVIM; 98113453, CLAUDIO REGO PANTOJA.

3.3.2.2. SALA 102. 98112546, CRISTIANE DOS SANTOS DONATINI; 98102347, CYNTHIA CRISTINA DE CARVALHO E SILVA; 98113004, DALMO LUIZ SILVA BUENO; 98100843, DANIEL JOSE MESQUITA MONTEIRO DIAS; 98109644, DANILO GUIMARAES LIMA; 98110580, DAVI VILAS VERDES GUEDES NETO; 98106702, DENIS LIMA BONFIM; 98100461, DENISE PEREIRA ROCHA LIMA; 98109373, DIEGO COSTA PINTO DANTAS; 98113098, DIOGO BARROS CAVALCANTE; 98105998, DIONISIO ALMEIDA SIQUEIRA; 98103782, EDSON JOSE DE ARAUJO JUNIOR; 98108042, EDUARDO DE FREITAS DA SILVA; 98108062, EDUARDO PEREIRA NOGUEIRA DA GAMA; 98109342, ELIANTO DE SOUZA DO COUTO; 98108103, EMANOELE VANESSA CORTES RIBEIRO; 98100248, ERNANDO SIMIAO DA SILVA FILHO; 98109865, FABIANA GALARCA PASSUELLO; 98111361, FABRICIO AUGUSTO MACHADO BORGES PAIVA; 98103756, FELIPE EUGENIO DE ALMEIDA AGUIAR; 98105791, FERNANDO CELSO DA SILVA RODRIGUES; 98100747, FERNANDO FERDINANDO NORONHA DE OLIVEIRA MILANEZ; 98102308, GILBERTO NAVES BARCELOS; 98110480, GILCILENE DA COSTA DE SOUSA; 98103586, GUILHEME DE SA MENEGHIN; 98101162, GUILHERME SOUSA MELO; 98105678, GUSTAVO FARIA PEREIRA.

3.3.2.3. SALA 103. 98113616, GUSTAVO PAIVA NONATO DE ALMEIDA; 98102425, HENRIQUE OTAVIO RIBEIRO PANTUZO; 98109191, HENRY GALDINO MUNDIM; 98101570, HERMES DA SILVA DANTAS; 98100121, IGOR LEONARDO LIMP BOA VIDA; 98101123, ISABEL DAVILA LOPES BORGES DE MORAES; 98110574, ISABELA RIBEIRO CORREIA DE ARAUJO; 98106115, IVANDECI JOSE CABRAL JUNIOR; 98106416, JOAS BRAGANCA BORGES; 98103887, JOELMA LAURA MACHADO (candidato sub judge); 98104331, JOSE BORGES TEIXEIRA JUNIOR; 98107154, JULIANA SOUSA FEITOZA; 98102647, KONRAD MUNIS PEREIRA DA ROCHA; 98106807, LAURO GONDIM GUIMARAES; 98105017, LEONARDO ALCANFOR DE PINHO SILVA; 98108816, LEONARDO CARVALHO TENORIO DE ALBUQUERQUE; 98112307, LEONARDO DUMONT PALMERSTON; 98102847, LETIZIA FERNANDES DE LOURENCO ROCHA; 98100660, LUCIANA CARNEIRO DA SILVA; 98104602, LUCIANNA FERNANDA DE CASTRO BARBOSA; 98110534, LUIS CARLOS RUCHEL DE MATOS (candidato sub judge); 98102007, MARCELO ZAGO GOMES FERREIRA; 98101576, MARCIA DOMINGOS E SA (candidato sub judge); 98109763, MARCIO JOSE DE SOUZA; 98104974, MARCO AURELIO DA SILVA; 98106537, MARCO TULIO VIEIRA; 98104346, NANCY PEIXOTO DE CAMPOS.

3.3.2.4. SALA 104. 98107985, NATHAN DA SILVA NETO; 98106756, PAULO CLEBER SILVA DE ALMEIDA; 98101787, PAULO DE TARSO MARTINELLI; 98108777, PAULO RENATO ALVARENGA FAYAO; 98113542, PEDRO ROCHA ROSATI; 98104504, RAFAEL FRAZAO POVOAS; 98112038, RAIMUNDO NONATO PEREIRA DINIZ; 98107100, REIDRIC VICTOR DA SILVEIRA CONDE NEIVA E SILVA; 98105477, REINALDO COSME VILAR DE OLIVEIRA JUNIOR; 98100755, RENATA FARIAS COSTA GOMES DE BARROS; 98104514, RENATO AUGUSTO ERCOLIN; 98103068, RENATO LOURENCO; 98110804, RENATO POLIDO PEREIRA; 98105234, RODOLFO ROSA TELLES MENEZES; 98110317, RODRIGO BOAVENTURA MARTINS; 98102867, RONNEY AUGUSTO MATSUI ARAUJO; 98100508, THAISA MAYRA DE PAULA BOTELHO; 98113192, THIAGO DOS SANTOS LEMOS; 98109869, THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA; 98107093, VANDER RODRIGUES BRAGA; 98103135, VINICIUS RODRIGUES ALVES; 98106089, VITOR DE MELLO DUARTE; 98107953, VITOR SOUZA CUNHA; 98109924, WALTER ENGRACIA DE OLIVEIRA NETO; 98110771, WALTER PEREIRA DA CUNHA JUNIOR; 98102497, WENDERSON SOUZA E TELES; 98103940, WILSON PERES FERREIRA; 98106300, ZANDER VIEIRA PACHECO.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O resultado preliminar da fase da Avaliação Psicológica do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal será divulgado na Internet, no endereço eletrônico <http://www.universa.org.br>, oportunamente, após a realização desta fase.

CLÁUDIA ALCÂNTARA

**EDITAL Nº 14 DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2009, DE 1º DE MARÇO DE 2010 –
CONVOCAÇÃO PARA A FASE DA SINDICÂNCIA DE VIDA PREGRESSA E
INVESTIGAÇÃO SOCIAL**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE DELEGADO
DE POLÍCIA DA CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL**

A DIRETORA DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 1º, incisos III, XIII e XV e artigo 5º, inciso I, da Lei Distrital nº 837, de 28 de dezembro de 1994, no Decreto nº 21.688, de 7 de novembro de 2000, e suas alterações, e na Portaria nº 1.031, de 7 de julho de 2006, torna público o local, data e horário para realização da fase da Sindicância de Vida Pgressa e Investigação Social do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, conforme segue.

1. DA SINDICÂNCIA DE VIDA PREGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL

1.1. Os candidatos serão submetidos à sindicância de vida pregressa e investigação social, de caráter eliminatório, para fins de avaliação de sua conduta pregressa e idoneidade moral, requisitos indispensáveis para aprovação no concurso público.

1.2. Os procedimentos da sindicância de vida pregressa e investigação social objetivam apurar a existência de fatos ou atos que, por sua natureza, incompatibilizam o candidato com o desempenho da atividade policial.

1.2.1. O candidato será considerado recomendado ou não-recomendado para exercer o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal. A análise e a avaliação dos dados colhidos serão feitas com critérios exclusivamente objetivos.

1.2.2. Será eliminado, durante a realização de qualquer uma das fases do concurso, o candidato que, após iniciada a sindicância de vida pregressa e investigação social, for considerado não-recomendado.

1.3. A sindicância de vida pregressa e investigação social, levada a efeito por Comissão de Sindicância da Polícia Civil do Distrito Federal, designada para esse fim, será realizada com base em documentos oficiais e informações constantes de formulário próprio, contendo perguntas de caráter pessoal, a ser retirado na Central de Atendimento ao Candidato da Fundação Universa. O formulário também encontra-se disponível no endereço eletrônico <http://www.universa.org.br>.

1.4. Além de informações criminais, cíveis e administrativas, verificadas por certidões e documentos fornecidos pelo candidato, serão realizadas pesquisas e levantamentos em bancos de dados e sistemas disponíveis à Polícia Civil do Distrito Federal.

1.5. A entrega da documentação pelo candidato, bem como, a realização das pesquisas e levantamentos, não exclui outros procedimentos sigilosos de investigação policial necessários para esclarecer qualquer fato objeto de dúvida.

1.6. Os documentos e informações fornecidas pelo candidato são considerados de caráter estritamente reservado e de uso exclusivo da Polícia Civil do Distrito Federal, para os fins específicos desta fase do concurso público.

1.7. O preenchimento e a entrega da documentação exigida pressupõem a autorização do candidato para que seja realizada a referida investigação.

1.8. A Polícia Civil do Distrito Federal poderá exigir que o candidato providencie, às suas expensas, sob pena de ser não-recomendado e eliminado do concurso público, documentação complementar, a fim de diminuir dúvidas que surjam durante a condução do processo de sindicância de vida pregressa e investigação social.

1.9. O candidato deve prestar integralmente todas as informações e dados solicitados no formulário de sindicância de vida pregressa e investigação social a ser preenchido e assinado, sem qualquer tipo de omissão ou distorção.

1.9.1. A omissão, distorção ou inclusão de dados ou informações falsas no formulário da sindicância de vida pregressa e investigação social ou em qualquer outro documento fornecido pelo candidato, além das penas previstas no Código Penal Brasileiro, sujeitará o candidato à exclusão do concurso público.

1.10. A ausência de quaisquer informações ou documentos exigidos neste edital, no item 12 do Edital Normativo e nos demais editais complementares e/ou retificadores, bem como o fornecimento em desacordo com as normas definidas, motivará a não-recomendação e conseqüente eliminação do candidato no concurso público.

1.11. Qualquer candidato submetido ao procedimento de sindicância de vida pregressa e investigação social poderá ser chamado para prestar informações complementares ou para diminuir dúvidas, caso assim recomende a Comissão de Sindicância.

12. DAS INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO

12.1. O formulário da fase da sindicância de vida pregressa e investigação social deverá ser manuscrito pelo próprio candidato, sem rasuras, utilizando-se obrigatoriamente de caneta esferográfica de cor azul ou preta.

12.2. O candidato deve rubricar e datar todas as folhas do formulário, exceto a última que deverá ser assinada e datada em campo próprio.

12.3. O candidato deve colar uma fotografia colorida, tamanho 3x4, na parte superior direita do formulário e anexar outra, também colorida, tamanho 5x7, na parte superior esquerda do mesmo documento.

12.4. As fotografias devem ostentar, na parte frontal inferior, as datas em que foram realizadas, devendo contar com menos de 3 (três) meses do dia em que for entregue o formulário da sindicância de vida pregressa e investigação social.

2. DA CONVOCAÇÃO

2.1. Todos os candidatos mencionados no subitem 3.1 do Edital Nº 11 do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal estão convocados para a realização da fase da Sindicância de Vida Pgressa e Investigação Social.

3. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. O candidato deverá, às suas expensas, providenciar a documentação relacionada no subitem 12.5 do Edital Normativo e demais editais complementares e/ou retificadores, que deverá ser entregue juntamente com o formulário preenchido, no período de 9 a 11 de março de 2010,

no horário de 8h (oito horas) às 12h (doze horas) e das 13h (treze horas) às 17h (dezessete horas) – Horário oficial de Brasília, no seguinte endereço: Universidade Metodista de São Paulo – Pólo EAD Brasília, situado no SCS Quadra 8, Bloco B-60, Sala 460, 4º andar, Shopping Venâncio 2000 - Asa Sul - Brasília – DF.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O resultado preliminar da fase da Sindicância de Vida Pgressa e Investigação Social do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal será divulgado na Internet, no endereço eletrônico <http://www.universa.org.br>, oportunamente, após a análise dos documentos.

CLÁUDIA ALCÂNTARA

**EDITAL Nº 15 DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2009, DE 1º DE MARÇO DE 2010 –
CONVOCAÇÃO PARA A FASE DA PROVA DE TÍTULOS**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE DELEGADO
DE POLÍCIA DA CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL**

A DIRETORA DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 1º, incisos III, XIII e XV e artigo 5º, inciso I, da Lei Distrital nº 837, de 28 de dezembro de 1994, no Decreto nº 21.688, de 7 de novembro de 2000, e suas alterações, e na Portaria nº 1.031, de 7 de julho de 2006, torna público o local, data e horário para realização da fase da Prova de Títulos do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, conforme segue.

1. DA PROVA DE TÍTULOS

1.1. A prova de títulos, de caráter classificatório, valerá no máximo 5,00 (cinco) pontos, ainda que a soma dos valores dos títulos e dos comprovantes apresentados seja superior a este valor.

1.2. Somente serão aceitos os títulos relacionados no item 5 do Edital Nº 3 de Retificação, observados os limites de pontuação. Os títulos e os comprovantes deverão ser expedidos até a data de sua entrega.

1.3. Os títulos e os comprovantes poderão ser entregues por procurador, mediante procuração do interessado, com reconhecimento de firma.

1.4. Não serão aceitos títulos nem comprovantes encaminhados via postal, via fax e(ou) via correio eletrônico.

1.5. Cada título e cada comprovante será considerado uma única vez.

1.6. Os pontos que excederem o valor máximo estabelecido para cada título e para cada experiência, bem como os que excederem os 5,00 (cinco) pontos fixados no Edital Normativo e suas retificações, serão desconsiderados.

1.7. Para comprovação de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização lato sensu, deverá ser apresentado certificado, devidamente registrado, expedido por instituição oficial ou reconhecida.

1.8. Somente serão aceitos certificados de cursos de especialização lato sensu que constem todos os dados necessários à sua perfeita avaliação, inclusive a carga horária do curso.

1.9. Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado quando traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado e convalidado por instituição brasileira.

1.10. No ato de entrega de títulos e de comprovantes, o candidato deverá entregar em 2 (duas) vias, já devidamente preenchido e assinado, o formulário a ser disponibilizado pela Fundação Universa, no qual indicará os títulos e os comprovantes apresentados. Juntamente com esse formulário o candidato deverá apresentar 1 (uma) cópia, autenticada em cartório, de cada título e de cada comprovante declarado. As cópias apresentadas não serão devolvidas em hipótese alguma, tampouco serão recebidos documentos originais (a exceção das certidões ou declarações emitidas pelos empregadores).

1.10.1. A Fundação Universa disponibilizará o formulário citado no subitem anterior no endereço eletrônico <http://www.universa.org.br> e na Central de Atendimento ao Candidato da Fundação Universa, localizada na SGAN 609 Módulo A, Asa Norte, Brasília/DF.

1.11. Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não-autenticadas em cartório.

1.12. Não será computado, como tempo de serviço, o período de estágio.

1.13. A comprovação de tempo de exercício de cargo público policial será feita mediante apresentação de certidão de tempo de serviço emitida pelo setor de pessoal, ou equivalente, do órgão público.

1.13.1. Na certidão deverá constar claramente a descrição do serviço e o nível de atuação como policial, bem como o período de início e de término do trabalho realizado.

1.14. Constatada, em qualquer tempo, irregularidade e (ou) ilegalidade na obtenção de títulos e (ou) de comprovantes apresentados, o candidato terá anulada a pontuação e, comprovada a sua culpa, este será excluído do concurso público.

1.15. Receberá nota zero na prova de títulos, o candidato que não entregar os títulos na forma, no prazo e no local estipulados no presente edital.

2. DA CONVOCAÇÃO

2.1. Todos os candidatos mencionados no subitem 3.1 do Edital Nº 11 do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal estão convocados para a realização da fase da Prova de Títulos.

3. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. O candidato deverá, às suas expensas, providenciar a documentação relacionada no item 5 do Edital Nº 3 de Retificação, que deverá ser entregue juntamente com o formulário preenchido, no período de 9 a 11 de março de 2010, no horário de 8h (oito horas) às 12h (doze horas) e das 13h (treze horas) às 17h (dezessete horas) – Horário oficial de Brasília, no seguinte endereço: Universidade Metodista de São Paulo – Pólo EAD Brasília, situado no SCS Quadra 8, Bloco B-60, Sala 460, 4º andar, Shopping Venâncio 2000 - Asa Sul - Brasília – DF.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O resultado preliminar da fase da Prova de Títulos do concurso público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal será divulgado na Internet, no endereço eletrônico <http://www.universa.org.br>, oportunamente, após a análise dos documentos e cálculo da pontuação devida.

CLÁUDIA ALCÂNTARA

EDITAL Nº 13 DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2009, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010 -
CONVOCAÇÃO PARA A FASE DA PROVA DE CAPACIDADE FÍSICA
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE
DELEGADO DE POLÍCIA DA CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA DO DISTRITO
FEDERAL
ANEXO I - MODELO DE ATESTADO MÉDICO

Declaro, que o(a) Sr(a). _____,
documento de identidade _____ e CPF _____,
encontra-se em pleno gozo de sua saúde física e mental, capacitando-se desta forma a submeter-se aos
testes exigidos, discriminados no Edital Normativo do concurso público destinado ao provimento de
vagas para o cargo de Delegado de Polícia da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal.
_____, _____ de _____ de 2010.

Nome completo do Médico

CRM do Médico

Assinatura

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2010.

O PREGOEIRO no uso de suas atribuições legais comunica aos interessados que o Pregão
Presencial nº 01/2010, processo 098.002.239/2009, teve sua data de abertura adiada sine die.
Aviso disponível, também, no endereço www.dftrans.df.gov.br.
Brasília/DF, 26 de fevereiro de 2010.
MOISEIS DA COSTA SOUZA

COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2010 – E-COMPRAS - METRÔ-DF

A COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL, através do(a)
Pregoeiro(a), TORNA PÚBLICO a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico,
para aquisição de Material de Informática – Cartuchos Pretos e Coloridos para impressora HP
Deskjet F4480, destinados ao Metrô-DF. Data e horário para recebimento das propostas: até
09:00 horas do dia 12 de março de 2010. O respectivo edital poderá ser retirado exclusivamen-
te no endereço eletrônico: www.compras.df.gov.br, mediante pré-cadastro realizado no referi-
do site para participação da licitação. Informações referentes ao cadastro ou ao site, através
do telefone 3312.5325 / 5329.

GUILHERME CHIANCA FRANCA

INEDITORIAIS

VIANA E FERREIRA FRIOS LTDA ME

AVISO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do
Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Operação nº 019/2010,
para a atividade de Manipulação de Carnes e derivados, no Setor de Chácaras P-SUL,
Chácara Santa Luzia nº 86, Núcleo Rural Taguatinga, Ceilândia/DF, processo 190.000.175/
2006. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. Geovane Viana Ferreira Filho-
Proprietário.
DAR-279/10.

L.N. DA CUNHA & CIA. LTDA

NIRE 3201548783 CNPJ: 06.3177320001-96

COMUNICADO

Informamos que estamos reduzindo o Capital Social de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta
mil reais) para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Lucas Nascentes da Cunha-Presidente.
DAR-280/10.

ASFILP/ DF – ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DE ATIVIDADE DE LIMPEZA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL – FISCAIS DE LIMPEZA PÚBLICA

AVISO DE ELEIÇÃO PARA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

A Presidente da ASFILP/ DF, comunica aos associados que será realizado no dia 19 de Março
de 2010 a Eleição para eleger a Diretoria e Conselhos Fiscal biênio 2010/2012, nomeando os
Fiscais Sulamita Sampaio Everton Castro Oliveira – Presidente, Ana Ilsa Dias de Lucena –
(membro) e Cremilda Felix do Nascimento (membro) para compor a Comissão Eleitoral com
plenos poderes para organizar a Eleição. A comissão informa que no período de 02/03/2010
à 12/03/2010 no horário comercial estarão abertas as inscrições para chapas concorrentes.
Fica convocada para o dia 15/04/2010 a Assembléia Geral, no Parque da Cidade (Ana Lidia)

às 14: 00 h para mudança do Estatuto e assuntos constantes da pauta. Claudia Perez Nobre
Mourão, Presidente.
DAR-282/10.

TJAE M - TRIBUNAL DE JUSTIÇA ARBITRAL E MEDIAÇÃO DOS ESTADOS BRASILEIROS

PORTARIA Nº 352, DE 1º DE MARÇO DE 2010.

O Juiz Presidente, Luis Gonçalves Matoso CPF: 357.484.868-49 do Tribunal Arbitral e Medi-
ação dos Estados e Municípios Brasileiros – TJAEM CNPJ: 08.999.150/0001-62, no uso de
suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Federal de nº 9.307 de 23 de Setembro de 1996,
vem tornar público e oficial a nomeação dos Juizes Arbitrais a seguir: Alexandre da Silva Albino
CPF 145.422.178-09, José Luis Cardozo Fleitas CPF:051.950.277-90, Liliana M. Carvalho
Cardozo Fleitas CPF:335.018.741-20, Cosmo Santos Macedo CPF:293.941.803-97, Clécio
Feitoza Ribeiro CPF:251.762.848-39, Alex de Oliveira Santos CPF:335.231.238-95, Ricardo
Fermino dos Santos CPF:265.874.378-50. Os Árbitros acima referidos podem exercer a fun-
ção de Juiz Arbitral, em todos os Estados e Municípios do Território Nacional conforme a Lei
Federal nº 9.307 de 23 de setembro de 1996. Luis Gonçalves Matoso - Presidente.
DAR-283/10.

SINDSAÚDE/DF - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE BRASÍLIA/DF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDSAÚDE/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.579.664/0001-57, com a sede no SCS Quadra
04 Bloco “A” Ed. Nordeste, Brasília/DF, 2º ao 6º andares, por seu presidente, Antônio Agame-
non Torres Viana, em consonância com os arts. 24, incisos II, III; 68, inciso I, 69, alínea “a”
e 72, do Estatuto Social da entidade, convoca todos os sindicalizados pertencente à categoria
dos agentes de vigilância ambiental em saúde do Distrito Federal a participarem da Assembléia
Geral Extraordinária, que será realizada dia 04/03/2010, às 14h, em primeira convocação, e às
14h30, em segunda convocação, no auditório do SindSaúde, localizado no SCS Quadra 04 Bloco
“A” Ed. Nordeste, 6º andar, Brasília-DF, para a discussão e deliberação acerca da seguinte
ordem do dia: 1) Melhores condições de trabalho; 2) Aumento de Salário; 3) Contratação de
novos profissionais concursados; 4) Gratificação de risco de vida; 5) Indenização de Transpor-
te; 6) Redução de carga horária; 7) Discussão e aprovação de indicativo de greve. Brasília-DF,
26 de fevereiro de 2010. Antônio Agamenon Torres Viana, Presidente.
DAR-284/10.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO ARTESANAL E INDUSTRIAL DO DF – SONHO DE LIBERDADE

CNPJ: 10.940.124/0001-00 NIRE: 53400009271

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA

O presidente da Cooperativa de Produção Artesanal e Industrial do DF – Sonho de Liberdade,
Sr. Geraldo Alves de Almeida, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 38, §2, da Lei nº
5.764/71 e artigo 53, &2 do Estatuto Social desta Cooperativa, convoca os cooperados, que
nesta data somam 39 (trinta e nove), para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária e
Extraordinária, a ser realizada no dia 13 de março de 2010, no pátio de produção da Coope-
rativa, localizado no Setor de Chácaras Santa Luzia, Chácara nº. 25, Cidade Estrutural,
Brasília/DF, às 11:00 horas em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos
cooperados; em segunda convocação às 12:00 horas com a presença de metade mais um dos
cooperados; e, em terceira e última convocação às 13:00 horas com a presença de no
mínimo, 10 (dez) cooperados para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Prestação de
contas do órgão de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal; 2) Destinação
das sobras apuradas ou rateio das perdas; 3) Eleição do Conselho Fiscal e do Diretor Industri-
al; 4) Fixação de honorários dos membros da direção; 5) Aprovação do Regimento Interno; 6)
Comunicados Gerais. Brasília/DF, 26 de fevereiro de 2010. Geraldo Alves de Almeida, Dire-
tor Presidente. Obs. A Assembléia não será realizada na sede por esta não comportar o
número de associados.
DAR-285/10.

ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR BRASÍLIA S/A

CNPJ nº 00.010.215/0001-93

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e
Extraordinária, que se realizarão cumulativamente no dia 06.04.2010 às 8:00 horas, em
primeira convocação, em sua sede social, à SHLS 716 Conjunto A - Edifício PIO X, sala 305,
nesta capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - ORDINÁRIA: a)
Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações
financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009; b) Destina-
ção do lucro líquido do exercício findo e proposta para não distribuição de dividendos. II -
EXTRAORDINÁRIA: a) Exame e deliberação a respeito da proposta da Diretoria para
elevação do capital social com incorporação de reservas de lucros; e b) Alteração parcial do
Estatuto, no tocante ao capital social; Comunicamos que se encontram à disposição dos
senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 d Lei 6.404/76,
relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Brasília, 26 de fevereiro
de 2010. Egono Sarto, Diretor-Presidente.
DAR-287/10.

AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 40.281.347/0001-74 - NIRE 53300005028

ATA DA 82ª (OCTAGÉSIMA SEGUNDA) REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2010

DATA, HORA E LOCAL: Aos 17 (dezesete) dias do mês de fevereiro de 2010, às 16:00 (dezesesseis horas), na sede social da Companhia, em Brasília, Distrito Federal, no Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Autotrac, Asa Norte. PRESENÇA: Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia, que assinaram a lista de presença. MESA: Presidente: NELSON PIQUET SOUTO MAIOR; Secretário: GERALDO PIQUET SOUTO MAIOR. Presente, também, a Sra. Renata Miranda Fontes, Diretora da Companhia, convocada pelo Presidente do Conselho para prestar esclarecimentos eventualmente solicitados pelos Conselheiros. ORDEM DO DIA: (i) Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, o Balanço Patrimonial Individual e Consolidado, as demais demonstrações financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009; (ii) Apreciar a proposta da Diretoria da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, para (a) a destinação dos lucros apurados; (b) a distribuição de dividendos; e (c) a participação dos administradores nos lucros da Companhia. DELIBERAÇÕES: Após exame e discussão, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade, deliberaram: (i) recomendar à Assembléia Geral Ordinária (“AGO”) a aprovação do Relatório da Administração e das contas da Diretoria, do Balanço Patrimonial Individual e Consolidado, das demais demonstrações financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009; (ii) propor à AGO que o lucro líquido do exercício em apreciação, no valor total de R\$ 44.506.295,21 tenha a seguinte destinação: a) a participação dos administradores, no percentual de até 1,08% e no valor de até R\$ 374.994,92, cujo pagamento deverá ocorrer até o dia 08 de abril de 2010, não computadas, para efeito do cálculo desta participação, a reserva não distribuível de que trata a alínea “c”; b) a constituição de reserva legal, no valor de R\$ 1.130.715,11, já deduzida a participação dos administradores, atingindo o limite máximo determinado pela Lei nº 6.404/76 de 20% sobre o capital social; c) a constituição de reserva de incentivos fiscais, no valor total de R\$ 15.100.542,68, sendo R\$ 5.316.000,00 provenientes do saldo da conta de reserva de lucros a realizar e R\$ 9.784.542,68 provenientes do lucro líquido do exercício de 2009, referindo-se estas duas parcelas ao ganho apurado no pagamento do financiamento do ICMS “Pró-DF” por meio do leilão da dívida, que se sujeita ao regime de tributação previsto na Lei nº 11.941/2009, devendo, para ficar isenta de IRPJ e CSLL, ser capitalizada sob condição irrevogável de não ser distribuída em tempo algum aos acionistas e d) R\$ 33.216.042,50, correspondente a R\$ 0,4152005 por ação ordinária, para a distribuição de dividendos, devendo ser deduzidos os juros sobre o capital próprio relativos ao exercício, no valor de R\$ 3.609.584,16, resultando no valor remanescente de R\$ 29.606.458,34, correspondente a R\$ 0,3700807 por ação ordinária, à conta do lucro apurado no balanço patrimonial da Companhia levantado em 31 de dezembro de 2009. O pagamento deste valor remanescente dos dividendos será efetuado (i) em até 03 (três) parcelas, sendo a primeira parcela em março e a última em maio de 2010, aqueles que, na data em que for realizada a AGO, estejam inscritos como proprietários ou usufrutuários das ações da Companhia e sejam titulares de crédito em valor de até R\$ 5.000.000,00; e (ii) em até 10 (dez) parcelas, sendo a primeira em março e a última em dezembro de 2010 aos acionistas que, na data em que for realizada a AGO, estejam inscritos como proprietários ou usufrutuários das ações da Companhia e sejam titulares de crédito em valor superior a R\$ 5.000.000,00. Em ambos os casos, do valor remanescente a ser pago deverão ser deduzidos os valores dos dividendos eventualmente antecipados. O Demonstrativo da Destinação do Lucro Líquido de 2009, o Demonstrativo da Distribuição de Dividendos e Forma de Pagamento e o Demonstrativo de Cálculo dos Juros Sobre o Capital Próprio do exercício de 2009 encontram-se arquivados na sede da Companhia. ENCERRAMENTO, LAVRATURA E APROVAÇÃO DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida, e por todos aprovada. Brasília-DF, às 17h26min (dezesete horas e vinte e seis minutos) do dia 17 de fevereiro de 2010. MESA: NELSON PIQUET SOUTO MAIOR – Presidente; GERALDO PIQUET SOUTO MAIOR – Secretário. Junta Comercial do Distrito Federal Certifico o Registro Em: 25/02/2010 Sob Nº: 20100126898 Protocolo: 10/01/2689-8, DE 23/02/2010 Empresa: 53 3 0000502 8 Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A. Antonio Celso G. Mendes – Secretário-Geral. DAR-288/10.

CENTRO DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR DO DISTRITO FEDERAL – CEA/DF-OS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO/ SELEÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
SELEÇÃO AMPLA - CONVITE Nº 01/2010.

Objeto: Licitação para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de venda e montagem de móveis para escritório em geral (mesas, armários, cadeiras, arquivos, estantes, estações de trabalho, etc.). Prazo de entrega e abertura dos envelopes: dia 16 de março de 2010 às 10:00 horas. Local de realização: S.I.A SUL, Trecho 10, Lote 05, Pavilhão B-04, Auditório. Edital e maiores informações no local, no horário das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Brasília, 1º de março de 2010. Marcos Antonio de Almeida Santos - Presidente Comissão de Licitação/ Seleção. DAR-290/10.

RÁPIDO BRASILIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA

CNPJ Nº 01.907.174/0001-03

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Pelo presente edital, ficam os senhores sócios da Sociedade RÁPIDO BRASILIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, convocados para a reunião a se realizar, na sede social ÁREA

ESPECIAL NORTE Nº 04 PLANALTINA – DF - Sala da Gerência (única), no dia 15 de março de 2010 às 09:00 horas, em primeira convocação, e no dia 22 de março de 2010 às 09:00, em segunda convocação, para deliberação dos seguintes assuntos em ordem do dia: 1) alteração dos administradores da sociedade; 2) outros assuntos pertinentes. (a) Valmir Antônio Amaral, Sócio Administrador. DAR-291/10.

JAT AEROTAXI LTDA

CNPJ Nº 02.007.102/0001-64

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Pelo presente edital, ficam os senhores sócios da Sociedade JAT AEROTAXI LTDA., convocados para a reunião a se realizar, na sede social – AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA LOTE 21 – SETOR DE HANGARES – 2º Andar - Sala da Diretoria (única), no dia 12 de março de 2010 às 09:00 horas, em primeira convocação, e no dia 19 de março de 2010 às 09:00, em segunda convocação, para deliberação dos seguintes assuntos em ordem do dia: 1) alteração dos administradores da sociedade; 2) outros assuntos pertinentes. (a) Valmir Antônio Amaral, Sócio Administrador. DAR-292/10.

RÁPIDO GIRASSOL TRANSPORTES LTDA

CNPJ Nº 03.103.828/0001-63

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Pelo presente edital, ficam os senhores sócios da Sociedade RÁPIDO GIRASSOL TRANSPORTES LTDA convocados para a reunião a se realizar, na sede social SGCV SUL LOTES 04/04-A GUARÁ – DISTRITO FEDERAL – Sala da Gerência (RH), no dia 12 de março de 2010 às 16:00 horas, em primeira convocação, e no dia 19 de março de 2010 às 16:00, em segunda convocação, para deliberação dos seguintes assuntos em ordem do dia: 1) alteração dos administradores da sociedade; 2) outros assuntos pertinentes. (a) Valmir Antônio Amaral, Sócio Administrador. DAR-293/10.

CONSÓRCIO BRASTRAM

AVISO DE RECEBIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, a Autorização Ambiental nº 020/2010, para atividade de MONTAGEM DE CENTRAL DOSADORA DE CONCRETO no canteiro de obras do metrô leve – VLT, localizada próxima ao canteiro central do VLT, localizado no Setor de Áreas Isoladas Sul – SAIS, Lote 08, em frente à Sociedade Hípica – RAI – Brasília/DF, objeto do Processo nº 190.000.392/2006. Fernando Orsini Nunes de Lima, Gerente Executivo. DAR-286/10.

IDICAB - INSTITUTO DE INTEGRAÇÃO E CAPACITAÇÃO BRASILEIRO

PORTARIA Nº 07, DE 02 DE MARÇO DE 2010.

O Diretor Executivo do IDICAB. CNPJ/MF 05.604.595/0001-08, Roberval Ignácio Pereira, CPF/MF 539.481.579-87, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, bem como pelo Estatuto e Regimento Interno do IDICAB, que depois de capacitados e treinados em, mediação e arbitragem vêm tornar público e oficial a nomeação dos Juizes Arbitrais a seguir: Carlos Cezar Galvani CPF/MF:034.064.688-88, Derval Quental de Miranda CPF/MF:731.727.409-78, Moacir José da Silva Filho CPF/MF:034.469.919-64, Nilton Yamamoto CPF/MF:319.093.960-87, Paulo Pereira Epifânio CPF/MF:319.133.184-00, Vicente Leite Estevam CPF/MF:459.763.929-20. Os Árbitros ora nomeados, podem exercer a função de Juiz Arbitral e ou Conciliador Arbitral em todos os Estados e Municípios do Território Nacional em qualquer Câmara, Tribunal ou Corte Arbitral, onde se inscreverem, conforme previsto na Lei Federal 9.307/96. Roberval Ignácio Pereira, Diretor Executivo. DAR-295/10.

SHELL BRASIL LTDA

AVISO DE RECEBIMENTO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, a Autorização Ambiental nº 021/2010, para atividade DESATIVAÇÃO E REMOÇÃO DE TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEIS LIQUIDOS DE AVIAÇÃO NA ÁREA INTERNA DO SETOR DE COMBUSTÍVEIS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA localizado no AEROPORTO INTERNACIONAL – PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK – ACESSO PORTÃO SUL II EMERGÊNCIA – RA XVI – LAGO SUL/DF, processo 190.000.598/2005. Justino Leite Sobrinho Superintendente de Operações do Aeroporto de Brasília.

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

Torna público que Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM, cancelou a Licença de operação nº 075/2008, para atividade de ARMAZENAGEM E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA AVIAÇÃO no AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA – PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK – LAGO SUL, processo 190.000.598/2005. DAR-294/10.